



IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2014

CADERNO DE PESQUISA

**Perfil da Juventude e
Políticas Públicas
no Espírito Santo
*PNAD 2012***

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**CADERNO DE
PESQUISA** |

Perfil da Juventude e Políticas Públicas no Espírito Santo *PNAD 2012*

Instituto Jones dos Santos Neves
Perfil da juventude e políticas públicas no Espírito Santo PNAD 2012.
3.ed., Vitória, ES, 2014.

117p. il. tab. (Caderno de Pesquisa)
ISBN: 978-85-8370-013-5

1.Juventude. 2.Política Pública. 3.Indicadores Sociais.
4.Espírito Santo (Estado). I.Título. II.Série.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

CADERNO DE PESQUISA

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Renato Casagrande

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Givaldo Vieira

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Davi Diniz de Carvalho

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Diretor-Presidente

José Edil Benedito

Diretor de Estudos e Pesquisas

Pablo Silva Lira

Coordenador de Estudos Sociais

Antônio Ricardo F. da Rocha

Equipe Técnica

Juventude(s)

Sandra Mara Pereira

Os jovens no Espírito Santo

Sandra Mara Pereira

Juventude, mercado de trabalho e educação

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Cleveralnio Silva Gomes

Juventude(s) e território

Isabella Batalha Muniz Barbosa

Latussa Laranja Monteiro

Viviane Vervloet de Medeiros Chaia

Qualidade de vida: saúde, esporte e lazer

Damiene Paula de Oliveira Alves

Vitimização e Delinquência juvenil

Deivison Souza Cruz

Thiago de Carvalho Guadalupe

Governança da política pública para juventude no Brasil e no Espírito Santo

Marlon Neves Bertolani

Revisão

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Renan Ferreira Filho

Viviane Vervloet de Medeiros Chaia

Projeto Gráfico

Lastênio João Scopel

Assessoria de Relacionamento Institucional

Editoração

João Vitor André

Assessoria de Relacionamento Institucional

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

Assessoria de Relacionamento Institucional



Este trabalho tem como objetivo dar continuidade ao processo de atualização e aperfeiçoamento da segunda edição do Caderno de pesquisa “Perfil da Juventude e Políticas Públicas no Espírito Santo”, levando em conta as diferentes dimensões e condições de vida associadas ao universo juvenil, tendo como referência os Eixos definidos pela Lei Estadual nº 8.594, de 13 de julho de 2007 que aprovou o Plano Estadual da Juventude (ESPÍRITO SANTO, 2007).

A publicação desta terceira edição permitiu um estudo mais pormenorizado das condições de vida dos jovens nos últimos onze anos (2001-2012), por meio da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

A primeira parte deste Caderno apresenta o conceito de Juventude, levantando aspectos da heterogeneidade da categoria que o recorte etário (15 a 29 anos) não exime. Em seguida abordou-se a constituição de um marco legal, que viabilize uma política juvenil. Dessa forma, para ampliar a compreensão sobre o tema, discutiu-se em outro

ponto quais são os parâmetros dessa política e como as concepções acerca da juventude prevaletentes em uma sociedade podem ter implicações diretas nos desenhos políticos adotados. Portanto, é importante que a formulação da Política Pública tenha relação direta com a diversidade da juventude. Para isso, discutiu-se, ao final da primeira parte o desafio de apreender tais diversidades sem cair na fragmentação que possa impossibilitar o diálogo e as ações coletivas.

Em um segundo momento, utilizou-se os Eixos e Diretrizes¹ definidos pelo Plano Estadual para Juventude no Espírito Santo como referência, dessa forma a categoria Juventude é associada a vários aspectos: educação, mercado de trabalho, cultura, saúde, esporte, lazer e segurança, além de questões relacionadas ao território, tanto urbano, quanto rural. Houve um esforço conceitual para apresentar tais categorias, utilizando-se de indicadores, explanados por meio de tabelas e gráficos. Em alguns casos, a limitação das bases de dados impediu maiores detalhamentos.

O Capítulo 2, “Os jovens no Espírito Santo”, mostra como a população jovem no Espírito Santo está distribuída segundo os critérios de sexo, cor ou raça, faixa etária e situação do domicílio, bem como analisa a concentração dos jovens nas microrregiões do Estado.

O Capítulo 3 intitulado “Juventude, Mercado de Trabalho e Educação” discute como o crescimento da população jovem interfere diretamente no aumento das demandas sociais por capacidade de absorção da mão-de-obra e educação. Indicadores diversos relativos a inserção dos jovens na educação, em seus diferentes níveis e modalidades, e no mercado de trabalho no Espírito Santo são apresentados, com o objetivo de descrever o cenário vivenciado atualmente. Salienta-se que fatores significativos da formação juvenil entrelaçam-se à construção de perspectivas e trajetórias para o desenvolvimento tanto dos jovens, quanto da sociedade. Neste Capítulo houve uma

¹ Eixo I: Desenvolvimento Integral (Educação, Comunicação, Mercado de Trabalho, Cultura); Eixo II: Direito ao Território (Cidade, Campo, Transporte público, Meio ambiente e Comunidades tradicionais); Eixo III: Qualidade de Vida (Saúde, Esporte, Lazer e tempo livre); Eixo IV: Direito a Diversidade; Eixo V: Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos.

mudança de nomenclatura no que se refere às Classes Sociais - que passou a ser chamada de Classes Econômicas. Para a determinação destas, utilizou-se a divisão utilizada nas metodologias de Neri (2008) e Rocha (2000).

O Capítulo 4, “Juventude (s) e Território” mostra aspectos da relação entre a juventude e o território, seja ele entendido como o ambiente urbano, rural ou, especificamente, de comunidades tradicionais. Nessa relação sobressaem-se principalmente as questões relativas à moradia e ao transporte. Um pressuposto importante na discussão apresentada é que o direito constitucional à moradia pressupõe não apenas a existência de uma moradia, mas também a dignidade desta moradia. Destaca-se que o atendimento do direito ao território é alvo de políticas públicas diferentes e que a abordagem ao tema não tem nenhuma pretensão de esgotá-lo no âmbito desta publicação, face a sua complexidade.

O Capítulo 5, “Qualidade de vida: saúde, esporte e lazer”, inicia-se afirmando que saúde não deve ser conceituada simplesmente a partir da ausência de doença ou enfermidade, mas como um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Nesse sentido, pontua-se que é importante que o foco da promoção da saúde seja garantir oportunidades igualitárias aos diversos grupos populacionais, assegurando o acesso à informação, por exemplo. Um conjunto de fatores que se referem às condições sociais nas quais se desenvolve a vida do jovem podem influenciar positiva ou negativamente em sua rotina. Neste capítulo são abordados subitens relativos a saúde sexual e reprodutiva, morbidade e mortalidade, esporte e tempo livre – temas diretamente relacionados, mas cujo estudo remete a acúmulos de conhecimento diferenciados e à indicadores específicos.

O Capítulo 6, “Vitimização e Delinquência juvenil”, aborda a problemática tanto do jovem, principal vítima da criminalidade, quanto

aquela do jovem como um dos principais autores de delinquência. Busca entender quais fatores podem explicar sua vitimização e seu envolvimento com o crime, destacando que, a inserção nas atividades de delinquência juvenil encaminha esses jovens para uma situação ainda maior de vulnerabilidades sociais.

O Capítulo 7, intitulado “Governança da Política Pública para Juventude no Brasil e no Espírito Santo”, apresenta a governança da política federal e estadual para a Juventude. A tentativa foi, especialmente, para o Governo do Espírito Santo, apresentar quais os principais atores políticos responsáveis pela política estadual, embora não tenha uma configuração precisa da integração das diversas instâncias. Por último, é apresentado um quadro, organizado por eixos da política, com a identificação da estrutura governamental e dos programas e projetos que atendem ao público juvenil.

Por último, nas Considerações finais são destacados alguns aspectos, além de proposições elencadas pela equipe do Instituto Jones para contribuir com a formulação das Políticas Públicas.

01	APRESENTAÇÃO
11	1. JUVENTUDE(S)
13	1.1. Marco Legal
16	1.2. Políticas Públicas para a Juventude
21	1.3. Políticas Públicas de Juventude e Diversidade
23	2. OS JOVENS NO ESPÍRITO SANTO
27	3. JUVENTUDE, MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO
43	4. JUVENTUDE(S) E TERRITÓRIO
47	4.1. Infraestrutura de habitação
50	4.2. Conectividade
53	4.3. Mobilidade metropolitana
55	4.4. Povos e comunidades tradicionais
61	5. QUALIDADE DE VIDA: SAÚDE, ESPORTE E LAZER
62	5.1. Saúde sexual e reprodutiva
66	5.2. Morbidade e mortalidade
69	5.3. Juventude, esporte e tempo livre
77	6. VITIMIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA JUVENIL
80	6.1. O Jovem vítima da violência
84	6.2. Jovens, violência e gênero
86	6.3. Municípios e violência juvenil
86	6.4. Delinquência juvenil
89	6.5. Perfil dos envolvidos
91	6.6. Adolescentes em conflito com a Lei no Espírito Santo
95	7. GOVERNANÇA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA JUVENTUDE NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO
99	8. CONSIDERAÇÕES FINAIS
103	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
115	ANEXO

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos, por anos completos de estudo: ES, 2001 e 2012	32
Tabela 02 - Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional da população jovem de 15 a 29 anos, segundo a situação do domicílio: ES, 2012	34
Tabela 03 - População jovem de 15 a 29 anos, que frequenta escola por modalidade e rede de ensino: ES, 2012	35
Tabela 04 - Taxa de distorção idade série: ES, 2013	36
Tabela 05 - Taxa de escolarização líquida: Brasil, Sudeste e ES, 2012 (%)	36
Tabela 06 - Alocação do tempo da população jovem por faixa etária: ES, 2001 e 2012 (%)	37
Tabela 07 - Alocação do tempo da população jovem de 15 a 29 anos, segundo as classes econômicas: ES, 2012	38
Tabela 08 - Matrículas na Educação Profissional por localização e dependência administrativa: ES, 2008 e 2013	39
Tabela 09 - População, população jovem de 15 a 29 anos, domicílios e domicílios com jovens: ES, 2001 e 2012 (%)	48
Tabela 10 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, atendidos por infraestrutura básica: ES, 2001, 2005, 2009 e 2012	49
Tabela 11 - Percentual de Domicílios com telefone, computador com acesso à internet: ES, 2001,2005,2009,2012	50
Tabela 12 - Percentual de usuários de cada modal por faixa etária: RMGV, 2007	54
Tabela 13 - Comunidades Quilombolas Certificadas: ES, 2013	56
Tabela 14 - Taxa de mortalidade por AIDS por 100 mil: Brasil, Sudeste e ES, 2009-2012 (%)	63
Tabela 15 - Número de casos de AIDS, faixa etária de 13 a 29 anos, por sexo e ano de diagnóstico: ES, 2009 a 2012	64
Tabela 16 - Percentual de mães jovens de 15 a 29 anos, no total de mães: Brasil, Sudeste e ES, 2001, 2009 a 2012	65
Tabela 17 - Taxa de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos: Brasil, Sudeste e ES, 2009 a 2012 (%)	66
Tabela 18 - Principais causas de morbidade hospitalar do SUS (CID 10), população jovem de 15 a 29 anos, por sexo: ES, 2013 (%)	67

Tabela 19 - Número absoluto, percentual e taxa (por 100 mil) de mortes por causas externas específicas, por sexo masculino, população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2012	68
Tabela 20 - Número absoluto, percentual e taxa (por 100 mil) de mortes por causas externas específicas, por sexo feminino, população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2012	68
Tabela 21 - Projetos/Programas de Esporte: ES, 2013	71
Tabela 22 - Percentual da população jovem de 18 a 29 anos, que pratica o nível recomendado de atividade física no tempo livre e no deslocamento para o trabalho: Vitória, 2012	72
Tabela 23 - Equipamentos e projetos de cultura e lazer: ES, 2013	75
Tabela 24 - Índice de Mortalidade por Homicídios / adolescentes e jovens de 12 a 29 anos, 2010	82
Tabela 25 - Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V), 2007 e 2010	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Percentual da população jovem de 15 a 29 anos, no conjunto da população: ES, 2012	23
Figura 02 - População jovem de 15 a 29 anos, por raça/cor: ES, 2012 (%)	23
Figura 03 - População e População jovem de 15 a 29 anos, por raça/cor: ES, 2012 (%)	24
Figura 04 - População jovem, por faixas etárias: ES, 2012 (%)	24
Figura 05 - População jovem por idade: Brasil e ES, 2012 (%)	25
Figura 06 - População jovem de 15 a 29 anos, por situação de domicílio: ES, 2012 (%)	25
Figura 07 - População jovem de 15 a 29 anos, por microrregião: ES, 2010 (%)	25
Figura 08 - Variação percentual da População, da População Economicamente Ativa, da Ocupação e do Desemprego: ES, 2001 a 2012	27
Figura 09 - População jovem economicamente ativa por grupo de idade: ES, 2012 (%)	28
Figura 10 - Razão de ocupação da população jovem e de 15 anos ou mais: ES, 2012 (%)	28
Figura 11 - Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos ocupada, segundo ramo de atividade: ES, 2012	29
Figura 12 - Percentual da população jovem desocupada segundo grupo de idade: ES, 2012	30
Figura 13 - Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos, desocupada na semana de referência, por anos de estudo: ES, 2012	30

Perfil da Juventude e Políticas Públicas

Figura 14 - Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos, por anos de estudo: ES, 2012, (%)	32
Figura 15 - Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos, segundo a situação do domicílio: ES, 2012 (%)	34
Figura 16 - Distribuição percentual da população jovem que frequenta escola segundo faixa etária: ES, 2012	34
Figura 17 - Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos, que frequenta escola segundo a modalidade de ensino: ES, 2012 (%)	35
Figura 18 - Alocação do tempo da população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2012 (%)	37
Figura 19 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, atendidos por infraestrutura básica: ES, 2001-2012	49
Figura 20 - Percentual de domicílios com população jovem, com acesso a telefonia, computador e internet: ES, 2001, 2005, 2009, 2012	51
Figura 21 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com acesso a computador: ES, 2001, 2005, 2009, 2012	51
Figura 22 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com acesso a computador com internet: ES, 2001, 2005, 2009, 2012	52
Figura 23 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com telefone móvel celular para uso pessoal: ES, 2001, 2005, 2009, 2012	52
Figura 24 - Frequência de atividades de lazer, cultura e passeios: Brasil, 2013 (%)	73
Figura 25 - Taxas de homicídios (por 100 mil) da população jovem de 15 a 29 anos e não jovem: Brasil, 1980 e 2012 (%)	81
Figura 26 - Taxa de homicídios (por 100 mil), população jovem de 15 a 29 anos: Brasil, Sudeste e ES, 2002 a 2012 (%)	81
Figura 27 - Taxa de Crimes Letais Intencionais (por 100 mil), população jovem de 15 a 29 anos e não jovem, 2012 e 2013 (%)	84
Figura 28 - Homicídios população jovem de 15 a 29 anos, por sexo: ES, 2011, 2012 e 2013 (%)	85
Figura 29 - Taxa de homicídios (por 100 mil), por faixa etária: ES, 2002, 2006, 2010, 2011 e 2012	85
Figura 30 - Taxas de homicídio doloso (por 100 mil) por subgrupo populacional e grupo de municípios, 2011 e 2012	86
Figura 31 - Modelo integrado para causalidade da violência	87

Figura 32 - Idade média de envolvidos por tipo de crime: Região Metropolitana, 2005-2011	88
Figura 33 - Percentual de presos por faixa de idade: ES, 2005, 2010 e 2012	89
Figura 34 - Número de presos do sexo masculino, entre 18 e 29 anos: ES, 2005 a 2012	90
Figura 35 - Número de presos do sexo feminino, entre 18 e 29 anos: ES, 2005 a 2012	90
Figura 36 - Percentual de presos por escolaridade, entre 18 e 29 anos: ES, 2010 e 2012 (%)	91
Figura 37 - Idade dos adolescentes em conflito com a lei <i>versus</i> Nº de ocorrências: ES, 2007 a 2011	92
Figura 38 - Organização Institucional da Política Pública para Juventude	97
Figura 39 - Órgãos estaduais responsáveis por Programas e Projetos para Juventude	98

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Territórios Quilombolas no Espírito Santo	57
Mapa 02 - Terras Indígenas no Espírito Santo	59

LISTA DE GRÁFICOS

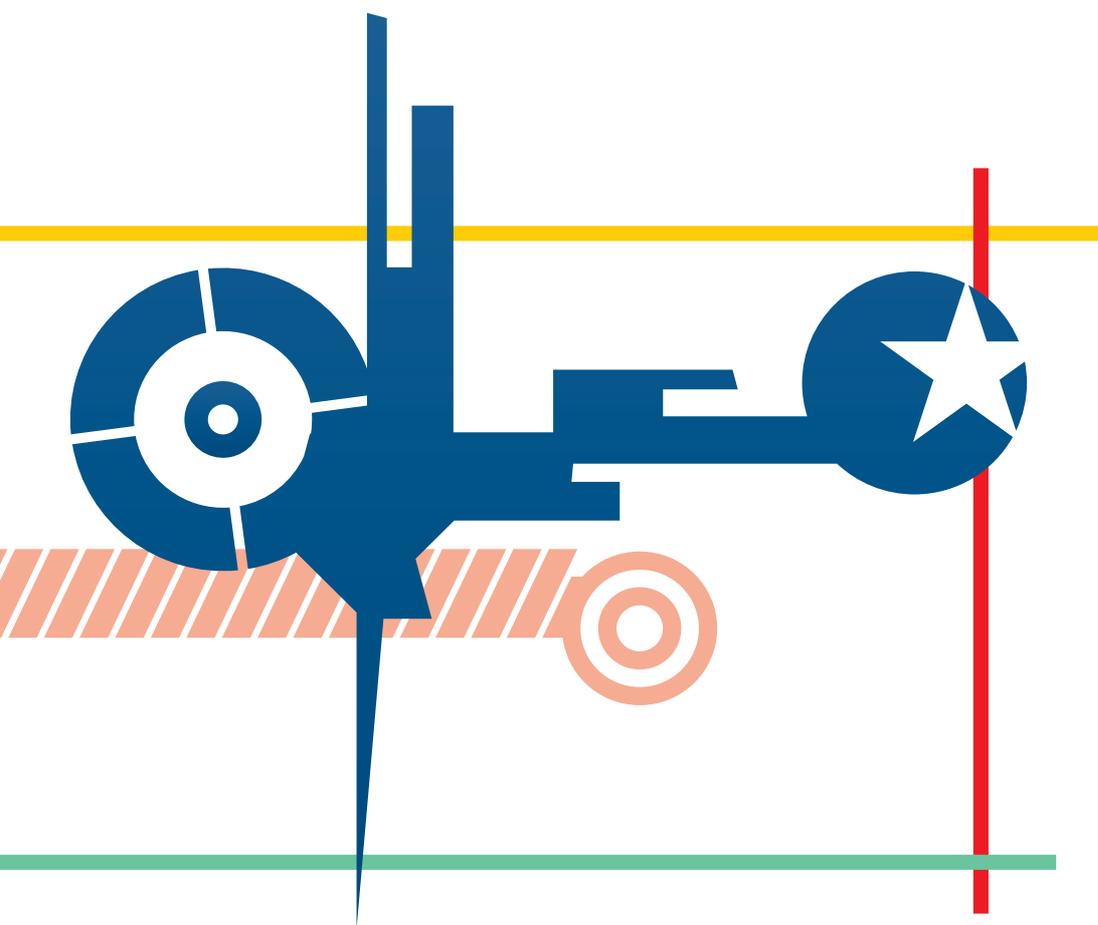
Gráfico 01 - Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos por anos de estudo: ES, 2001 a 2012	31
Gráfico 02 - Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional da população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2001 a 2012 (%)	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Conselhos Municipais da Juventude (CMJ) – Espírito Santo	15
Quadro 02 - Jovens na Escola	40
Quadro 03 - Modelo Analítico Conceitual: Juventude e Violência	87
Quadro 04 - Invisibilidade das meninas	94

ANEXO

Tabela A1 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por Dependência Administrativa e Localização: ES, 2013	115
Tabela A2 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por Gênero e Cor/Raça: ES, 2013	115
Tabela A3 - Número de matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Dependência Administrativa e Localização: ES, 2013	115
Tabela A4 - Número de matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Gênero e Cor/Raça: ES, 2013	116
Tabela A5 - Número de Matrículas, Concluintes e Ingressos por modalidade de ensino: ES, 2012	116
Tabela A6 - Número de jovens matriculados por Gênero e Cor/Raça, segundo a modalidade de ensino: ES, 2012	116
Tabela A7 - Número de jovens matriculados por Gênero e Cor/Raça, segundo a categoria administrativa e modalidade de ensino das Instituições de Ensino Superior: ES, 2012	117



O termo juventude, foco privilegiado deste Caderno pode ser definido, numa primeira aproximação, a partir do recorte etário adotado pela Secretaria Nacional de Juventude, pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e pelo Estatuto da Juventude², que compreende os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos.

A adoção no Brasil desse recorte etário é recente e segue uma tendência geral observada internacionalmente. Durante muito tempo considerou-se jovem o indivíduo entre 15 e 24 anos. A justificativa da ampliação para os 29 anos relaciona-se à maior expectativa de vida para a população em geral e à maior dificuldade desta geração em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho.

Certamente qualquer recorte etário adotado cumprirá uma função mais operacional do que conceitual, visto que não dará conta de toda a complexidade inerente ao tema. Este, embora não seja recente no cenário social e político, ainda carece de ser *ampliado e pluralizado*, com vistas a conceber as *heterogeneidades das adolescências e juventudes* (LEON DÁVILA, 2005, citado por TAQUETTI, 2010, p. 89).

Por isso não podemos perder de vista, neste espaço, que Juventude é uma categoria multidimensional e uma construção social e histórica. Ou seja, varia no tempo, de uma cultura para a outra, assim como no interior de uma mesma sociedade; não é um dado absoluto, mas parte da vida social, fruto dos processos de *estruturação social*.

Um sentido muito corrente do termo juventude remete à noção de uma fase entre a infância e a maturidade, uma etapa de transição para a vida adulta, cujos atributos principais são a independência econômica e familiar. Entretanto, é importante associar a esta noção de juventude a compreensão de como cada sociedade constitui esta etapa da vida e que significado lhe atribui, como esta fase é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais como classe, gênero, etnia, etc.

² A lei 12.852, de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, afirma no inciso primeiro de seu artigo 1º que “[...] são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

O uso da expressão *juventudes* – no plural –, *cumpr*e a função de enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens (AQUINO, 2009, p. 31).

Importa salientar também o peso que determinadas visões assumiram, de forma estereotipada, nas discussões sobre juventude. Ao mesmo tempo em que encontramos a representação social do ser jovem como algo positivo, associado à beleza e à virilidade, responsável pelas mudanças sociais, encontramos também uma imagem negativa e massificada de juventude diretamente ligada a desvios de conduta, à rebeldia e à criminalidade, como problemas (NOVAES, citado por TAQUETTI, 2010, p.84).

Por outro lado, é corrente também a tendência a olhar a juventude a partir do *vir a ser*, focando esta fase do ciclo da vida como uma preparação para o futuro, onde os sujeitos são apenas vistos a partir de seu valor estratégico para o desenvolvimento social, desconsiderando-os como sujeitos de direito que querem viver efetivamente o presente, que têm demandas específicas.

Como afirma o CONJUVE (2011, p.16) é preciso pensar a juventude para além de um padrão único na transição para a vida adulta, *como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos que tem especificidades que marcam a trajetória de cada um*.

Compreender a Juventude enquanto um fenômeno multidimensional é entender que diversos são os fatores que constituem a identidade juvenil; trata-se de um momento onde o indivíduo começa a enfrentar e ter que dar respostas individuais às diversas instituições sociais que o cercam; é um momento onde passa-se por diversas transformações biológicas e psicológicas e que o contexto econômico e social ao qual ele está inserido é parte integrante da construção de sua personalidade. Tudo isso é fundamental para compreendermos que não estamos falando de uma população homogênea e sim de diversos grupos de pertencimento com identidades próprias, ou seja, não estamos falando de juventude, mas sim de Juventudes. É um momento na vida em que se está mais aberto a apreensão de novos conhecimentos, posturas e construções de novas relações sociais (COELHO, 2003, citado por ARAUJO et al, p. 2).

Para além do recorte etário que cumpre uma função operacional no âmbito da constituição das Políticas Públicas de Juventude, as abordagens sobre a categoria juventude devem considerar a pluralidade e as diferentes circunstâncias que envolvem a condição dos sujeitos jovens.

1.1 Marco legal

Não existe no Brasil uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens. Durante muito tempo a principal referência legal para a juventude foi o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que abrange a faixa etária até os 18 anos³. As autoras Enid Rocha Andrade da Silva e Carla Coelho de Andrade, em uma publicação do IPEA sobre o tema, sintetizam bem o cenário:

O estabelecimento do Ano Internacional da Juventude, em 1985, pela ONU, somado ao empenho de agências intergovernamentais como a OIJ, representou um grande impulso para que as questões de juventude entrassem na pauta de políticas públicas dos países da América Latina, ao longo da década de 1990. No entanto, o Brasil viveu uma situação singular em relação aos outros países da América Latina no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas de juventude. Distintamente destes países, no caso brasileiro, as ações desencadeadas pelas agências da ONU tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para este grupo populacional. Naquele momento, pouca relevância se dava ao tema juventude, estando o foco das preocupações e mobilizações centrado na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão emblemática de meninos e meninas de rua na década de 1980, foi um marco importante para a questão juvenil, mesmo reconhecendo que seus avanços se aplicaram apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 47-48).

Somente a partir da década de 1990 percebeu-se uma maior projeção do tema juventude que passou a contar com maior visibilidade e com a percepção de que ela vai além da adolescência, exigindo ações e projetos a partir de outras lógicas, além da proteção garantida pelo ECA às crianças e aos adolescentes.

³ O ECA (Lei 8069/90) é um marco fundamental no ordenamento jurídico da proteção dos direitos para a população de 0 a 18 anos (doutrina de proteção integral).

Nesse sentido, a constituição de um marco legal, que viabilize uma política juvenil como uma política de Estado é um processo recente e ainda em construção no Brasil.

A Emenda Constitucional 65 (BRASIL, 2010), promulgada em 13 de julho de 2010, alterou a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal para incluir o termo “jovem”,⁴ assim como modificou o art. 227 para incluir os interesses da juventude.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988; BRASIL, 2010, grifos nossos).

Além da modificação da redação inicial do art. 227, parágrafos e incisos deste artigo também sofreram alterações para que expressassem os interesses dos jovens. Importa salientar aqui, no entanto, o parágrafo oitavo incluído pela Emenda 65 que afirma que a lei estabelecerá (I) o Estatuto da Juventude, destinado a regular os direitos dos jovens e (II) o Plano Nacional de Juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

A aprovação da Emenda 65 certamente incluiu a juventude como uma questão de Estado e representou o reconhecimento da luta dos jovens.

O Estatuto da Juventude (Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013) regulamenta os direitos das pessoas com idade entre 15 e 29 anos⁵, definindo obrigações da família, comunidade, da sociedade e do Poder Público. O Estatuto estabelece a responsabilidade das esferas governamentais na execução das políticas juvenis.

O Plano Nacional de Juventude (Projeto de Lei Nº 4530/04), por sua vez, que ainda aguarda entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados, propõe um conjunto de metas que os governos – federal, estaduais e municipais – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos. Vale destacar

⁴ A denominação do Capítulo VII do Título VIII da CF passou a ser “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”.

⁵ O Estatuto da Juventude afirma em seu inciso 2o do parágrafo 1º “Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente”.

que o Plano estabelece que os estados e municípios que criarem órgãos de gestão das políticas de juventude e aprovarem planos locais no prazo de dois anos após a sanção da futura lei terão prioridade na distribuição de recursos destinados ao tema.

A Emenda 65, o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude integram o marco legal da juventude no país, base fundamental para a consolidação de uma política de Estado voltada às especificidades deste segmento. Entretanto, tal política demanda também o fortalecimento dos órgãos de juventude⁶ e a ampliação dos canais de participação da juventude.

No Espírito Santo, a Lei Estadual 8.594/07⁷ instituiu em 2007 a Política Estadual de Juventude e criou o Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE), como uma importante iniciativa no sentido de garantir a institucionalização das políticas direcionadas ao público jovem com idade entre 15 e 29 anos. Entretanto, somente com o Decreto nº 3101 – R, de 30 de agosto de 2012, houve a regulamentação do CEJUVE e somente no dia 07 de fevereiro de 2013 foi publicado no Diário Oficial do estado o primeiro edital de convocação da assembleia de eleição da representação civil do CEJUVE para atuar no biênio 2013/2015, cujos escolhidos tiveram sua nomeação publicada no Diário Oficial do estado em 26 de abril do corrente ano (2013). A implementação do CEJUVE foi um passo importante para a consecução do objetivo de promover ações que assegurem os direitos da juventude, numa perspectiva emancipatória e protagonista.

Quadro 01 - Conselhos Municipais da Juventude (CMJ) – Espírito Santo

No Espírito Santo existem nove (9) Conselhos Municipais da Juventude (CMJ) em funcionamento: Baixo Guandu, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, João Neiva, Ponto Belo, Serra, Vila Velha e Venda Nova do Imigrante. Os municípios Aracruz e São Mateus possuem CMJ em processo de implantação.

O CMJ é o espaço no qual poder público e sociedade civil (movimentos e organizações juvenis) debatem as políticas públicas e procuram soluções para os desafios enfrentados pelos jovens. É no Conselho que as bandeiras da juventude são dialogadas, com vistas a aglutinar as ideias e debatê-

⁶ Como a Secretaria Nacional de Juventude, as coordenadorias e secretarias estaduais e municipais.

⁷ Publicada no Diário Oficial no dia 13 de Julho de 2007.

las de maneira democrática, entre representantes do governo e da sociedade civil.

Os Conselhos Municipais têm como atribuições propor, elaborar, discutir e aprovar programas e projetos relativos à juventude; desenvolver estudos e pesquisas que subsidiem o planejamento de ações públicas em favor do segmento nos municípios; colaborar com a administração municipal na implementação de políticas públicas para juventude; promover, organizar e participar de seminários, discussões, cursos relativos aos temas que envolvem o universo da juventude, tal como suas expressões culturais, especificidades socioeconômicas, regionais, étnico-raciais e de gênero.

1.2 Políticas Públicas para a Juventude

Torna-se importante buscar aqui uma aproximação aos conceitos *política* e *política pública*⁸, para que o sentido do termo “políticas públicas para a juventude” possa ser alcançado.

Se o Estado pode ser entendido como expressão das tensões, contradições e conflitos que derivam das desigualdades sociais – sejam elas regionais, de classe social, gênero, etnia e/ou geração –, a política, por sua vez, refere-se à luta pelo poder e à busca de acordos de governabilidade (ABAD, 2003, p. 14).

Sposito e Carrano (2003) traçam uma síntese interessante da caracterização de políticas públicas, conforme pode ser observado a seguir:

Em sua acepção mais genérica, a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas

⁸ Não pretendemos obviamente esgotar aqui todo o debate existente em torno dos termos *política* e *políticas públicas*. Trata-se apenas de uma aproximação de alguns elementos importantes que configuram os conceitos e que nos auxiliarão neste contexto.

com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias [...] (SPOSITO; CARRANO: 2003, p. 17 – nota 1).

Trata-se de um espaço de conflitos, onde os atores disputam as orientações na esfera pública, assim como os recursos necessários para implementar estas orientações sob a forma de ações articuladas voltadas a determinados objetivos.

Destaque-se que a política pública se constitui na *relação* entre Estado e sociedade civil. Para que exista uma política pública é necessário que uma determinada situação requeira uma decisão coletiva, capaz de se converter em vinculadora de toda a sociedade. Ou seja, a situação deve ser entendida como um *problema político*, um conflito ou demanda que afeta a convivência social. Os atores sociais envolvidos, por sua vez, devem ter relevância, devem ser capazes de exercer pressão de alguma forma sobre a agenda governamental (ABAD, Miguel, 2003, p. 15). A política pública pressupõe o reconhecimento da sociedade e do Estado de que a *questão* a que se refere tem uma dimensão pública. Por outro lado, este reconhecimento do caráter público não é gratuito, mas fruto da dinâmica social, com suas desigualdades, tensões e contradições características.

A presença do aparelho público-estatal, seja na formulação, seja no acompanhamento ou avaliação é outro ponto importante assinalado por Sposito e Carrano (2003) na definição de política pública, citada anteriormente.

Nesse sentido, as políticas públicas para a juventude, então, são políticas destinadas a um grupo populacional específico, que surgem quando a juventude e / ou a situação vivida pelos jovens passam a serem vistas como uma *questão política* (um conflito ou demanda que afeta a convivência social). Essa percepção – embora não seja (em termos históricos) necessariamente concomitante à constituição dos jovens como atores sociais relevantes – potencializa-se quando os jovens tornam-se capazes de exercer pressão sobre a agenda governamental.

Vale destacar que as disputas não são só políticas, no sentido restrito do termo, mas simbólicas, operando com significados heterogêneos e por vezes opostos. Como afirmam Sposito e Carrano:

[...] Em sua diversidade, a sociedade civil conforma, por meio de suas organizações, representações muitas vezes opostas sobre a juventude, enquanto momento do ciclo de vida, e sobre as relações dos jovens com o mundo adulto. E, finalmente, os próprios jovens são protagonistas ativos dessas disputas em torno dos sentidos que emprestam ao tema da juventude, pois mesmo como atores impõem significados que traduzem modos diversos de pensar a si mesmos e a seus pares, perfilam diferentemente suas demandas e estabelecem projetos pessoais ou coletivos muitas vezes reproduzindo discursos adultos dominantes no âmbito social. Por essas razões, é preciso evitar o artilho que nega o caráter natural do ciclo de vida, incorporando recortes históricos, sociais e culturais que constituem a condição juvenil na contemporaneidade, mas reintroduz esse mesmo diapasão naturalista ao considerar que a condição juvenil produz intrinsecamente concepções semelhantes sobre sua fase de vida, em nítida oposição às representações dominantes advindas do mundo adulto (SPOSITO; CARRANO: 2003; p. 24-25).

As concepções acerca da juventude prevalentes em uma sociedade têm implicações diretas nos desenhos políticos adotados⁹. Krauskopf (apud TAQUETTI, 2010) formulou o entendimento desta interação em quatro paradigmas principais:

1. *A juventude como período preparatório nas políticas* – [...] enfoque na preparação e formação do jovem para maturidade, sob uso do tempo livre, adotando claramente a noção de moratória social e vital, já que as ações são voltadas à educação, voluntariado, forças armadas e desporto [...];
2. *A juventude como etapa problema nas políticas* – o jovem aparece como problema para a sociedade [...]. Há uma estigmatização e criminalização dos jovens e grupos juvenis. [...] receio em relação à descontinuidade dos valores intergeracionais preconizados pelas instituições tradicionais como família, escola e o trabalho;
3. *A juventude cidadã como sujeito de políticas* – o jovem é visto como sujeito pleno de direitos, sob influência da criação de legislações que visam à proteção social e [...] de uma renovação da participação juvenil em prol da construção desses direitos;
4. *O reconhecimento da juventude nas políticas como ator estratégico do desenvolvimento* – focado na juventude pobre, [...] enfrentamento da exclusão social, preconizando a formação de capital humano juvenil e fortalecimento do capital social (TAQUETTI, 2010, p. 95-96).

⁹ Sposito (2003) chama atenção para a possibilidade de uma relação inversa também onde as orientações no campo da política pública conformem novas percepções e criem um impacto sobre a sociedade, o que reitera o caráter complexo da interrelação entre o conjunto de percepções dominantes sobre o que é ser jovem e as políticas de juventude.

Vale destacar que a síntese apresentada acima pode ser assumida neste contexto como um recurso metodológico ou como um parâmetro de análise da realidade, semelhante aos *tipos ideais* da sociologia compreensiva¹⁰, uma vez que os quatro paradigmas não são excludentes nem necessariamente seqüenciados em termos cronológicos. Embora certas percepções possam prevalecer em alguns momentos históricos, é possível afirmar a *coexistência*, no cenário atual brasileiro, de campos de significados distintos e muitas vezes até opostos.

Silva e Andrade (2009) assinalam que no final da década de 1990¹¹, período em que o tema juventude começa a ganhar maior expressão, predominavam as percepções que associavam a juventude à violência, aos comportamentos de risco e à transgressão, o que influenciou a maioria das ações destinadas aos jovens.¹²

Prevaleceram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49).

Sem dúvida, a associação imediata dos jovens à condição de “risco social” ainda se faz presente em nossa sociedade, mas o surgimento de organizações e grupos juvenis com representação em variados campos – cultural, esportivo, estudantil, político-partidário, movimentos étnicos e em prol da igualdade de gênero, associações de bairro, entre outros – é um dos fatores que favorecem a emergência da compreensão dos jovens como *sujeitos de direitos*, “definidos não por suas incompletudes ou desvios, mas por suas especificidades e necessidades, que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas” (ABRAMO, 2005 citado por SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49).

É esta compreensão dos jovens como *sujeitos de direitos* que está sendo assumida neste espaço. Este deve ser um pressuposto fundamental da construção das políticas de juventude, o que remete a um novo modelo de relacionamento do mundo adulto com as novas gerações, a um modo de praticar a ação política pautado na abertura de canais de participação dos atores juvenis. O que não exclui ou se opõe necessariamente ao reconhecimento dos *jovens como atores estraté-*

¹⁰ Referência ao marco teórico construído por Max Weber, um dos autores clássicos na Sociologia.

¹¹ Até então os jovens, em geral, eram atendidos pelas políticas sociais existentes destinadas ao conjunto da população, no âmbito da educação, saúde e trabalho.

¹² Para uma contextualização histórica das políticas de juventude a partir da redemocratização do país ver síntese presente na publicação “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010” (CONJUVE, 2011, p. 18-23).

*gicos do desenvolvimento ou da juventude como um período de formação e preparação para a maturidade.*¹³

Se foi assumido aqui a compreensão do termo juventude a partir do reconhecimento de sua diversidade, sem pretensões universalizantes, é preciso reconhecer também a importância dos canais de participação dos segmentos juvenis. Sem uma escuta qualificada dos sujeitos reais e concretos – os jovens –, a formulação de políticas públicas de juventude corre o grande risco de não alcançar de fato os objetivos propostos.

Para além do marco legal, a construção de uma política pública de juventude, como política de Estado, demanda o fortalecimento dos órgãos de juventude, ou seja, da Secretaria Nacional de Juventude, das coordenadorias e secretarias estaduais e municipais, bem como a consolidação e ampliação de canais de participação da juventude, fortalecendo os conselhos e demais espaços de participação.¹⁴

Nesse sentido, em âmbito federal, em 2005¹⁵, o Governo criou a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)¹⁶, espaços importantes para a formulação das políticas de juventude.

A criação de secretarias, coordenadorias e conselhos de juventude em vários municípios e estados brasileiros, assim como a criação dos Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude representam o fortalecimento institucional da temática.¹⁷

¹³ “Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos. No que pese o maior ou o menor predomínio de determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção. Manter a paz social ou preservar a juventude? Controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela sociedade e seus problemas? (Lagree, 1999)” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 18-19).

¹⁴ Importa assinalar que participação é mais do que representação em órgãos colegiados ou conselhos. É preciso que os jovens ampliem seus conhecimentos sobre procedimentos orçamentários, trâmites legislativos, lidar com contas públicas, etc.

¹⁵ Os estados de São Paulo, em 1986, e Minas Gerais, em 1987, instituíram os primeiros conselhos estaduais de juventude (CONJUVE, 2011, p. 18).

¹⁶ O Conselho Nacional de Juventude foi criado em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Atualmente o CONJUVE é composto por 60 conselheiros, dentre os quais 20 são indicados pelo poder público - Ministérios, Fórum de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados e o Fórum de Gestores Municipais de Juventude - e 40 são eleitos em assembleia pela sociedade civil – membros de organizações juvenis de representação nacional, ONGs, redes e movimentos.

¹⁷ Some-se a isso o fato de que em 2008 o Brasil solicitou sua adesão oficial à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), o único órgão multilateral de juventude no mundo, vinculado à Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEA).

Percebe-se pelo exposto que as políticas públicas de juventude no Brasil têm trilhado um caminho importante rumo à sua consolidação. Entretanto, inúmeros desafios ainda se fazem presentes nesta trajetória, em especial o desafio de transpor as *visões estereotipadas* acerca dos jovens, que tendem a desqualificar qualquer interlocução pretendida pelos mesmos na esfera pública. Para além das definições que partem das incompletudes ou dos desvios, é preciso ampliar a percepção e a escuta dos sujeitos concretos, a partir da compreensão dos jovens como sujeitos de direito.

1.3 Políticas Públicas de Juventude e Diversidade

A construção histórica e social das políticas da juventude, assim como as demais políticas sociais, dialoga diretamente com a noção de cidadania, com a dimensão dos direitos que devem ser assegurados aos indivíduos dentro da sociedade.

Até muito recentemente as lutas sociais por direitos tinham como bandeira principal a *afirmação da igualdade*. O cenário atual, no entanto, tem revelado um deslocamento significativo, onde o *direito à diferença* ganha especial importância. A afirmação *somos todos iguais* parece perder cada vez mais espaço para a bandeira da diversidade: *temos direito de ser diferentes*.

Vale destacar, entretanto, que a relação entre os termos igualdade e diversidade não é necessariamente de polarização. Como afirma Candau (2008, p. 47): *Não se trata de afirmar um polo e negar o outro, mas de articulá-los de tal modo que um nos remeta ao outro*.

Nesse contexto, é possível afirmar as diferenças / singularidades sem fragmentar o sujeito coletivo destinatário das políticas públicas de juventude? Ou, dito de modo inverso, é possível falar de um modo genérico em juventude, sem ofuscar as diversas identidades contidas neste grande recorte? Tudo indica que a resposta à primeira pergunta é positiva. O desafio é apreender as diversidades sem cair na fragmentação que impossibilita o diálogo e as ações coletivas.

A afirmação de identidades específicas (como: negros, mulheres, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ou pessoas com deficiência entre outros) dentro do recorte *juventude* não significa fragmentação ou apenas reivindicar *direitos para alguns*, mas a possibilidade de explorar o que cada movi-

mento identitário pode contribuir para a formulação das políticas de juventude de forma mais ampla.

É um ganho da modernidade, em fases mais recentes, reconhecer a dialética entre direitos humanos no geral, tendo como referência a humanidade, e os direitos humanos de muitos considerando suas singularidades, tanto em termos de vulnerabilidades negativas, quanto em termos de possibilidades, vivências, linguagens próprias e irreverências (CASTRO: 2004, p. 9).

Se foi afirmado aqui a compreensão do termo juventude a partir do reconhecimento de sua diversidade, sem a naturalização do mesmo ou pretensões universalizantes, admite-se também que a unidade do sujeito das políticas públicas de juventude não é dada previamente. O que não implica um caráter negativo do processo político, mas exige uma *práxis* mais sensível à diferença e ao reconhecimento de ambiguidades e contradições dentro do recorte juventude. Vale lembrar, que estas ambiguidades e contradições podem ser extremamente produtivas.

Entende-se então que qualquer política pública de juventude que venha a ser construída sem considerar como os diferentes jovens vivem sua juventude e as desigualdades vivenciadas no acesso a oportunidades e direitos de acordo com as diferentes demarcações sociais (negros, indígenas, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, pessoas com deficiência, local de moradia, ser ou não de comunidades tradicionais, entre outras) tende a gerar uma invisibilidade acerca deste sujeito coletivo, comprometendo o alcance dos objetivos anunciados. *As políticas públicas para os jovens, só se caracterizam como tal, se refletir as condições específicas das “juventudes”, e advir de pautas que realcem a capacidade e a participação política dos mesmos* (ARAUJO et al, s/d, p. 4).

Nesse contexto é pertinente lembrar a afirmação do sociólogo Boaventura de Souza Santos: *temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza* (SANTOS, 2006, p. 462). É possível e necessário propor diálogos entre diferentes grupos identitários sobre preocupações convergentes, a partir de universos sociais e culturais diversos. Compete ao Estado e à sociedade civil garantir espaços efetivos de interlocução e escuta dos diferentes grupos juvenis, com vistas a assegurar que o *direito à igualdade* assim como o *direito à diferença* sejam princípios norteadores na formulação e implementação das políticas públicas de juventude.

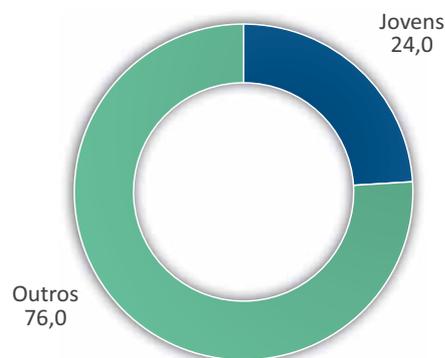
Em 2012, segundo o IBGE / Pnad, a população do Espírito Santo foi estimada em 3.636.942 pessoas. Deste total, 874.084 eram jovens (15 a 29 anos), ou seja, 24,0% da população do estado. No Sudeste, em 2012, a proporção de jovens era 23,6% e no Brasil era 24,8% (Figura 01).

Entre os jovens do Espírito Santo, 50,0% (437.300) eram do sexo feminino e 49,9% (436.784) eram do sexo masculino.

Quanto à distribuição por raça ou cor, 52,6% dos jovens se autodeclararam pardos, 37,3% brancos, 9,3% pretos, 0,4% indígenas e 0,2% amarelos, conforme mostra a Figura 02.

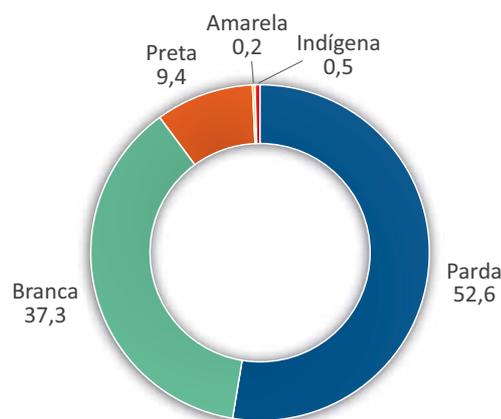
Vale destacar que na comparação entre as distribuições da população total e de jovens por raça/cor no Espírito Santo, os jovens apresentaram uma sobre-representação de pardos e uma sub-representação de brancos, conforme pode ser observado na Figura 03. Pretos, indígenas e amarelos também apresentam pequenas variações positivas entre os jovens em relação aos percentuais observados na população total.

Figura 01 - Percentual da população jovem de 15 a 29 anos, no conjunto da população: ES, 2012



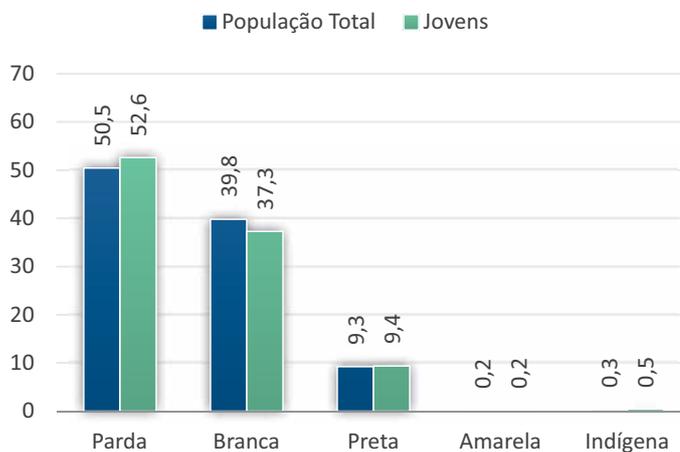
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Figura 02 - População jovem de 15 a 29 anos, por raça/cor: ES, 2012 (%)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Figura 03 - População e População jovem de 15 a 29 anos, por raça/cor: ES, 2012 (%)

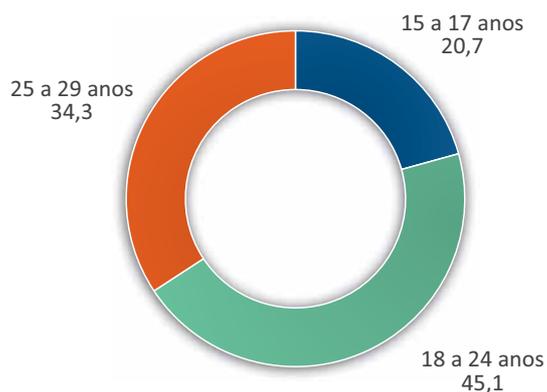


Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

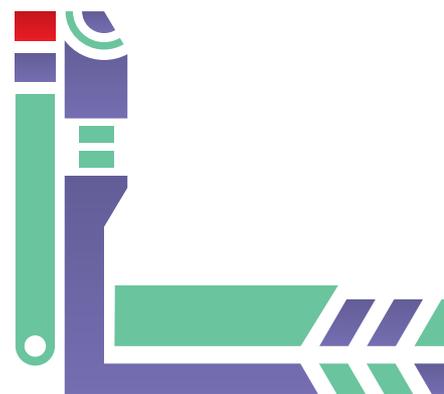
A Figura 04 traz a distribuição dos jovens, por faixas etárias, no Espírito Santo, em 2012: 45,1% dos jovens do estado estavam na faixa etária de 18 a 24 anos, 34,3% estavam na faixa de 25 a 29 anos e 20,7% estavam entre os 15 e 17 anos.

Figura 04 - População jovem, por faixas etárias: ES, 2012 (%)



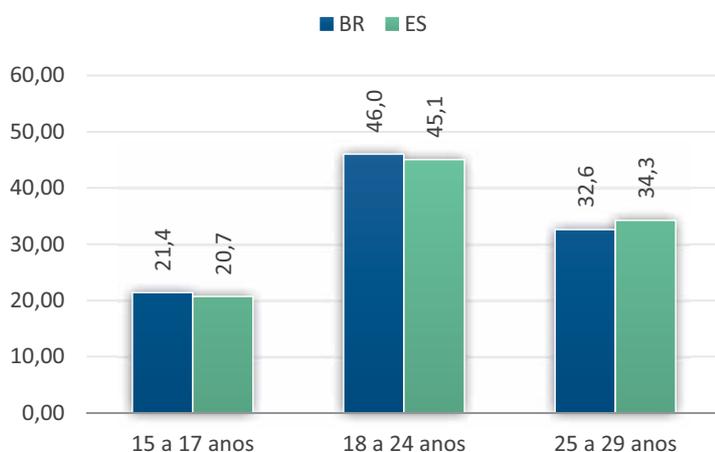
Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.



A distribuição dos jovens do Brasil, por faixas etárias, em 2012, é semelhante à do estado, com algumas variações em pontos percentuais como mostra a Figura 05. O Espírito Santo em relação ao Brasil apresenta proporções menores de jovens nas duas primeiras faixas etárias consideradas e, em contraposição, um percentual mais elevado na faixa etária de 25 a 29 anos.

Figura 05 - População jovem por idade: Brasil e ES, 2012 (%)

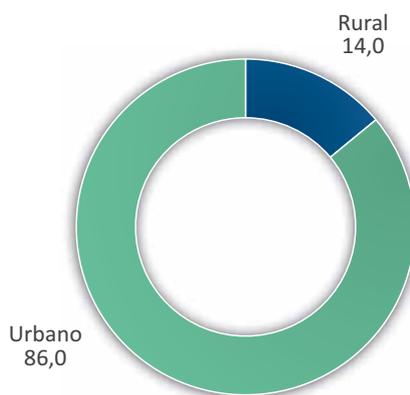


Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

No Espírito Santo, em 2012 segundo a Pnad, estima-se que 86,0% da população de jovens estavam no meio urbano e 14,0% no meio rural, conforme ilustra a Figura 06.

Figura 06 - População jovem de 15 a 29 anos, por situação de domicílio: ES, 2012 (%)

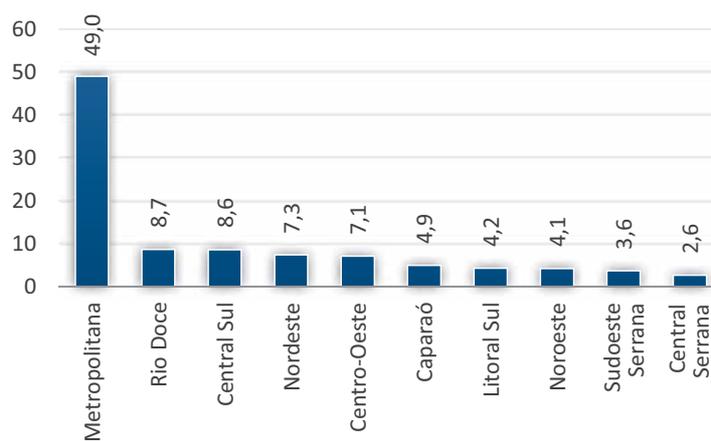


Fonte: PNAD/IBGE.

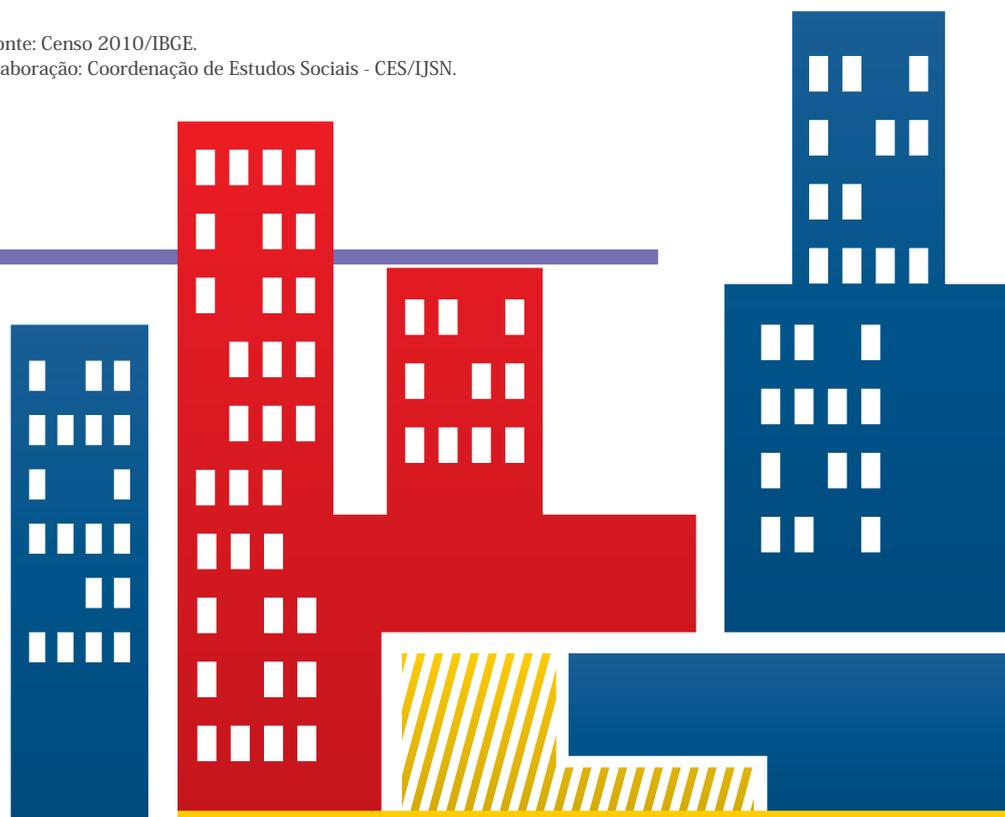
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

A Figura 07 indica que a microrregião Metropolitana concentrava 49,0% dos jovens do estado em 2010, conforme dados do Censo¹⁸.

Figura 07 - População jovem de 15 a 29 anos, por microrregião: ES, 2010 (%)



Fonte: Censo 2010/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.



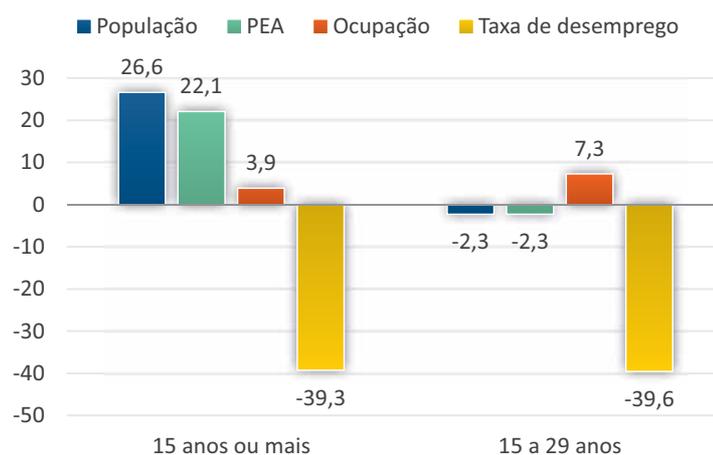
¹⁸ Utilizamos aqui os microdados do Censo 2010 para mostrar a distribuição dos jovens por Microrregiões, porque os dados da Pnad não nos permite fazer este tipo de desagregação, face às características da amostra.

Para o entendimento do jovem contemporâneo é indispensável compreender, no eixo sobre Desenvolvimento Integral da Juventude, os fatores significativos na sua formação e na construção de suas identidades, perspectivas e trajetórias (CONJUVES, 2011).

Os jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho e de oportunidades no ensino superior. Assim, com o crescimento da população jovem a uma média de 0,4% ao ano¹⁹ e apesar da redução ocorrida entre 2011 e 2012, crescem as demandas sociais por capacidade de absorção da mão-de-obra, educação e o reconhecimento da importância dos jovens na implantação de políticas públicas.

Mas a evolução da população jovem se deu de forma diferenciada da evolução da população de 15 anos ou mais. Enquanto esta cresceu 26,6% entre 2001 e 2012, a população jovem de 15 a 29 anos diminuiu -2,3%. A população economicamente ativa também diminuiu -2,3% entre os jovens e cresceu 22,1% entre a população de 15 anos ou mais. A taxa de ocupação aumentou para ambos os grupos etários, (7,3% para os jovens) enquanto que em relação ao desemprego, houve diminuição também para os dois grupos, contudo a diminuição entre os jovens de 15 a 29 anos (-39,6%) foi ligeiramente superior à apresentada pela população de 15 anos ou mais (-39,3%) (Figura 08).

Figura 08 - Variação percentual da População, da População Economicamente Ativa, da Ocupação e do Desemprego: ES, 2001 a 2012



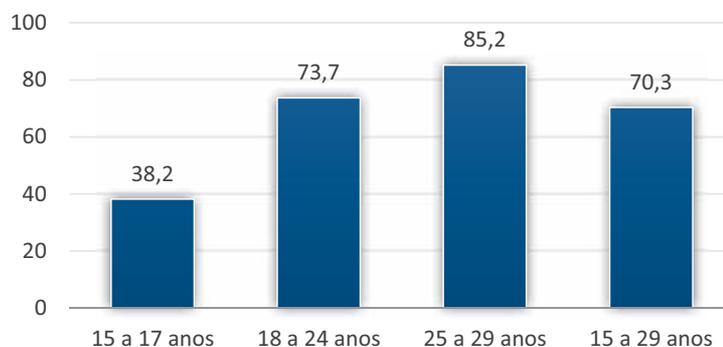
Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

¹⁹ Taxa de crescimento geométrica entre 2001 e 2011.

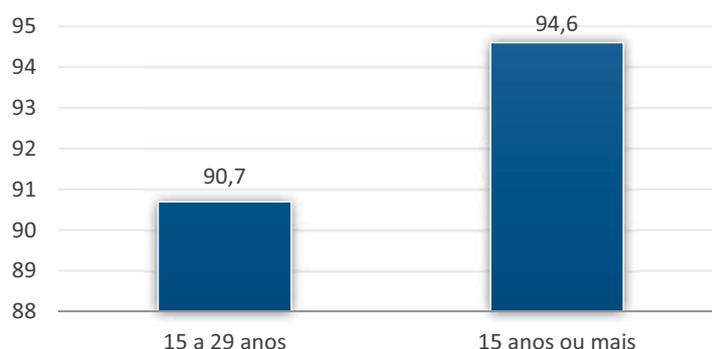
Em 2012, no Espírito Santo, do total de jovens de 15 a 29 anos, 70,3% se declararam como economicamente ativos²⁰. Como esperado, a participação da população economicamente ativa de 15 a 29 anos é crescente quando analisada segundo os recortes de idade dentro do grupo. Entre a população de 15 a 17 anos (idade escolar), 38,2% se declararam como economicamente ativos (Figura 09). Na medida em que os grupos de idade se distanciam da idade escolar a participação se eleva: 38,2% para o grupo de 15 a 17 anos; 73,7% para o grupo de 18 a 24 anos; e 85,2% para o grupo de 25 a 29 anos.

Figura 09 - População jovem economicamente ativa por grupo de idade: ES, 2012 (%)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Figura 10 - Razão de ocupação da população jovem e de 15 anos ou mais: ES, 2012 (%)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

²⁰ Pessoas ocupadas ou que procuram emprego.

A ocupação total (15 anos ou mais) em relação aos economicamente ativos no Estado foi de 94,6%, enquanto para os jovens esse valor foi de 90,7% (Figura 10). Os postos de trabalho abertos para jovens que mais se destacaram foram nos ramos de atividade de Comércio e reparação (22,7%), Agrícola (13,9%) e Outras atividades (11,4%) (Figura 11).

Figura 11 - Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos ocupada, segundo ramo de atividade: ES, 2012



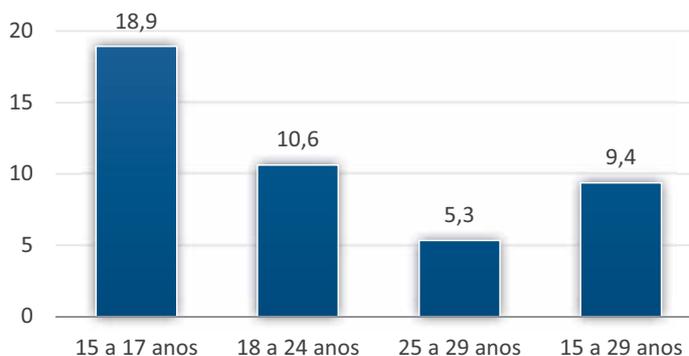
Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Contudo, segundo Pochmann (2007), para muitos jovens brasileiros, a condição de atividade vem sendo marcada por situações de desemprego recorrente, sem possibilidade de construir uma trajetória ocupacional segura de ascensão social, conforme se observava há menos de cinquenta anos atrás.

Na média, a população economicamente ativa de 15 a 29 anos apresentou 9,4% de indivíduos desocupados. Para o grupo etário de 15 a 17 anos a taxa de desemprego foi de 18,9%; 10,6% para o grupo de 18 a 24 anos; e 5,3% para o grupo de 25 a 29 anos (Figura 12).

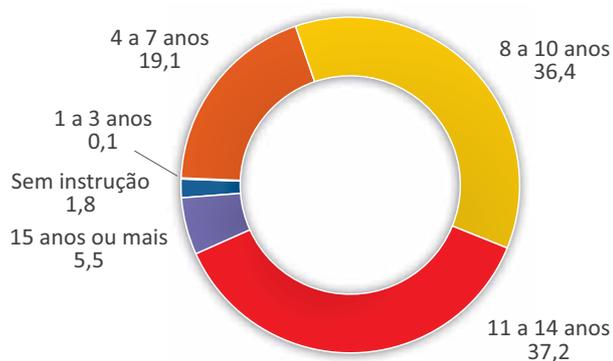
Figura 12 - Percentual da população jovem desocupada segundo grupo de idade: ES, 2012



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Quando analisada a distribuição da população de 15 a 29 anos desocupada, segundo anos de estudo, verifica-se que a categoria de 15 anos ou mais de estudo representa 5,5% da população jovem desocupada; 11 a 14 anos de estudo representa 37,2%; 8 a 10 anos de estudo representa 36,4%; 4 a 7 anos de estudo representa 19,1%; 1 a 3 anos de estudo representa 0,1%; e por último, a categoria sem instrução representa 1,8% no total de jovens desocupados. Tem-se, portanto, que do total de desocupados jovens, a maior parte apresenta baixo grau de escolaridade ou por estarem ainda em idade de estudo, ou por terem abandonado a escola (Figura 13).

Figura 13 - Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos, desocupada na semana de referência, por anos de estudo: ES, 2012



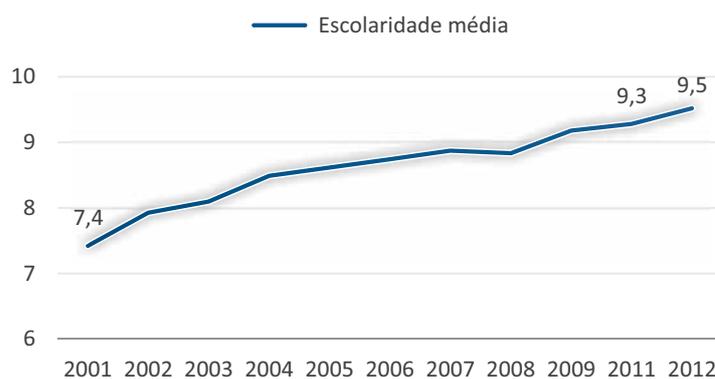
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Segundo Pochmann (2007), a situação do sistema de ensino dificulta o avanço da escolaridade da juventude com qualidade, assim como a contida expansão econômica nos últimos anos obstaculiza a ascensão social por intermédio do emprego.

A educação é um mecanismo para superar tanto a pobreza quanto as causas estruturais que a reproduzem – a exemplo da baixa produtividade no trabalho, a marginalidade cultural e a maior vulnerabilidade dos jovens frente à carência de informações para a prevenção de certas doenças e comportamentos de risco –, sendo que a igualdade de oportunidades nesse campo é fundamental para incentivar a mobilidade social. Por essa razão, os investimentos destinados a incrementar a frequência e o aproveitamento educacional dos jovens possuem diversos efeitos positivos na redução da pobreza e das profundas desigualdades que caracterizam vários países do mundo (BARBER-MADDE & ABE SABER, 2010).

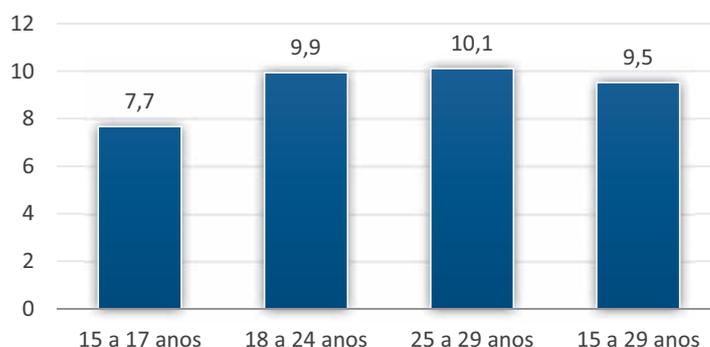
De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) o Espírito Santo, nos últimos anos (2001-2012), apresentou melhoras nos indicadores educacionais. O Gráfico 01 mostra que a escolaridade média da população de 15 a 29 anos, residente no estado passou de 7,4 anos de estudo, em 2001, para 9,5 anos de estudo, em 2012. Ao analisarmos a escolaridade média por grupos de faixa etária, verificamos que, em 2012, a população de 15 a 17 anos apresentou média de 7,7 anos de estudo, enquanto que os jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos apresentaram médias de 9,9 e 10,1 anos de estudo, respectivamente (Figura 14).

Gráfico 01 - Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos por anos de estudo: ES, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Figura 14 - Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos por anos de estudo: ES, 2012 (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Vimos que o Espírito Santo tem apresentado aumentos na escolaridade média dos jovens capixabas, contudo, o número de anos de estudos (7,7) alcançados em 2012, na faixa etária de 15 a 17 anos, foi inferior ao nível necessário para a conclusão do Ensino Fundamental

(pelo menos 9 anos de estudo). Portanto, no campo da educação o Estado ainda precisa avançar na implantação de medidas que garantam o aumento da escolaridade média dos jovens.

De acordo com os dados da Tabela 01, em 2001, do total de jovens de 15 a 29 anos, 39,2% possuem pelo menos 9 anos de estudo, enquanto que em 2012 esse percentual passou a representar 64,3% dos jovens nesse grupo etário, ou seja, uma variação de 63,7% para o período analisado. Do total de jovens de 18 a 24 anos 73,8% possuem pelo menos 9 anos de estudo em 2012. Para o nível de escolaridade de pelo menos 11 anos de estudo, o grupo etário de 18 a 24 anos tem participação de 59,8%. Já do total de jovens de 25 a 29 anos 61,1% possuem pelo menos 11 anos de estudo, enquanto 15,8% desse total possuem pelo menos 15 anos de estudo, um aumento em relação a 2001 de aproximadamente 345%.

Tabela 01 - Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos, por anos completos de estudo: ES, 2001 e 2012

Anos completos de estudo	Grupos de idade	Participação (%)		var. (%)
		2001	2012	
Pelo menos 9 anos de estudo	15 a 29 anos	39,2	64,3	63,7
	18 a 24 anos	47,8	73,8	54,6
Pelo menos 11 anos de estudo	18 a 24 anos	34,0	59,8	75,7
	25 a 29 anos	29,7	61,1	106,0
Pelo menos 15 anos de estudo	25 a 29 anos	3,5	15,8	345,2

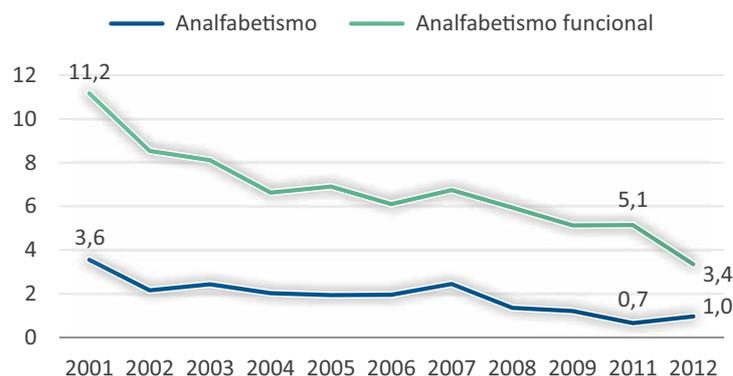
Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Em geral, aumentos na escolaridade média ocorrem em função de reduções do analfabetismo, aumento da frequência escolar e redução na proporção de pessoas em ano irregular de estudo.

O Gráfico 02 revela que o analfabetismo entre os jovens capixabas, apesar de residual, existe. No período de 2001 a 2012, a taxa de analfabetismo da população de 15 a 29 anos apresentou tendência decrescente no Espírito Santo, passando de 3,6% em 2001 para 1,0% em 2012. No que se refere ao analfabetismo funcional²¹, sua participação na população jovem é maior durante todo o período, passando de 11,2%, em 2001, para 3,4% em 2012, o que representa uma redução de 7,8 pontos percentuais.

Gráfico 02 - Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional da população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2001 a 2012 (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Ao observarmos a ocorrência tanto do analfabetismo quanto do analfabetismo funcional pela situação do domicílio dos jovens capixabas, verifica-se que do total de analfabetos de 15 a 29 anos, 87,5% foram encontrados em áreas urbanas do Espírito Santo em 2012, enquanto 12,5% em áreas rurais (Tabela 2). Contudo, de acordo com a Figura 15, quando se considera a escolaridade média da população jovem de acordo com sua situação do domicílio, constata-se maior nível de escolaridade entre os jovens das áreas urbanas (9,7 anos de estudo) em relação aos jovens das áreas rurais (8,2 anos de estudo).

²¹ População com menos de 4 anos de estudo.

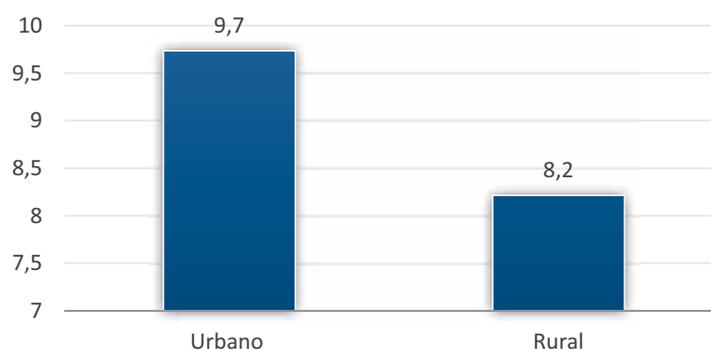
Tabela 02 - Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional da população jovem de 15 a 29 anos, segundo a situação do domicílio: ES, 2012

Situação do domicílio	Analfabetismo		Analfabetismo Funcional	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Total	8.357	-	29.254	-
Urbano	7.313	87,5	25.599	87,5
Rural	1.044	12,5	3.655	12,5

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

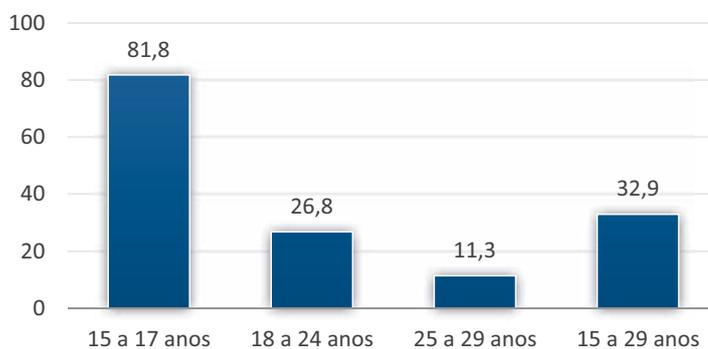
Figura 15 - Escolaridade média da população jovem de 15 a 29 anos, segundo a situação do domicílio: ES, 2012 (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Figura 16 - Distribuição percentual da população jovem que frequenta escola segundo faixa etária: ES, 2012



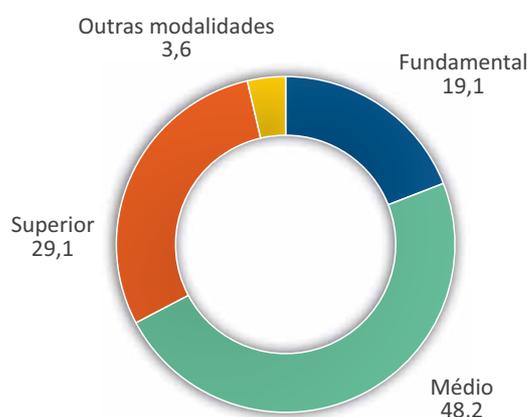
Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Quanto à frequência escolar dos jovens no estado (Figura 16), verifica-se que 81,8% dos jovens de 15 a 17 anos frequentam a escola. Contudo, nas faixas etárias seguintes, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, esse valor cai para 26,8% e 11,3%, respectivamente.

Desse total de jovens, 19,1% frequentam o Ensino Fundamental²², 48,2% o Ensino Médio e 29,1% o Ensino Superior²³; o restante, equivalente a 3,6%, frequenta outras modalidades de ensino (Figura 17). Conforme os dados da tabela 3, dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam o Ensino Fundamental, 96,6% o fazem na rede pública; os que frequentam o Ensino Médio, 88,3% também estudam na rede pública; já os jovens de 15 a 29 anos que frequentam o Ensino Superior, apenas 28,1% o fazem em rede pública.

Figura 17 - Distribuição da população jovem de 15 a 29 anos, que frequenta escola segundo a modalidade de ensino: ES, 2012 (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Tabela 03 - População jovem de 15 a 29 anos, que frequenta escola por modalidade e rede de ensino: ES, 2012

Rede de Ensino	Participação (%)		
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Público	96,6	88,3	28,1
Privado	3,4	11,7	71,9

Fonte: PNAD 2012.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Outro indicador importante, principalmente, por expressar o nível de defasagem em uma dada série, é a taxa de distorção idade série²⁴. De acordo com a tabela 4, um número significativo de jovens capixabas em idade escolar, frequenta modalidade de ensino não compatível com sua idade. A proporção de pessoas em ano irregular de estudo no Espírito Santo em 2013 foi de 21,9% na 8ª série (9º ano) do Ensino Fundamental; 34,1% no 1º ano do Ensino Médio; 23,4% no 2º ano do Ensino Médio; e 17,8% no 3º ano do Ensino Médio. Destaca-se que quanto maior a distância entre a série frequentada e a série regular da idade, maior é a probabilidade de evasão escolar (JANNUZZI, 2006).

²² O ensino fundamental e médio inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

²³ Inclusive mestrado e doutorado.

²⁴ A taxa de distorção idade série corresponde ao total de matrículas de pessoas que estão cursando determinada série em idade superior à considerada ideal sobre o total de matrículas na série em questão.

Tabela 04 - Taxa de distorção idade série: ES, 2013

Série	Taxa de distorção idade série (%)
Ensino Fundamental - 8ª série/ 9º ano	21,9
Ensino Médio - 1º ano	34,1
Ensino Médio - 2º ano	23,4
Ensino Médio - 3º ano	17,8

Fonte: Censo Escolar 2013.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

No que diz respeito à taxa de escolarização líquida²⁵, verifica-se de acordo com a tabela 5, que em 2012 o percentual da população de 15 a 17 anos matriculada no nível de ensino adequado (ensino médio) no Espírito Santo (54,9%) foi superior ao do Brasil (54,0%), porém inferior ao da região Sudeste (62,5%). A taxa de escolarização líquida do ensino superior apresenta níveis abaixo a do ensino médio, além disso, o percentual de jovens de 18 a 24 anos que frequenta o ensino superior no Espírito Santo (14,3%) é inferior à do Brasil (15,1%) e a da região Sudeste (16,6%).

Tabela 05 - Taxa de escolarização líquida:
Brasil, Sudeste e ES, 2012 (%)

Brasil, SE e ES	Taxa de escolarização líquida Ensino médio	Taxa de escolarização líquida Ensino superior
Brasil	54,0	15,1
Sudeste	62,5	16,6
Espírito Santo	54,9	14,3

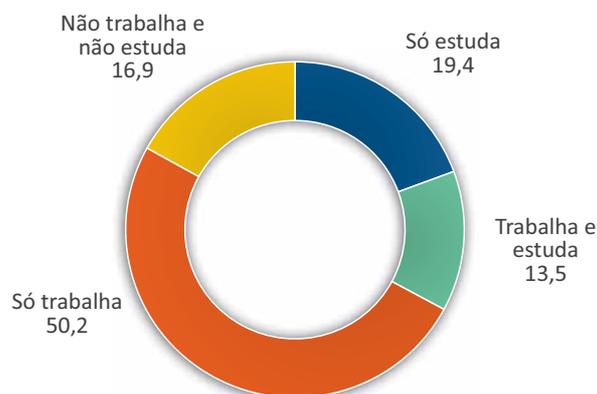
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

A frequência escolar também permite inferir questões sobre alocação do tempo dos jovens entre estudo e trabalho. No Brasil, observa-se que grande parte dos jovens abandona os estudos para ingressar no mercado de trabalho (IJSN. 2011). No Espírito Santo, ao observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo, verificou-se que, em 2012: a maior parte deles (50,2%) só trabalhava; 16,9% não trabalhava nem estudava; 19,4% só estudava e 13,5% trabalhava e estudava (Figura 18).

²⁵ Este indicador corresponde à razão entre as matrículas das pessoas em idade adequada para estar cursando um determinado nível e a população total na mesma idade.

Ao observarmos a alocação do tempo do jovem por níveis de faixa etária, verifica-se que de 2001 a 2012 (Tabela 06), aumentou o percentual de jovens de 15 a 17 anos que só estudava, passando de 49,3%, em 2001, para 59,2% em 2012, sinalizando um melhor aproveitamento do tempo do jovem em termos de aquisição de conhecimentos. Contudo, uma parcela expressiva (22,6%) dos jovens dessa faixa etária, em 2012, tem que conciliar a frequência à escola ao trabalho. Entre os jovens de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, tanto em 2001 (48,2% e 69,0%) quanto em 2012 (52,8% e 72,1%), predomina a condição de trabalhador, seguido do contingente de jovens que não trabalham e nem estudam.

Figura 18 - Alocação do tempo da população jovem de 15 a 29 anos: Espírito Santo, 2012 (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Tabela 06 - Alocação do tempo da população jovem por faixa etária: ES, 2001 e 2012 (%)

2001	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha e não estuda
15 a 17 anos	49,3	22,8	13,0	14,9
18 a 24 anos	15,4	14,4	48,2	22,1
25 a 29 anos	1,4	6,8	69,0	22,9
2012	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha e não estuda
15 a 17 anos	59,2	22,6	8,4	9,8
18 a 24 anos	13,7	13,1	52,8	20,4
25 a 29 anos	2,8	8,6	72,1	16,6

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Ademais, para melhor compreender a alocação do tempo dos jovens, é preciso estabelecer uma relação entre o uso do tempo do jovem e sua respectiva classe econômica. Segundo os dados da tabela 7, do total de jovens que trabalham e estudam 1,4% pertencem a classe E, 10,9% pertencem a classe D, 71,7% pertencem à classe C e 16,0% à AB. Entre os jovens que só trabalham, a maioria pertence

à classe C (68,3%), seguida pela classe D (17,1%), AB (12,7%) e E (1,9%). Entre os jovens que só estudam, a maior parte também pertence à classe C (58,4%), e é também seguida pelas classes D (20,8%), pela AB (14,8%) e pela E (6,0%). Para o total de jovens que não trabalham e nem estudam, 41,5% pertencem à classe C, 33,2% pertencem a classe D, entretanto, ao contrário das alocações anteriores, a terceira maior participação pertence a classe E (23,1%), seguida pela AB (2,2%).

Tabela 07 - Alocação do tempo da população jovem de 15 a 29 anos, segundo as classes econômicas: ES, 2012

Alocação do tempo	Total	Classe Econômica (%) ²⁶			
		Pobre (E)	Remediada (D)	Média (C)	Elite (AB)
Trabalha e estuda	110.763	1,4	10,9	71,7	16,0
Só trabalha	420.589	1,9	17,1	68,3	12,7
Só estuda	165.613	6,0	20,8	58,4	14,8
Não trabalha e não estuda	144.733	23,1	33,2	41,5	2,2

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Nota: Com vistas a preservar os quatro níveis de desagregação de renda adotados na última versão desse documento, optou-se por classificar a classe econômica Elite como AB, a Média como C, a classe dos Remediados como D e os Pobres de acordo com o critério de renda domiciliar per capita correspondem a classe econômica E.

Para que a educação possa exercer esse papel é necessário vencer alguns desafios referentes à sua qualidade, uma vez que existe uma enorme discrepância entre o número ascendente de jovens que estão frequentando a rede de ensino e o daqueles que conseguem dominar um conjunto mínimo de habilidades cognitivas. São eles: a falta de pertinência dos conteúdos pedagógicos ministrados à realidade cotidiana e às demandas do mercado de trabalho contemporâneo; a inadequação dos métodos didáticos empregados nas escolas, dissonantes com as novas formas de adquirir e difundir conhecimentos, a exemplo da internet; a falta de uma infraestrutura adequada (como textos atualizados, computadores e equipamentos áudio-visuais); carga horária reduzida, conjugada a salas de aula super lotadas; a falta de alternativas eficazes de capacitação técnica aos jovens que não frequentam o sistema de ensino regular; e a deterioração da qualidade do corpo docente por más condições de vida e de trabalho (BARBER-MADDE & ABE SABER, 2010).

²⁶ Critérios para definição das Classes econômicas:

E - Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 187,28 na zona urbana e R\$ 159,84 na zona rural (linha de pobreza).

D - Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R\$ 187,28 a R\$ 352,96 na zona urbana e R\$ 159,84 a R\$ 321,17 na zona rural.

C - Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R\$ 352,96 a R\$ 1.521,62 na zona urbana e R\$ 321,17 a R\$ 1.384,57 na zona rural.

AB - Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita acima de R\$ 1.521,62 na zona urbana e R\$ 1.384,57 na zona rural.

No cenário atual do sistema educacional brasileiro e, portanto, capixaba, é fundamental tornar a escola um ambiente atrativo por meio de medidas como a eliminação de taxas de matrícula, garantia do fornecimento da merenda escolar e desenvolvimento de atividades esportivas e culturais que estimulem a participação dos jovens e de suas famílias. Ao mesmo tempo, para contemplar os jovens que não puderam concluir os ciclos de educação formal é importante fortalecer os cursos profissionalizantes para assim propiciar aos mesmos, maiores oportunidades de emprego (BARBER-MADDE & ABE SABER, 2010).

De acordo com as informações do Censo Escolar, entre 2008 e 2013, o total de matrículas em cursos de educação profissional de nível médio ampliou-se de cerca de 20.647 estudantes para 31.621, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 53,0%, como mostra a Tabela 08.

Tabela 08 - Matrículas na Educação Profissional por localização e dependência administrativa: ES, 2008 e 2013

Localização	Dependência Administrativa					
	2008	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	20.647	20.647	4.842	4.936	0	10.869
Urbana	19.068	19.068	3.469	4.936	0	10.663
Rural	1.579	1.579	1.373	0	0	206
2013	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
Total	31.621	3.643	9.190	0	18.788	
Urbana	30.824	3.017	9.026	0	18.781	
Rural	797	626	164	-	7	

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas:

- 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- 2) Não inclui matrículas na educação profissional integrada ao ensino médio.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

Os dados também evidenciam que, em 2008, 53,0% das matrículas concentram-se na rede privada, seguida da rede estadual (24,0%) e da federal (23,0%). Em 2013, a configuração permaneceu a mesma, quanto a distribuição das matrículas entre as redes, com a rede privada respondendo por 59,0% das matrículas, e a rede estadual e federal responsáveis por 29,0% e 12,0% do total das matrículas. A área urbana concentrou, em 2008, 92,0% dos estudantes da educação profissional, enquanto, em 2013, esse percentual passou a representar 97,0% das matrículas.

Visto que a inserção no mercado de trabalho constitui fator fundamental para a inclusão social dos jovens. Assim, qualquer política voltada ao fomento da inserção profissional juvenil precisa definir seu público-alvo, de modo a focalizar os investimentos para a superação dos condicionantes estruturais do desemprego entre os jovens para que as políticas empregatícias façam parte de um enfoque multidimensional e possam garantir melhores condições de vida para as famílias e evitar que os jovens sejam forçados a abandonar o sistema de ensino para complementarem a renda doméstica (BARBER-MADDE & ABE SABER, 2010).

Por fim, a participação social, política e cultural são desafios que devem ser somados ao da incorporação das pessoas jovens na sociedade de forma produtiva e criativa.

"Este é o principal desafio da Política Nacional de Juventude: assegurar a inclusão dos jovens, entre 15 e 29 anos, que ainda estão fora da escola, do mercado de trabalho, e sem acesso aos bens culturais e ao esporte. São milhares de brasileiros que vivem na fronteira entre a possibilidade de uma vida plenamente cidadã e os riscos de serem cooptados pela criminalidade. Para enfrentar esse grave problema, o governo federal vem investindo em programas específicos e políticas públicas estruturantes que poderão no longo prazo, mudar essa realidade, possibilitando uma vida digna a todos os jovens brasileiros" (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2010, p.174).

Quadro 02 - Jovens na Escola

De acordo com o Censo Escolar de 2013, o Espírito Santo conta com 522.376 alunos matriculados no ensino fundamental. Deste total verifica-se que 66,0% das matrículas encontram-se na rede municipal de ensino. Além disso, nota-se a concentração de matrículas na área urbana, respondendo essa por cerca de 89,0% do total de matrículas no ensino fundamental. No que diz respeito à cor/raça, 45,0% dos alunos se declararam pardos, enquanto 28,0% se consideram brancos, e apenas 4,0% se declararam pretos. (Tabelas A1 e A2 do Anexo).

Em relação ao ensino médio, em 2013 o Espírito Santo apresentou, segundo a Tabela A3 do Anexo, 136.558 matrículas, sendo a rede estadual de ensino a que concentra o maior número de matrículas, 112.164, seguida

das redes privada e federal de ensino, com respectivamente 18.321 e 5.956 alunos matriculados. A rede municipal de ensino conta com apenas 117 alunos matriculados.

Do total de alunos matriculados no ensino médio da rede estadual, aproximadamente 97,0% destes situam-se na área urbana. Já com relação à cor/raça, verifica-se novamente o predomínio de alunos que se declararam pardos e brancos, com respectivamente 44,0% e 31,0% do total de matrículas. Chama a atenção também o baixo percentual de alunos que se declararam pretos ou indígenas, respondendo estes por 4,0% e 0,17% das matrículas no ensino médio (Tabela A4 do Anexo).

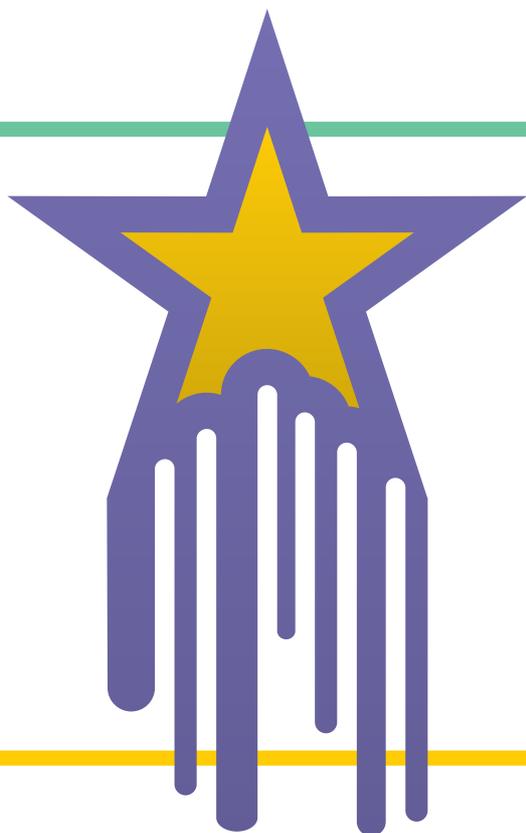
No que diz respeito ao ensino superior, o Espírito Santo conta atualmente com 100.572 jovens, de 15 a 29 anos, matriculados em cursos de graduação, presencial e à distância, de acordo com dados do censo do ensino superior de 2012. Esse número corresponde a 67,5% de todas as matrículas registradas em cursos de graduação do Estado. Do total de jovens matriculados, 14.389 são concluintes dos cursos de graduação. Os jovens ingressantes nos cursos de graduação presencial no Espírito Santo somaram 25.513, o que corresponde a 79,4% do total de ingressos na graduação presencial, conforme Tabela A5 do Anexo.

Nos cursos de graduação presencial do Estado foram registrados 88.276 jovens, o que corresponde a 87,8% dos jovens matriculados na graduação. Dentre esses, as mulheres são maioria, com 58,6% das matrículas. Em relação à raça, a maior parte dos jovens que declarou é branca, com 59,6%, seguida por parda (31,5%). Os jovens negros somam 6,3% e os indígenas correspondem a apenas 0,4% dos jovens matriculados na graduação. Não declararam a raça ou não dispõem de informação 72,6% (Tabela A6 do Anexo).

As instituições de ensino superior privadas contêm a maior parte das matrículas dos jovens (78,1%), de acordo com a Tabela A7 do Anexo. Mais da metade dos jovens matriculados nas IES privadas são do gênero feminino (60,5%) e a maior parte dos que declararam cor/raça são brancos (59,6%). Vê-se que, dentre os que declaram, o percentual de pardos é maior nas IES privadas (31,6%) que nas públicas (30,8%).

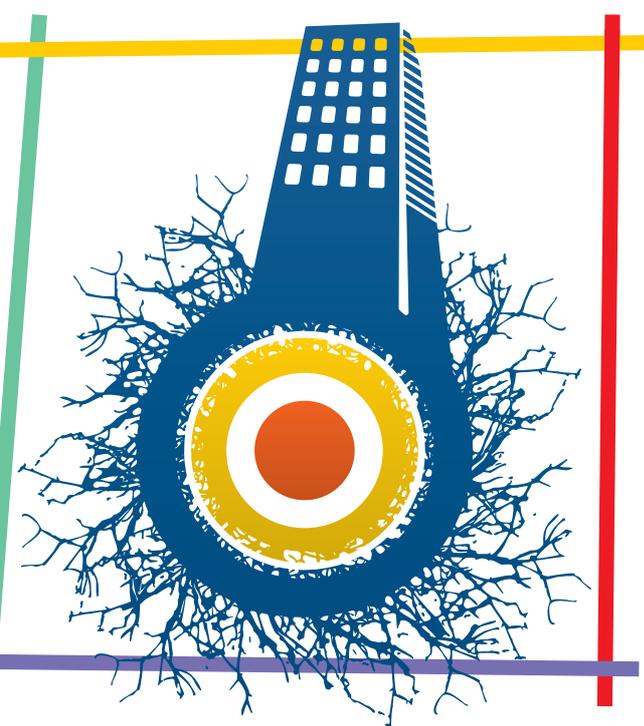
Em relação às IES públicas, 51,9% dos jovens são do gênero feminino e a maior parte dos que declararam cor ou raça são brancos (59,6%). Cabe ressaltar, que o percentual de jovens da raça preta matriculados nos cursos de instituições de ensino públicas (8,3%) é maior que nas instituições de ensino privadas (6,1%).

No que diz respeito a graduação à distância, em 2012, foram registrados no Espírito Santo 12.296 jovens matriculados em cursos à distância (Tabela A5 do Anexo). Os jovens também pertencem em sua maioria ao sexo feminino (67,3%), conforme Tabela A6 do Anexo. Dentre os jovens que declararam a cor, 70,8% são brancos, 20,5% pardos, 6,2% pretos e 1,7% amarelos. A raça indígena compreende apenas 0,8% do total de jovens matriculados em cursos de graduação à distância do Estado. É importante lembrar que somente 35,4% dos jovens matriculados possuem informação ou declararam informação sobre raça/cor. As instituições de ensino superior privadas concentram 94,7% das matrículas dos jovens da graduação à distância, enquanto as IES públicas respondem por apenas 5,3% das matrículas.



Todas as escalas de abordagem relacionadas à juventude e tratadas neste documento estão intrinsecamente associadas ao território: O território, como espaço de articulação e de estratégias de desenvolvimento é objeto de ações para políticas públicas, que assegurem aos jovens, habitação, transporte e segurança.

O território é múltiplo, dinâmico e sempre em constante reconstrução. O tempo e o espaço são, pois, dimensões necessárias para análise do território, e de fundamental importância compreender como cada um de seus referenciais remete a um significado, a práticas sociais e aos atores que nele operam.



Para Raffestin (1993), faz-se necessário focar a análise no poder exercido por pessoas ou grupos, categoria essencial para a compreensão do território, sem a qual não se define o próprio território, posto que este incorpora uma identidade relacionada a limites geográficos, ou a um espaço determinado, mediado pela técnica. Daí a importância de verificar como se dá a inserção de grupos e a forma de apropriação dos seus espaços, referindo-se aqui ao recorte “juventude”.

É importante ressaltar, portanto, que "território", entendido como espaço geográfico, pressupõe limites, fronteiras, bordas, franjas. Na atualidade, os limites cidade-campo estão muitas vezes dividindo uma zona de sombreamento que se interpenetram. As novas relações de comunicação e fluxo de informação fazem com que as distâncias não sejam mais contadas em metros, mas em tempo e em fluxo de *megabytes* por segundo. As novas tecnologias alteram as relações de produção e consumo e implicam uma nova concepção de espaço-tempo e mesmo das identidades culturais mescladas (SANTOS, 2008, p.8). Esses destaques reforçam o pensamento de que uma das grandes contradições do mundo contemporâneo é aquela que opõe, de um lado, o acelerado desenvolvimento técnico e, de outro, o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e territoriais.

O “direito à cidade”, fundamental para o exercício da cidadania, é também um direito à história, à habitação, à saúde, à cultura, à dignidade, à liberdade, dentre outras dimensões qualitativas. Lefebvre amplia o princípio do direito à cidade ao associá-lo ao da justiça urbana (LEFEBVRE, 2001).

No Brasil, a política urbana e o atendimento à função social da cidade foram estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, expressas em seus artigos 182 e 183, e, posteriormente, regulamentados pelas diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). O Estatuto inovou como marco jurídico-urbanístico, incorporou conceitos, instrumentos e mecanismos da legislação urbanística, estabeleceu o direito à cidade sustentável entendido como a garantia de direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (FERNANDES, 2010).

Considerando os pressupostos teóricos acima mencionados e levando em conta que é no lugar que o homem habita e estabelece relações cotidianas, as questões relacionadas ao território colocam em foco o questionamento do acesso à infraestrutura, à cultura e ao lazer, ou seja, o direito à função social da cidade preconizada na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Como destacado na versão anterior deste Caderno, a dificuldade de acesso e o direito ao território foram objetos de debate e estão presentes no documento resultante da 2ª Conferência Nacional da Juventude (CONJUVES, 2011), expressos no combate à exclusão ao longo de todo Eixo Direito ao Território.

De forma geral, há uma grande dificuldade, por parte da juventude, no acesso aos serviços urbanos. A centralização de equipamentos de cultura e lazer em determinadas regiões e o alto custo para sua fruição, por exemplo, acabam limitando as atividades dos jovens em seu tempo livre, sejam eles moradores de grandes ou pequenos centros urbanos (CONJUVES, 2011, p.10).

Portanto, o documento do CONJUVES ressalta essa condição de exclusão de uma grande maioria de jovens à urbanização em todas as suas dimensões, o que prejudica “os processos de integração social e até mesmo de vivência de sua própria condição juvenil e de construção do espaço para todos” (CONJUVES, 2001, p.11).

O mundo vem passando por uma grande mudança, principalmente no que diz respeito às representações que se fazem dos processos de produção e das políticas culturais em prol de novos sentidos para a ideia de identidade e território. Para compreender as diferentes situações de transversalidade sobre o território, importante contextualizar o sentido de “espaço livre público”²⁷. Notadamente as praças e as ruas, são subespaços importantes à cidade e à cidadania, reflexo do espaço simbólico, manifestação do poder institucional, público, ou mesmo como possibilidade de interações sociais do cotidiano até o estabelecimento de ações e manifestações cívicas (QUEIROGA, 2001).

O espaço público das cidades é um centro de sociabilidade que, fora dos limites da casa e da escola, permite à juventude exercitar o seu protagonismo. O documento do CONJUVE (2011, p.16) ressalta esta condição da vivência juvenil considerando “o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades de como esta condição é ou pode ser vivida”. Daí a importância de se considerar as pluralidades e diversidades de cada um e /ou grupo.

Igualmente importantes são os espaços garantidos à juventude em diversos equipamentos públicos, notadamente os estabelecimentos de ensino e os centros de referência da assistência social, onde o tempo livre pode ser melhor utilizado.

Afinal, é em uma escola, localizada fisicamente em algum lugar, que se dão as ações de complementação de ensino ou capacitações profissionalizantes; é em uma quadra de esportes, seja interna a uma escola, cidade, bairro ou praça específicos que se dão atividades de lazer e ocupação do tempo livre; mas por outro lado, é também em ruas, calçadas e esquinas que se observam as ocorrências de criminalidade violenta, que vitimam principalmente jovens.

Com o objetivo de auxiliar os gestores na decisão sobre novos investimentos, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), por meio da Coordenação de Geoprocessamento, mapeou a localização de equipamentos comunitários das áreas de saúde, assistência social, educação e segurança existentes nos municípios do estado do Espírito Santo. A Nota Técnica Mapeamento dos Equipamentos Comunitários do Estado do Espírito Santo (NT 20 /Região Metropolitana) é produto desse esforço de pesquisa.²⁸

Vale ressaltar que o Programa Estado Presente (2011) realizado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, fez um levantamento das condições dos equipamentos

²⁷ A referida expressão é corrente na arquitetura e urbanismo, usando aqui o conceito de Miranda Magnoli (1986, p.112 apud Queiroga, p.7) significando um sub-espaço (na asserção geográfica do termo); urbano (não somente na cidade); livre (sem cobertura).

²⁸ Disponível em: www.ijsn.es.gov.br/publicações/nota_técnica.

públicos de alguns bairros com o objetivo de relacionar a segurança e a forma de integração da comunidade com esses equipamentos²⁹, especialmente a apropriação pelos jovens.

De forma paralela, o território também é o starter das manifestações culturais ligadas aos jovens. Estudos sobre cultura urbana mostram que as demandas ao redor de uma realidade comum unem e aproximam grupos (GALVÃO, 2009).

O espaço urbano periférico ou de urbanização incompleta, muitas vezes, está no âmago de protestos e reivindicações transformadas em letras de rap e hip hop e que descortinam situações tais como violência, discriminação, ausência de serviços e equipamentos de diversas naturezas, desemprego, segregação, etc.

Neste capítulo serão mostrados aspectos relativos à habitação (infraestrutura básica urbana), conectividade (telefonia e internet) e à mobilidade urbana. Em alguns casos, a análise se aplica apenas ao ambiente urbano, como por exemplo, no concernente à infraestrutura. Com relação à mobilidade foram utilizados dados da Pesquisa Origem Destino da Região Metropolitana de Vitória (2007), por permitirem o recorte etário de pessoas na faixa entre 15 e 29 anos, definido neste Caderno.

Adicionalmente, se buscou inserir informações sobre a localização de comunidades tradicionais³⁰ no território estadual, especificamente quilombolas e indígenas.

O objetivo, sempre que possível, é lidar com informações que possibilitem sugestões no campo das políticas públicas. Em alguns casos, no entanto, restrições dos bancos de dados existentes não permitiram abordagens mais amplas com referência no público alvo da análise.

É um desafio integrar as políticas de juventude a partir do território, promovendo iniciativas e espaços de convivência para a troca de experiências e desenvolvimento pleno. Finalmente, entende-se que o atendimento à totalidade dos conteúdos que contemplam o direito ao território é alvo de políticas públicas setoriais diferentes. Portanto, o tema não se esgota aqui, sendo necessária e desejável uma abordagem multidisciplinar das demandas da(s) juventude(s).

²⁹ No projeto “Estado Presente” foram considerados equipamentos públicos: escolas da rede pública de ensino, praças, parques, campos de futebol e quadras esportivas, Unidades de Saúde, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Unidade de Destacamento da Polícia Militar (Relatório Feu Rosa, 2011, p.11).

³⁰ O Decreto Presidencial nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, conceitua as comunidades e povos tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. (BRASIL, 2007).

4.1 Infraestrutura de habitação

O direito constitucional à moradia pressupõe não apenas a existência de uma unidade habitacional, mas também sua condição de dignidade. É esse o sentido atribuído às condições qualitativas da moradia, em que se incluem as condições da infraestrutura urbana de onde esta se insere.

No Brasil, o acompanhamento do tema é feito no conceito amplo de "necessidades habitacionais", segundo a metodologia criada pela Fundação João Pinheiro e utilizada desde 1995 pelo Governo Federal. Discutida e aprimorada desde então, a referida metodologia descreve as necessidades habitacionais como o somatório do déficit habitacional e da inadequação de domicílios.

O déficit habitacional corresponde à necessidade de construção de novas moradias, já a inadequação evidencia problemas na qualidade de vida dos moradores (FJP, 2014).

Enquanto o déficit estimado serve como parâmetro para as políticas públicas de produção de novas unidades habitacionais, a estimativa da inadequação diz mais respeito a políticas complementares objetivando a moradia digna.

A metodologia da FJP é aplicada a dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) e do Censo Demográfico e em virtude das características de cada uma das pesquisas, sofre pequenas restrições. Por exemplo, em função das especificidades da aplicação da PNAD no ES³¹, relativo ao tamanho da amostra e representatividade estatística das variáveis, não é possível mostrar o impacto, na juventude capixaba, do déficit habitacional que no Espírito Santo está em 80.856 unidades habitacionais (FJP, 2014).

A intenção aqui não é detalhar essa metodologia, que deve ser alvo de publicação específica, mas sim, utilizar-se da construção conceitual que a suporta, para analisar a questão da infraestrutura básica relacionada às moradias onde residem jovens no estado do Espírito Santo³².

Considerando que no Espírito Santo, segundo dados da PNAD/IBGE 2012, do número total de 1.180.253 domicílios, 51,2% (604.493) domicílios abrigavam jovens de 15 a 29 anos, 86,0% destes em área urbana (TABELA 9), pode-se considerar que toda melhoria em habitação, seja o incremento da oferta, ou a melhoria da infraestrutura, impacta de modo inequívoco a população jovem, sobretudo a urbana.

³¹ A PNAD não permite a desagregação dos dados por municípios e no Espírito Santo, não investiga a Região Metropolitana.

³² Para mais detalhes sobre o tema ver: FJP,2014; FJP 2013 e IPEA, 2013.

Tabela 09 - População, população jovem de 15 a 29 anos, domicílios e domicílios com jovens: ES, 2001 e 2012 (%)

Categoria	2001			2012		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
População total	3.191.857	81,0	19,0	3.636.942	86,0	14,0
População jovens	894.932	81,0	19,0	874.084	86,0	14,0
Domicílios (total)	887.621	82,0	18,0	1.180.253	87,0	13,0
Domicílios com Jovens	550.899	81,0	19,0	604.493	86,0	14,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

O déficit habitacional deve ser enfrentado e é alvo do Plano Estadual de Habitação – PEHAB, atualmente em elaboração pela Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB³³.

O Plano responderá pelo planejamento das ações do Governo do Estado com foco na diminuição do déficit habitacional rural e urbano. Se no meio urbano a relação da localização da habitação e dos postos de trabalho resulta em possibilidade de melhor utilização do tempo, a questão da provisão de moradia no meio rural, somada às ações de geração de trabalho e renda, é de grande importância no reconhecimento da juventude rural como o agente presente e futuro do desenvolvimento da agricultura e do interior, ampliando a ideia de fixação da população no campo (SEAG, 2008).

Por isso, a transferência de jovens para as cidades, mais do que parte do movimento demográfico geral do processo de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, tem sido vista como um problema, na medida em que não só contribui para o esvaziamento do campo, mas também pressagia o fim do mundo rural (IPEA, 2009, p. 245).

Embora a inadequação calculada com a base de dados da PNAD seja composta por adensamento excessivo de moradores (em domicílios próprios), problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada e ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto nível de depreciação, é a carência de infraestrutura básica a principal componente. Esta carência é entendida como a falta de ao menos um dos serviços básicos (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo). Dessa forma, enfrentar a questão pressupõe a necessidade de pensar políticas multissetoriais complementares à política habitacional, capazes de dotar o ambiente urbano de condições adequadas de uso.

³³ O Plano de Habitação é instrumento obrigatório para acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

A Tabela 10 mostra a estimativa dos níveis de atendimento das redes entendidas como infraestrutura básica no Espírito Santo, em 2001, 2005, 2009 e 2012, segundo a PNAD/IBGE. Ressalte-se que o estado tem melhorado o atendimento desses serviços, inclusive atendendo 100,0% dos domicílios onde residem jovens com rede de energia elétrica em 2009 e 2012. Observa-se em 2012, uma melhoria significativa no atendimento de outros serviços básicos em relação ao ano de 2009. O esgotamento sanitário adequado que inclui a rede coletora mais fossa séptica ligada ou não à rede, teve o maior incremento com percentual de 8,4p.p., seguido pelo abastecimento de água (3,8p.p.).

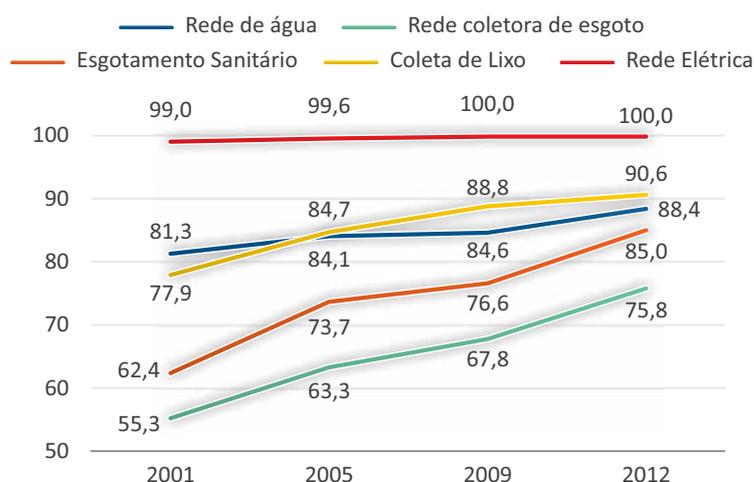
Tabela 10 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, atendidos por infraestrutura básica: ES, 2001, 2005, 2009 e 2012

	2001	2005	2009	2012
Rede de água	81,3	84,1	84,6	88,4
Rede coletora de esgoto	55,3	63,3	67,8	75,8
Esgotamento Sanitário	62,4	73,7	76,6	85,0
Coleta de Lixo	77,9	84,7	88,8	90,6
Rede Elétrica	99,0	99,6	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

A Figura 19 explicita o grau de atendimento por tipo de infraestrutura para os domicílios em que residem jovens no estado do Espírito Santo.

Figura 19 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, atendidos por infraestrutura básica: ES, 2001-2012



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

4.2 Conectividade

Outro fator preponderante no desenvolvimento das potencialidades das juventudes e que guarda relação com o território é o acesso a redes que possibilitam comunicação e interatividade, como a rede de telefonia, a presença de computador e o acesso à internet nos domicílios em que jovens habitam.

A telefonia fixa vem sendo suplantada pela telefonia móvel celular, mas ainda assim, em algumas situações, principalmente características de grupos menos privilegiados, ainda é a rede necessária para a conexão discada à internet, esta sim, considerada fator chave de comunicação na sociedade atual.

A Tabela 11 mostra os dados da PNAD sobre o acesso a essas facilidades para os domicílios do Espírito Santo e, separadamente, para aqueles em que residem jovens. Excetuando o percentual de telefone em 2001, os percentuais dos serviços de telefonia móvel são maiores nos domicílios em que há jovens, notadamente naqueles domicílios em que há a presença de computador e, em especial, computador com acesso à internet (50,7%), nos dados de 2012.

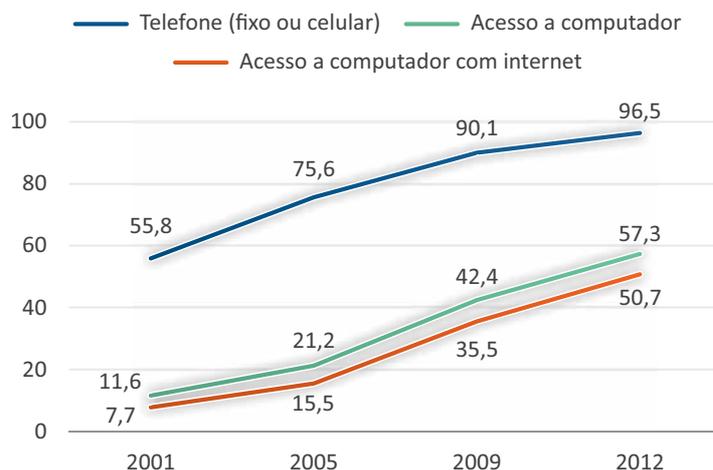
Tabela 11 - Percentual de Domicílios com telefone, computador com acesso à internet: ES, 2001, 2005, 2009, 2012

Indicador	População				População Jovem de 15 a 29 anos			
	2001	2005	2009	2012	2001	2005	2009	2012
Telefone (fixo ou celular)	56,1	73,2	87,1	94,1	55,8	75,6	90,1	96,5
Acesso a computador	11,1	19,6	37,0	48,7	11,6	21,2	42,4	57,3
Acesso a computador com internet	7,6	14,4	30,5	43,9	7,7	15,5	35,5	50,7

Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

A Figura 20 mostra que vem crescendo a presença das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios em que residem jovens no estado considerando-se os dados de 2001 a 2012. Observa-se que se mantém uma margem de crescimento na última década em torno de 40 p.p. para todos os elementos de comunicação considerados na pesquisa, observando-se um percentual maior para domicílios com computadores que alcançou um percentual de crescimento em torno de 45,7 p.p..

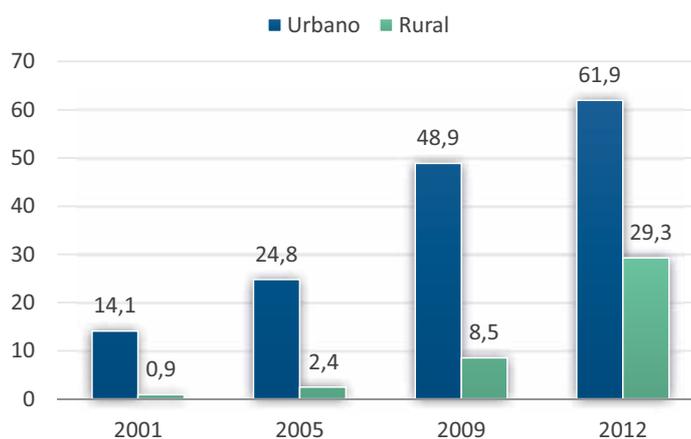
Figura 20 - Percentual de domicílios com população jovem, com acesso a telefonia, computador e internet: ES, 2001, 2005, 2009, 2012



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

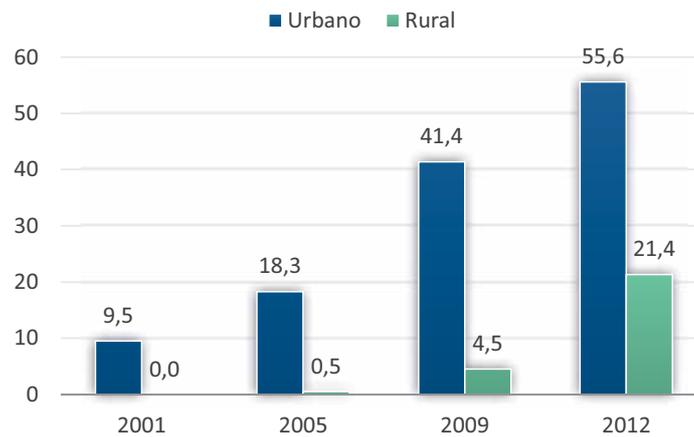
As Figuras 21 e 22, a seguir, mostram a evolução de cada serviço no contexto urbano e rural. Ressalta-se que há uma grande diferença entre o meio urbano e rural no que concerne à existência de computadores e o acesso à internet, com concentração expressiva no meio urbano. Entretanto, observa-se que na pesquisa PNAD/2012 o meio rural vem apresentando um crescimento considerável de computadores (20,8p.p.) em relação ao ano de 2009, bem como o acesso à internet (16,9p.p.), considerando o intervalo de apenas três anos.

Figura 21 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com acesso a computador: ES, 2001, 2005, 2009, 2012



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Figura 22 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com acesso a computador com internet: ES, 2001, 2005, 2009, 2012

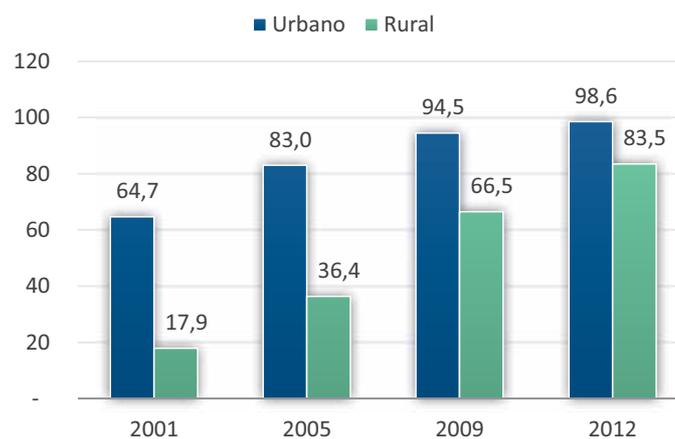


Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Cabe destacar que novos aparelhos de telefonia celular móvel, dotados de novas tecnologias, possibilitam aos usuários as mesmas funcionalidades básicas de um computador conectado à internet, como acesso às redes sociais e correio eletrônico.

A Figura 23 destaca a presença da telefonia celular móvel, que observa elevado crescimento entre 2001 e 2012, com ampliação de mais de 65 pontos percentuais no meio rural, contra um crescimento de 33,2 p.p. no meio urbano.

Figura 23 - Percentual de domicílios com população jovem de 15 a 29 anos, com telefone móvel celular para uso pessoal: ES, 2001, 2005, 2009, 2012



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

O aumento da telefonia celular e de computadores no meio rural é um forte indicativo de mudança das possibilidades de conectividade da juventude rural, prescindindo de redes físicas de telefonia fixa, por exemplo.

No sentido de construção de propostas de políticas públicas de caráter territorial, as áreas públicas servidas de acesso livre à internet sem fio podem ser de grande valia por possibilitar o acesso sem custos à rede mundial. Igualmente importantes são as ações ligadas à ampliação de acesso e criação de laboratórios de informática em instituições públicas, como escolas e centros de referência de assistência social - CRAs.

A importância das redes de tecnologia reforça a necessidade de políticas públicas, instituições de fomento e de mecanismos regulatórios, no estímulo à ampliação e inovação em todo o território. Nesse sentido, é de fundamental importância concretizar os investimentos que possam contribuir para o aumento da conectividade com fins ao desenvolvimento e redistribuição do acesso à informação pelos jovens de forma mais equilibrada.

4.3 Mobilidade Metropolitana

A questão da mobilidade é um problema conjuntural e que afeta em demasia o cotidiano da população, especialmente na Região Metropolitana, em que estão concentrados 48,0% da população do estado e aproximadamente 63% do PIB. Na perspectiva de diagnosticar o problema e subsidiar indicadores para políticas públicas, a Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino da Região Metropolitana, realizada em 2007, pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - COMDEVIT traçou o perfil das viagens na região permitindo alguns paralelos com a mobilidade da juventude, muito embora use recortes etários diferentes.

Segundo a pesquisa, o Índice de Mobilidade Geral naquele ano era de 2,05 viagens por dia, que é a quantidade de viagens que cada habitante realiza em média por dia. Essa mobilidade é fortemente caracterizada por diferenças na renda e na escolaridade, possuindo mobilidade média acima de 4 viagens por dia aqueles de renda maior que 10 salários mínimos e os pós-graduados.

A juventude está inserida nas faixas em que se observa o crescimento do número de viagens, que está entre os 10 e os 49 anos, mas está fora da faixa que registra a maior mobilidade motorizada, que é de 40 a 49 anos.

Os dois principais motivos de deslocamentos na Região Metropolitana são o trabalho (39,3%), seguido do estudo (28,5%), o que pode explicar em parte o crescimento dos deslocamentos à medida que se ganha autonomia.

A tabela 12 mostra que a juventude utiliza principalmente o transporte não-motorizado em seus deslocamentos, com destaque para a viagem a pé (cujo motivo estudo é o principal), utilizada por mais de 35,0% dos usuários na faixa de 10 a 19 anos, ainda que se considere aqui pessoas com idade inferior a 15 anos. Somado o percentual de ciclistas, de 22,8%, chega-se a 57,9% dos deslocamentos nesta faixa etária.

O alto percentual se explica parcialmente pelo fato de grande parcela estar abaixo da idade estabelecida para habilitação legal a conduzir veículos automotores, o que não isenta o poder público da responsabilidade pela segurança nos deslocamentos.

Por exemplo, se somarmos o percentual de ciclistas entre 10 e 19 anos com a faixa etária seguinte (20 a 29 anos), verificamos que representam juntos quase a metade dos deslocamentos diários do modal. Esse é um forte indicativo da necessidade de ampliação da rede cicloviária nas cidades como instrumento fundamental, tanto para a segurança desses jovens usuários, quanto para estimular o uso deste modal econômico e que agrega qualidade de vida, reduz o trânsito e a poluição.

Tabela 12 - Percentual de usuários de cada modal por faixa etária: RMGV, 2007

Modo	até 9 anos	de 10 a 19 anos	de 20 a 29 anos	de 30 a 39 anos	de 40 a 49 anos	de 50 a 59 anos	Mais de 60 anos
Ônibus	1,3	14,6	28,2	16,5	17,0	11,7	10,8
Automóvel	6,8	7,9	17,2	16,8	22,1	17,3	12,0
Motocicleta	3,2	5,7	54,0	23,9	12,1	1,1	0,0
Bicicleta	6,3	22,8	24,1	20,2	15,1	8,4	3,1
A pé	20,2	35,1	11,7	9,7	8,6	7,2	7,5

Fonte: Pesquisa Origem Destino, COMDEVIT 2007.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Considerando o aumento dos deslocamentos feitos por bicicleta e das distâncias percorridas com este modal (ANTP, 2012), assim como, a prioridade dos transportes não motorizados sobre os motorizados, como dispõe a Lei 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), o Governo do Estado formulou o projeto “Mapeamento da Malha Cicloviária da Região Metropolitana da Grande Vitória –RMGV”, desenvolvido por meio de cooperação técnica entre o Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN e a Secretaria dos Transportes e Obras Públicas – SETOP, que compõe uma das etapas de desenvolvimento do Programa Cicloviário Metropolitano - BikeGV, lançado pelo Governo do Estado do Espírito Santo no ano de 2013. O projeto teve como objetivo o mapeamento do sistema cicloviário da RMGV, identificando ciclovias e ciclofaixas, visando contribuir com o planejamento da Política de Mobili-

dade Urbana. A identificação e mapeamento da rede cicloviária existente serve como subsídio no desenvolvimento de planos e projetos de infraestrutura da mobilidade e na gestão de políticas públicas que incrementem o uso da bicicleta na RMGV.

Como resultado, foi identificado que o sistema cicloviário da RMGV possui uma extensão de 141,62 quilômetros e encontra-se presente em seis dos sete municípios pertencentes à região, sendo que em ordem crescente temos: Serra com 48,64 Km, Vitória com 36,43 Km, Vila Velha com 29,43 Km, Cariacica com 11,95 Km, Guarapari com 8,46 Km e Viana com 6,71 Km de extensão. No entanto são necessárias ampliação e melhorias relativas à continuidade entre os trechos para facilitar a sua utilização de modo mais efetivo e seguro pela população em geral.

4.4 Povos e comunidades tradicionais

Segundo o Decreto Presidencial nº 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios tradicionais, além de recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Para tanto, se utilizam de conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Assim, são comunidades tradicionais: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos, povos de terreiro, dentre outras (BRASIL, 2007). São populações que se definem pelo uso sustentável da terra, pelo destino da sua produção e o seu vínculo territorial, incluindo sua situação fundiária, pela importância que os ciclos naturais têm nas suas práticas produtivas, pelo uso que fazem dos recursos renováveis e as práticas de uso comunitário dos mesmos, pelo seu conhecimento profundo do ecossistema no qual vivem e pelo uso de tecnologias de baixo impacto ambiental, por sua organização social, na qual a família extensa representa papel importante, também por suas expressões culturais e as inter-relações com outros grupos da região (LITTLE, Paul, 2005 *apud* SILVA, Marina, 2007, p.8).

Com relação aos povos e comunidades tradicionais presentes no território do estado do Espírito Santo, esta parte do capítulo mostra principalmente o mapeamento das Terras Indígenas e em quais municípios se encontram comunidades quilombolas certificadas³⁴, e que podem receber atenção de políticas públicas

³⁴ A certificação é parte do processo que culmina com a regularização fundiária dos territórios das comunidades. (Lei nº 7.668, de 22.08.88 e Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009 – que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos).

específicas. Uma versão futura deste Caderno deverá incorporar também os povos e comunidades de herança europeia, da qual os pomeranos, são exemplo.

Segundo a Fundação Palmares temos 39 comunidades quilombolas certificadas no Espírito Santo³⁵, sendo 87 famílias em territórios titulados, sendo que a maioria delas encontra-se nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, conforme mostra o Mapa 1 sobre a distribuição quilombolas no estado. São 15 escolas em áreas quilombolas e 558 matrículas (INEP 2007/MEC 2014).

Tabela 13 - Comunidades Quilombolas Certificadas: ES, 2013

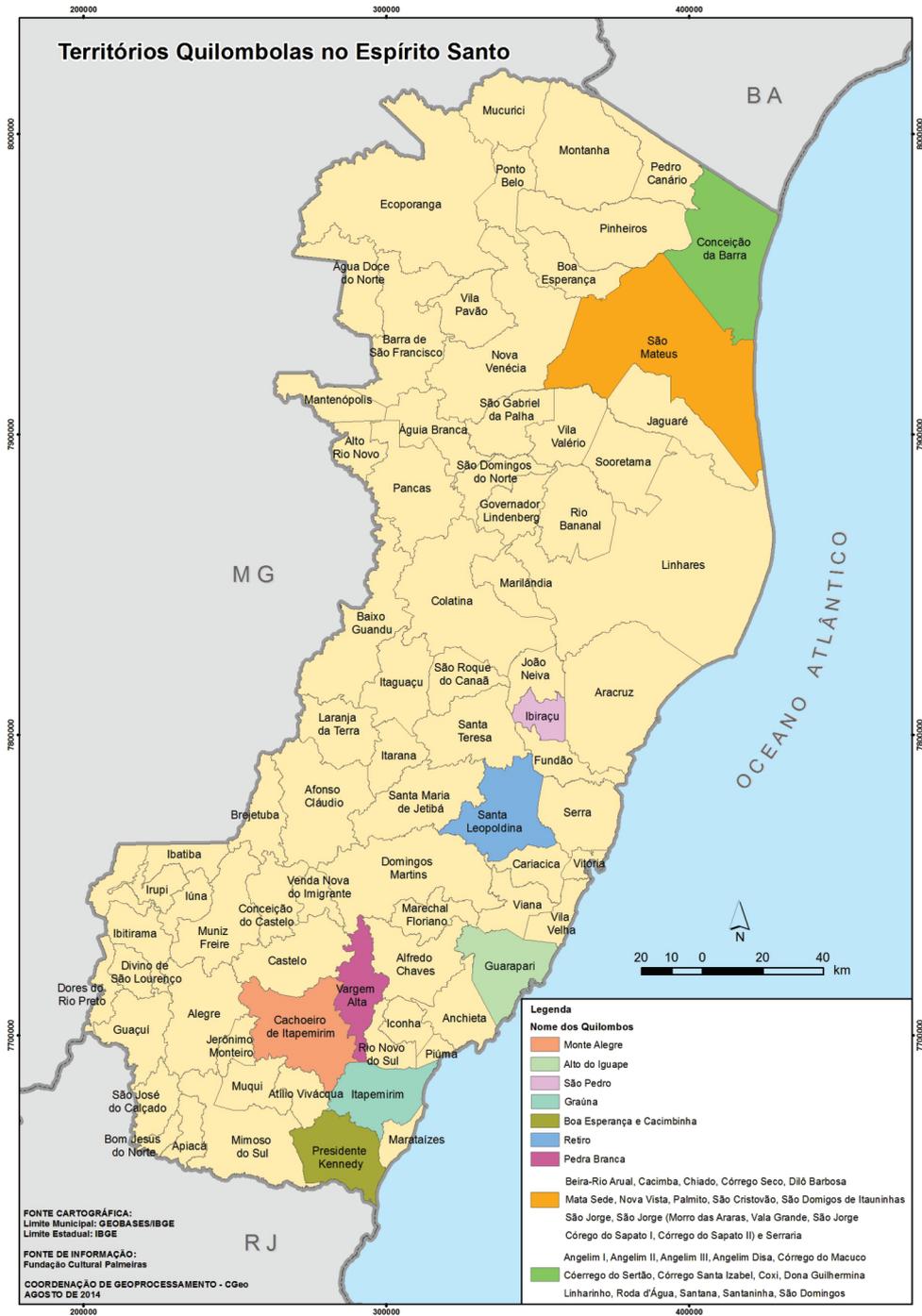
Município	Código do IBGE	Comunidade Remanescente de Quilombos	Nº de CRQs	Situação	Data de pub. no D.O.U.
Cachoeiro de Itapemirim	3201209	Monte Alegre	1	Certificada	12/09/2005
Conceição da Barra	3201605	Angelim (Angelim I, Angelim II, Angelim III, Angelim Disa e Córrego do Macuco)	5	Certificada	10/12/2004
Conceição da Barra	3201605	Córrego do Sertão	1	Certificada	13/12/2006
Conceição da Barra	3201605	Córrego Santa Izabel	1	Certificada	13/12/2006
Conceição da Barra	3201605	Coxi	1	Certificada	13/12/2006
Conceição da Barra	3201605	Dona Guilhermina	1	Certificada	13/12/2006
Conceição da Barra	3201605	Linharinho	1	Certificada	30/09/2005
Conceição da Barra	3201605	Roda d'Água	1	Certificada	13/12/2006
Conceição da Barra	3201605	Santana	1	Certificada	13/12/2006
Conceição da Barra	3201605	Santaninha	1	Certificada	13/12/2006
Conceição da Barra	3201605	São Domingos	1	Certificada	06/12/2005
Guarapari	3202405	Alto do Iguape	1	Certificada	18/05/2012
Ibiraçú	3202504	São Pedro	1	Certificada	12/05/2006
Itapemirim	3202801	Graúna	1	Certificada	27/12/2010
Presidente Kennedy	3204302	Boa Esperança e Cacimbinha	2	Certificada	23/08/2005
Santa Leopoldina	3204500	Retiro	1	Certificada	30/09/2005
São Mateus	3204906	Beira-Rio Arual	1	Certificada	13/12/2006
São Mateus	3204906	Cacimba	1	Certificada	13/12/2006
São Mateus	3204906	Chiado	1	Certificada	13/12/2006
São Mateus	3204906	Córrego Seco	1	Certificada	13/12/2006
São Mateus	3204906	Dilô Barbosa	1	Certificada	13/12/2006
São Mateus	3204906	Mata Sede	1	Certificada	13/12/2006
São Mateus	3204906	Nova Vista	1	Certificada	13/12/2006
São Mateus	3204906	Palmito	1	Certificada	13/12/2006
São Mateus	3204906	São Cristóvão	1	Certificada	28/07/2006
São Mateus	3204906	São Domingos de Itauninhas	1	Certificada	13/12/2006
São Mateus	3204906	São Jorge	1	Certificada	25/04/2006
São Mateus	3204906	São Jorge (Morro das Araras, Vala Grande, São Jorge, Córrego do Sapato I e Córrego do Sapato II)	5	Certificada	30/09/2005
São Mateus	3204906	Serraria	1	Certificada	28/07/2006
Vargem Alta	3205036	Pedra Branca	1	Certificada	27/12/2010

Fonte: Fundação Cultural Palmares.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

³⁵ Fundação Cultural Palmares dado disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/1-crqs-certificadas-ate-25-10-2013.pdf>> acesso em 30 julho 2014.

Mapa 01 - Territórios Quilombolas no Espírito Santo



No tocante aos indígenas no estado do Espírito Santo, o Censo IBGE 2010, apontou a existência de 9.160 indivíduos, sendo 4.537 homens e 4.623 mulheres. Ressalte-se que aproximadamente 73,0% desta população habita as duas terras indígenas demarcadas e homologadas (Aracruz) e 32,0% estão distribuídos em 16 municípios, em sua maioria em áreas urbanas como Vitória e Vila Velha.

Informações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que constam do mapa 02, mostram a existência de duas Terras Indígenas, Comboios e Tupiniquim, totalizando 18.027 hectares, ambas localizadas no município de Aracruz, onde estão presentes 9 aldeias das etnias Guarani e Tupiniquim.

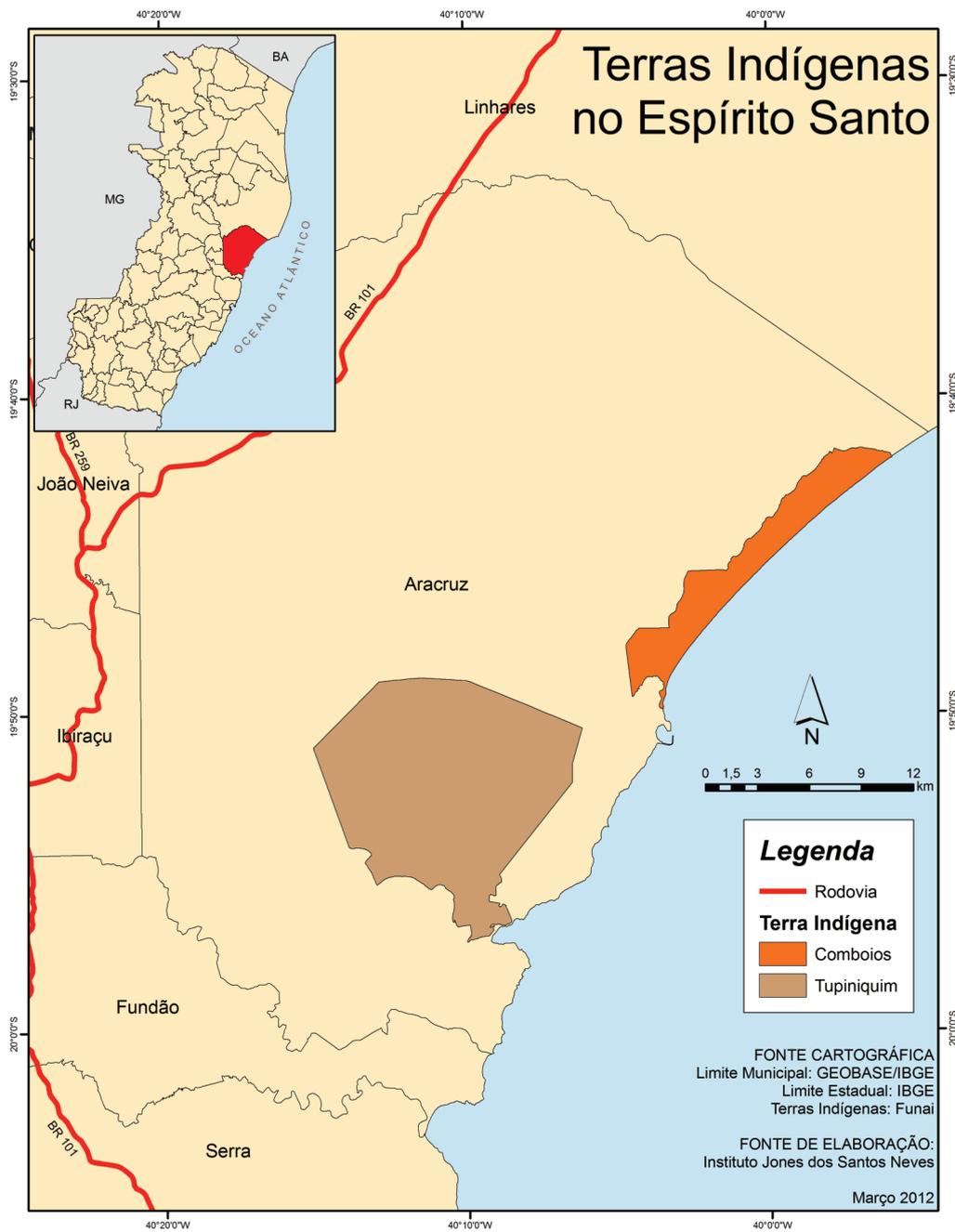
Em dezembro de 2009, foi realizado na Aldeia Pau-Brasil Aracruz, Espírito Santo, o 1º Encontro da Juventude Tupiniquim e Guarani, que incluiu representantes de etnias residentes em outros estados. A discussão foi dividida nos temas (1) Terra, Produção e Sustentabilidade para a Juventude; (2) Juventude sexualidade e saúde; (3) Juventude, Cultura e Mundo Moderno e finalmente (4) Organização, Formação e Cidadania, refletindo os quatro principais pontos de atenção ao redor dos quais se constroem as demandas³⁶.

Segundo a delegada da juventude indígena do Espírito Santo na Conferência Nacional de 2011, Josi Tupiniquim, as principais demandas coincidem com aquelas dos jovens de outras etnias: educação, capacitação profissional e oportunidade de trabalho³⁷.

³⁶ Disponível em: <http://www.indiosonline.net/1%C2%BA-encontro-da-juventude-indigena-tupiniquim-e-guarani/>. Acessado em 14 de março de 2012.

³⁷ Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2011/12/12/conferencia-nacional-reune-diferentes-demandas-das-juventudes/>. Acessado em 14 de março de 2012.

Mapa 02 - Terras Indígenas no Espírito Santo



Fonte: Fundação Nacional do Índio - FUNAI (2012).
Elaboração: Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais e Coordenação de Geoprocessamento/IJSN.

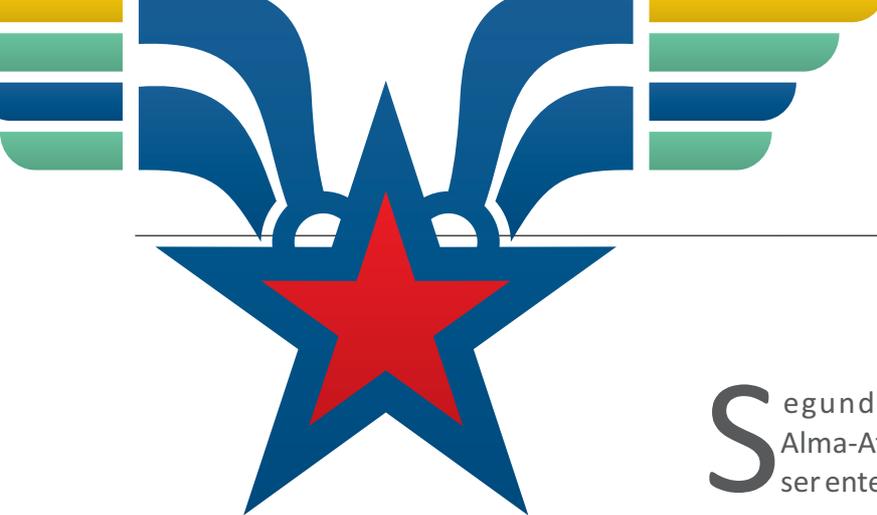
Em março de 2012, foi realizado em Aracruz, o 1º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo, pela Secretaria de Estado da Cultura, que gerou a Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo, enviada ao Governador.

Na carta, além de indígenas e quilombolas, ciganos, comunidades de terreiros, pomeranos e pescadores artesanais, listaram suas principais reivindicações em face da criação de uma política estadual para as comunidades tradicionais.

Como resultado, em 13 de março de 2013 foi publicado o decreto nº 3248-R, que estabeleceu a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, responsável por coordenar a elaboração e acompanhar a implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do estado do Espírito Santo. Foram contempladas nesta Comissão representantes das comunidades quilombolas, indígenas, ciganos, comunidades de terreiros, pomeranos e dos pescadores tradicionais, presidida pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT).

Embora o decreto não cite nenhum recorte específico das juventudes desses povos para o exercício de suas competências, o artigo 2º possibilita a proposição de demandas voltadas especificamente à população jovem, ao destacar que devem ser consideradas as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais nas quais se encontram inseridos os povos e comunidades tradicionais, a que se destina a Política Estadual de que trata o inciso I do art. 2º (art. 2º, inciso I. Grifo nosso). A primeira reunião aconteceu em julho deste ano (2014) e a probabilidade é que as questões relativas às comunidades tradicionais tendam a evoluir gradativamente a partir da organização e participação sistematizada nesses fóruns e comissões.

No âmbito do planejamento estratégico, o Plano ES 2030 valoriza a questão das potencialidades e das vocações locais em contextos mais amplos seja pelos referenciais socioculturais, sejam pelos recursos naturais e/ou humanos. Referências contidas no Plano ES 2030 reforçam a ideia de valorização e potencialização do capital humano, o que certamente inclui a inserção do jovem nesta perspectiva.



Segundo a Declaração de Alma-Ata (1978) a saúde deve ser entendida como:

“[...] estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade - é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde.”

É importante que o foco da promoção da saúde seja garantir oportunidades iguais aos diversos grupos populacionais, assegurando o acesso à informação por exemplo. Os jovens estão entre os grupos populacionais que precisam de um olhar específico para algumas questões, por se tratar de um grupo no qual o conceito Saúde envolve uma diversidade de fatores que podem ser tanto protetivos, quanto de redução de riscos.

Neste eixo – Qualidade de vida - é importante considerar um conjunto de fatores que se referem às condições sociais nas quais se desenvolve a vida do jovem, que podem influenciar positiva ou negativamente na sua rotina. Dentre eles, a atenção e o acesso à saúde e a vivência de práticas de esporte e lazer (CONJUVE, 2011). No entanto, ainda que os temas estejam diretamente relacionados, é importante salientar que ambas as áreas acumulam conhecimentos e indicadores específicos.

A juventude é uma fase de adoção de novas práticas comportamentais, de exposição a diversas situações e riscos presentes e futuros para a saúde. (PAIVA, RIBEIRO, 2009; p.131). Levando em consideração tal afirmação, alguns temas se tornam cruciais: tabagismo, álcool e drogas; falta de atividade física; comportamento alimentar inadequado; comportamentos sexuais “descuidados”, que podem contribuir para a ocorrência de gravidez na adolescência, mortalidade materna e infecção por doença sexualmente transmissível (DST), em destaque a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS); e as situações que propiciam exposição à violência e lesões acidentais.

5.1 Saúde sexual e reprodutiva

O conceito de Saúde sexual e reprodutiva referendado na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento/Cairo 1994, compreende um estado completo de bem-estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não a simples ausência de doença ou enfermidade.

A saúde sexual é a habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade, sem riscos de doenças sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação. Possibilita experimentar uma vida sexual informada, agradável e segura, valorizando a vida, as relações pessoais e a expressão da identidade própria da pessoa.

A saúde reprodutiva implica que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo autonomia para se reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo. Implícito nessa última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de terem acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos de regulação da fecundidade, de sua escolha, que não sejam contrários à lei (BRASIL, 2010).

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde para 2012, a taxa de mortalidade por AIDS a cada 100 mil habitantes na população geral era de 6,2, abaixo da Região Sudeste (7,4) e próxima à taxa do Espírito Santo (6,8). Já entre os jovens de 15 a 29 anos o Espírito Santo apresentou uma taxa de 3,4; em comparação com o ano de 2011 que teve taxa de 3,1 houve um leve aumento de 0,4 pontos por 100.000/hab. (ppcm). No ano de 2011 morreram 40 jovens de 15-29 anos que representavam 15,5% em relação ao total de mortes por AIDS no Espírito Santo; já em 2012 foram 33 jovens na mesma faixa etária que respondiam por 12,4% em relação ao total de óbitos por AIDS (Tabela 14).

O cenário da mortalidade por AIDS no Brasil mostra que, desde a descoberta dos primeiros casos de AIDS (1980) até o ano de 2012, foram declarados 265.698 óbitos classificados como causa básica “doenças pelo vírus do HIV” (CID10: B20-B24). Desses óbitos, mais da metade ocorreram na Região Sudeste (62,6%), percentual este justificado pelo elevado volume de casos existentes na região. A Região Sul representa 17,1%, o Nordeste 11,6%, o Centro-Oeste 4,9% e o Norte 3,8% (BRASIL, 2013).

Na avaliação do perfil de mortalidade por AIDS segundo faixa etária, o Boletim Epidemiológico - Aids e DST evidencia que a taxa de mortalidade nos últimos 10 anos vem diminuindo em diversos grupos etários, principalmente entre os mais jovens. A taxa de mortalidade entre os indivíduos menores de 9 anos de idade é a menor dentre todos os outros segmentos de idade, e de 2003 para 2012 apresentou uma diminuição de aproximadamente 50,0%, independentemente do gênero. Entre os homens houve uma redução nas faixas etárias até 44 anos, com exceção das faixas de 10 a 14 e de 15 a 19 anos. Dentre as faixas que apresentaram aumento, destacam-se a de 55 a 59 anos e a de 60 anos ou mais que apresentaram aumento de 22,7% e 33,3%, respectivamente (BRASIL, 2013).

Tabela 14 - Taxa de mortalidade por AIDS por 100 mil:
Brasil, Sudeste e ES, 2009-2012 (%)

Especificação	2009		2010		2011		2012	
	Pop. Total	Jovens de 15-29 anos						
Brasil	6,3	3,4	6,4	3,2	6,3	3,1	6,2	3,1
Espírito Santo	6,3	3,4	6,2	2,6	7,3	3,1	6,8	3,4
Sudeste	7,2	3,5	7,2	3,2	7,1	4,2	7,4	3,1

Fonte: Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Importante também salientar os dados de incidência do vírus. Os jovens no Espírito Santo, na faixa etária entre 13 e 29 anos³⁸ representam 22,8% dos casos de contaminação no total dos diagnosticados no ano de 2012. Os dados abaixo mostram que entre os anos de 2009 a 2012 houve um aumento de mais 40,0% dos casos de AIDS entre os jovens do sexo masculino com idade de 13-29 anos, saindo de 96 casos em 2009 para 141 em 2012. Já em relação às jovens de idade entre 13-29 anos observou-se uma queda de aproximadamente -23,0% nos anos de 2009-2012. A Tabela 15 apresenta o número de casos anuais, por sexo.

³⁸ O Ministério da Saúde usa faixas etárias diferentes, agregamos as faixas de 13 a 29, pois se aproximam da faixa etária priorizada neste Caderno.

Tabela 15 - Número de casos de AIDS, faixa etária de 13 a 29 anos, por sexo e ano de diagnóstico: ES, 2009 a 2012*

Sexo	2009		2010		2011		2012	
	Pop. Total	Jovens de 13-29 anos						
Total	728	155	768	149	719	163	829	189
Masculino	448	96	481	98	457	112	529	141
Feminino	280	59	287	51	262	51	300	48

Fonte: Ministério da Saúde/DST-AIDS Hepatites Virais.
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.
 *dados consolidados até 30/06/2013.

No Brasil, de acordo com Boletim Epidemiológico - AIDS e DST, em 2012 foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação-Sinan 4.118 casos de AIDS entre jovens de 15 a 24 anos, sendo a maioria na Região Sudeste (39,8%), seguida pelo Nordeste (20,3%), Sul (19,0%), Norte (12,4%) e Centro-Oeste (8,5%); a taxa de detecção de casos de AIDS do Brasil nessa faixa etária, em 2012, foi de 11,8/100.000 habitantes. No Brasil, no período de 2002 a 2006, observou-se uma diminuição na taxa de detecção de AIDS em jovens, passando de 9,8 para 7,7/100.000 habitantes, sendo que a partir de 2007 essa taxa aumenta até atingir em 2012, o valor de 11,8/100.000 habitantes (BRASIL, 2013).

Em 2012, o país apresentou uma taxa de detecção de casos de AIDS entre homens de 15 a 24 anos de 15,1/100.000 habitantes e 8,6 em mulheres. Desde 2008, o número de casos de AIDS em homens jovens tem aumentado em maior velocidade que entre as mulheres, chegando em 2012 a 1,9 casos em homens para cada caso em mulheres. Cabe destacar que nos últimos 10 anos, no Brasil, observa-se um aumento de 67,8% na taxa de detecção de casos de AIDS em jovens do sexo masculino e uma redução de 12,2% entre as jovens do sexo feminino (BRASIL, 2013).

Outras DSTs também são problemas relevantes entre os jovens, como sífilis e HPV. A disseminação de informações e formas de proteção, como o uso de preservativos, são importantes instrumentos no combate a estas doenças, que preocupam ainda pela possibilidade de complicações associadas, como é o caso das lesões provocadas por alguns subtipos de papilomas, que podem transformar-se em lesões cancerosas. Por isso, a educação sobre as saúdes sexual e reprodutiva e a disponibilização de preservativos são instrumentos importantes no controle

das doenças (PAIVA, et al., 2009)³⁹. O Programa Saúde na Escola cumpre um papel importante nesse sentido, coordenado pelas Escolas Públicas pode desenvolver campanhas, oficinas, distribuição de material, etc.

Outro aspecto relevante e que tem sido foco das Políticas Públicas para jovens mulheres é a gravidez na adolescência. Alguns estudos apontam que, nas classes de mais baixa renda, os percursos educacionais não são muito regulares, a entrada no mercado de trabalho é mais precoce e o casamento e o primeiro filho ocorrem muito mais cedo (HEILBORN; CABRAL, 2000). Embora se perceba uma redução de casos de 2001 para 2012, é importante salientar que do total de mulheres que engravidam 16,9% situam na faixa entre 15 e 19 anos de idade. O Espírito Santo, nos anos estudados, apresenta uma média 18,0 de gravidez na adolescência, que se encontra acima da do Sudeste (16,2) e abaixo do Brasil (19,3) (Tabela 16).

Tabela 16 - Percentual de mães jovens de 15 a 29 anos, no total de mães: Brasil, Sudeste e ES: 2001, 2009 a 2012

Especificação	2001	2009	2010	2011	2012
Brasil	22,4	19,0	18,4	18,3	18,3
Espírito Santo	22,3	17,5	16,7	16,4	16,9
Sudeste	19,2	15,9	15,3	15,3	15,3

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Outro ponto relevante da saúde reprodutiva entre mulheres adultas e entre jovens mulheres é a mortalidade materna. Tal relevância se reflete no fato deste indicador ser um dos “Objetivos do Milênio”⁴⁰. Segundo o documento de referência das metas do milênio, a meta de sua redução consiste em três quartos entre 1990 e 2015, o que representa valor igual ou inferior a 35 óbitos maternos por grupo de 100 mil nascidos vivos. Para se atingir tal objetivo, a redução anual da RMM* no Brasil deve ser de 5,5%. “Deter o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero” é a meta. A Tabela a seguir apresenta os resultados para o Espírito Santo, que estão acima das médias da região sudeste e Brasil, tanto para as mães em geral, quanto para as mães jovens entre 15 e 29 anos.

³⁹ PAIVA, Andrea B. Jovens: morbimortalidade, fatores de risco e Políticas de Saúde, IN: ABRAHÃO, J., ARQUINO, L.M.C., ANDRADE, C.C.(Org). Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

⁴⁰ UNICEF. 8 Jeitos de mudar o Mundo. Objetivos do Milênio. Disponível no site: <http://www.objetivosdomilenio.org.br>.

* RMM-Razão de Mortalidade Materna - Boletim 1/2012 Mortalidade Materna no Brasil. Disponível no site: <http://portalsaude.saude.gov.br>.

Tabela 17 - Taxa de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos: Brasil, Sudeste e ES, 2009 a 2012 (%)

Especificação	2009		2010		2011		2012	
	Pop. Total	Jovens de 15-29 anos						
Brasil	64,9	50,4	62,5	35,45	57,7	45,2	56,7	44,6
Espírito Santo	85,5	70,2	65,6	36,6	67,9	35,4	70,0	64,4
Sudeste	62,0	48,7	56,3	30,9	49,4	38,1	48,2	38,4

Fonte: Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Ações estratégicas já estão sendo realizadas para reduzir o indicador, que já apresentou melhora nos últimos anos. Dentre elas são realizadas campanhas sobre planejamento familiar, prevenção de câncer de mama e de colo de útero, gravidez de risco, importância do exame pré – natal e a nutrição da mãe e aleitamento materno.

5.2 Morbidade e mortalidade

Diante da escassez de dados referentes à morbidade entre os jovens, utilizou-se como *proxy* dados de internações em hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) em 2010 no Espírito Santo. As internações na faixa etária de 15 a 29 anos são, majoritariamente, do grupo feminino. Do total de internações por grupos de causas especificados na tabela 18 as mulheres foram responsáveis por 77,2% destas. As internações relacionadas à gravidez, parto e puerpério constituem o principal grupo de causas entre as mulheres jovens, representando 73,1% do total.

Entre os diagnósticos mais prevalentes no meio dos jovens, há variações importantes na participação em cada sexo. Excluindo gravidez, parto e puerpério, podem-se observar algumas variações significativas: lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas são a primeira causa de internação entre os homens (33,7%) e a sétima causa entre as mulheres (17,5%); as internações por transtornos mentais são mais frequentes entre os homens (27,4%) do que entre as mulheres (13,3%). As principais causas de internações, por sexo, podem ser observadas na Tabela 18.

Tabela 18 - Principais causas de morbidade hospitalar do SUS (CID 10), população jovem de 15 a 29 anos, por sexo: ES, 2013

Diagnóstico	Homens Internações (%)	Mulheres Internações (%)
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	10,5	13,8
Transtornos mentais e comportamentais	27,4	13,3
Doenças do aparelho respiratório	8,3	7,5
Doenças do aparelho digestivo	12,7	15,0
Doenças do aparelho geniturinário	12,0	23,1
Gravidez parto e puerpério*	-	73,1
Lesões envenenamento e outras causas externas	33,7	17,5

*Puerpério: nome dado à fase pós-parto.

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2013.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Além da morbidade, é importante ressaltar os dados sobre as altas taxas de mortalidade nesta faixa etária por causas externas, que englobam diversas formas de acidentes e violências, entre as quais os assassinatos por armas de fogo e os acidentes de trânsito. As vítimas, em geral, são jovens do sexo masculino.

As Tabelas a seguir apresentam os tipos de causas externas (número absoluto, percentual e taxa) para o sexo masculino e feminino separadamente, segundo os dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS) para o ano de 2012. Entre os jovens do sexo masculino, as mortes ocasionadas por homicídios (agressões) corresponderam a 67,6%, enquanto que no grupo de mulheres jovens representou 53,6%. Em segundo lugar estão os acidentes de transporte, entre o grupo dos jovens do sexo masculino foi registrado 25,6%, representando uma taxa de 69,5 por 100 mil habitantes. Entre as mulheres, o percentual é de 36,6%, com uma taxa muito inferior à masculina, representando 11,6 por 100 mil.

Tabela 19 - Número absoluto, percentual e taxa (por 100 mil) de mortes por causas externas específicas, por sexo masculino, população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2012

Causas externas específicas	Nº	%	Taxa
Total	1.313	100,0	271,5
Acidentes de transporte	336	25,6	69,5
Outras causas externas	15	1,1	3,1
Lesões autoprovocadas voluntariamente	52	4,0	10,8
Agressões	887	67,6	183,4
Eventos cuja intenção é indeterminada	23	1,8	4,8
Intervenções legais e operações de guerra	-	-	-
Complicações assist. médica e cirúrgica	-	-	-
Sequelas de causas externas	-	-	-

Fonte: Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Tabela 20 - Número absoluto, percentual e taxa (por 100 mil) de mortes por causas externas específicas, por sexo feminino, população jovem de 15 a 29 anos: ES, 2012

Causas externas específicas	Nº	%	Taxa
Total	153	100,0	31,8
Acidentes de transporte	56	36,6	11,6
Outras causas externas	1	0,7	0,2
Lesões autoprovocadas voluntariamente	12	7,8	2,5
Agressões	82	53,6	17,0
Eventos cuja intenção é indeterminada	2	1,3	0,4
Intervenções legais e operações de guerra	-	-	-
Complicações assist. médica e cirúrgica	-	-	-
Sequelas de causas externas	-	-	-

Fonte: Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Aspectos da vitimização por meio de agressão foram trabalhados no Eixo que versa sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos. Quanto às altas taxas de mortes no trânsito, diversas campanhas sobre uso do álcool associado à direção e respeito às Leis de Trânsito no geral tem ocupado a pasta tanto do governo federal, quanto do governo estadual.

Em 2013 foi lançado o “Programa Década de Ações de Segurança no Trânsito”, que é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) da qual participam mais de 160 países. O objetivo do programa é reduzir pela metade o número de mortes causadas por acidentes de trânsito, entre 2011 e 2020. As ações da década serão desenvolvidas dentro de cinco pilares: fortalecimento da gestão da segurança no trânsito; infraestrutura viária adequada; segurança veicular; comportamento e segurança dos usuários; atendimento ao trauma, assistência pré-hospitalar e hospitalar e reabilitação. Para discutir as ações de redução da violência no trânsito de forma integrada (educação, fiscalização, informação e prevenção) o Governo do Estado criou o Grupo de Trabalho de Prevenção de Acidentes no Trânsito, cuja finalidade é coletar informações de todos os setores envolvidos para subsidiar a elaboração de uma proposta de ação.⁴¹

5.3 Juventude, esporte e tempo livre

Os determinantes culturais, sociais, políticos e econômicos pesam sobre todas as atividades do cotidiano, inclusive sobre a prática de esporte, lazer e uso do tempo livre. Nessa perspectiva, alguns estudiosos (ALVES, 2005; ESCULCAS, 2005; VLECK, 2003) apontam que em toda escolha recreativa existe o princípio do prazer, que assume, por vezes, um caráter liberatório de obrigações: busca compensar ou substituir algum esforço que a vida social impõe. Portanto, o espaço dedicado à recreação, principalmente ao lazer e uso do tempo livre, é um momento precioso e criativo para o exercício de alternativas de participação e ação.

No que tange a juventude, pode-se dizer que o esporte, o lazer e o uso do tempo livre configuram-se como as principais manifestações socioculturais de elaboração de identidades juvenis. É comum observar a presença de grupos esportivos compostos por jovens, manifestações culturais juvenis, sejam aqueles formados nos bairros, nas políticas públicas ou movimentos sociais (MARTINS; MELO, 2004; FREITAS *et al* 2007).

Na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, crianças e adolescentes são considerados prioridades na rede de proteção social do Estado, tendo o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer garantidos, e o esporte tem um lugar privilegiado em propostas de políticas com esse público (BRASIL; 1988; 1990).

⁴¹ Informações disponíveis no site: <http://www.detran.es.gov.br>. Acesso em 14/03/2012.

O esporte se tornou uma das principais ferramentas de intervenção em políticas públicas para a juventude. Essas ações se orientam pelo discurso da promoção da cidadania e de inclusão social que buscam retirar os jovens da rua, combater a criminalidade e a violência, reconhecendo o esporte como um instrumento para a construção de oportunidades e transformação das atuais conjunturas geopolítica e socioeconômica em que os jovens estão inseridos (YÚDICE, 2004; MELO, 2005).

Nota-se que o direito a política de esportes impõe a gestão pública o desafio de incorporar a política pública de esporte para a juventude, de forma articulada e sistematizada, que proporcione a esse público acesso a programas e ações que lhes permitam conhecer o esporte, em sua mais vasta gama de atividades, e praticá-lo. Desse modo, o acesso a espaços públicos, e equipamentos esportivos qualificados nas escolas, comunidades e bairros, permitirá aos jovens participar de jogos e atividades que expressem sua cultura, seu gosto pessoal, que os integre e sociabilize proporcionando a construção da ludicidade, da auto-organização e da identidade (MARTINS; MELO, 2004; FREITAS et al 2007).

A atual Política Nacional do Esporte incorpora essas perspectivas:

O esporte, como expressão da cultura material e espiritual do homem é um patrimônio cuja apropriação é fundamental para o processo de humanização das novas gerações, portanto, deve ser entendido como alavanca do desenvolvimento integral dos jovens e abordado como uma questão de Estado (PNE, 2005).

Para muitos jovens a escola ainda é o único espaço facilitador do contato com as múltiplas atividades esportivas. Como instrumento de inclusão social o esporte com viés educacional tem o caráter de complemento da atividade escolar, envolvendo a educação física e a revitalização dos jogos estudantis. São oferecidas também a prática do esporte enquanto manifestação de alto rendimento - esporte competitivo, produzindo atletas e o esporte de recreação e lazer - esporte como qualidade de vida (incentivo à prática esportiva para todos, gerando saúde e bem estar físico).

Ao analisar o esporte enquanto manifestação de alto rendimento depara-se com a dificuldade que a maioria dos jovens encontra para construir e consolidar suas carreiras esportivas, além de ser restrito o acesso aos treinamentos e espaços adequados à preparação de jovens atletas. Para enfrentar essas e outras dificuldades que se impõem, democratizando o acesso ao conhecimento e à prática do

esporte, o espaço escolar é imprescindível. Por isso, a escola é parceira na orientação pedagógica da prática esportiva que se dá numa gama de intenções que vai da prática lúdica à prática esportiva competitiva (ESPINDULA, 2007).

Num esforço de articular ações visando à constituição de uma política de esporte para a juventude o governo do estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Esporte e Lazer, oferece ao público programas e ações que oportunizam os jovens (alunos de escolas públicas) a prática esportiva aliada à educação, buscando ocupar o tempo livre por meio de práticas saudáveis para o corpo e atividades complementares que desenvolvam atitudes positivas em suas vidas e convívio na comunidade assim como, criando maneiras de afastar os jovens do risco social, do consumo de drogas, álcool e do envolvimento com a criminalidade.

Também são oferecidos no âmbito do esporte de alto rendimento, ações que promovam a manutenção mínima de jovens atletas, oportunizando condições para dedicação, treinamento esportivo e participação em competições. Nessa perspectiva, citam-se os programas Campeões do Futuro, Esporte pela Paz, Projeto Escola Aberta, Bolsa Atleta, assim como, Jogos Abertos do Espírito Santo e as Olimpíadas Escolares (Tabela 21).

Tabela 21 - Projetos/Programas de Esporte: ES, 2013

	Público alvo	Público atendido
Projeto Esporte pela Paz	Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos	4 mil crianças e adolescentes
Campeões do Futuro	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	28 mil crianças e adolescentes
Bolsa Atleta	Melhores atletas em suas modalidades	105 pessoas (atletas e paratletas)
Campo Bom de Bola	Todas as idades	80 unidades inauguradas

Fonte: Sesport, 2013.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Concernente à prática de atividade física no tempo livre, os dados da pesquisa da Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel, 2012) realizada nas capitais dos estados brasileiros, demonstram que 63,7% dos jovens da capital capixaba praticam atividades físicas; 55,0% praticam atividades físicas no lazer e 78,8% dos jovens praticam atividade física ao se deslocar para o trabalho de bicicleta ou caminhando, despendendo ao menos 30 minutos diários no percurso de ida e volta.

Tabela 22 - Percentual da população jovem de 18 a 29 anos, que pratica o nível recomendado de atividade física⁴² no tempo livre e no deslocamento para o trabalho: Vitória, 2012

	Atividade física	Atividade física no lazer	Atividade física no deslocamento para o trabalho
Sim	63,7	55,0	78,8
Não	36,3	45,0	21,2

Fonte: Vigitel/microdados, 2012.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Sposito (2006) discute sobre o fato de a juventude ser capaz de questionar os circuitos da cultura e da informação, e assim, utilizá-las a seu favor como uma voz de reivindicação do ser jovem, capaz de ser ouvido e respeitado. Talvez seja por meio do tempo livre, que a juventude brasileira possa buscar a sua identidade, mostrando-se capaz de identificar os problemas sociais na qual está inserida.

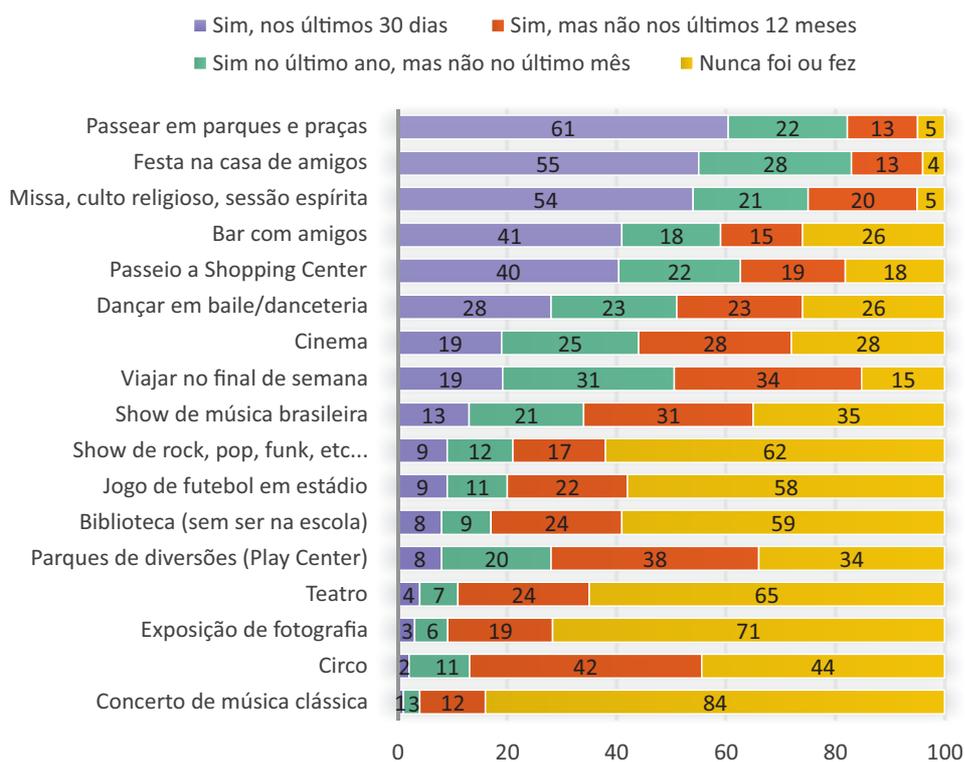
Os jovens da atualidade encontraram sua maneira própria para manifestar seus desejos e ideais, os quais demonstram como se relacionam com a sociedade em que vivem, revelando suas inquietações e desejos. As “juventudes” se utilizam da música e das danças (rock, rap, funk, reage) para mostrar sua realidade que pode não ser produto só do consumo, mas também fruto de uma produção cultural própria, construídas com os instrumentos disponíveis, tal como rádios populares, internet, movimentos sociais organizados tal como o movimento estudantil universitário, etc. Percebe-se que o jovem vê a necessidade de viver o seu agora, construir a sua identidade, reivindicar melhorias para o seu segmento. E é por meio do uso do tempo livre, que ele procura explicitar suas necessidades e é por intermédio do conhecimento de seu próprio corpo, que procura demonstrar o valor da sua identidade e de seus símbolos.

As diferentes juventudes são marcadas pelas (im) possibilidades relacionadas às desigualdades e que parecem ser condicionantes estruturais para negar o direito à cidadania a muitos desses jovens. Entretanto, o exercício de brincar, de se divertir, de (re) inventar linguagens próprias, de formar-se e informar-se culturalmente, apresenta-se como necessidade para que todos experimentem e exercitem essa mesma cidadania como um direito. Os espaços e formas de lazer, nesse sentido, tornam-se uma dimensão privilegiada de participação juvenil.

⁴² 1 - Indivíduos que praticam atividades de intensidade leve ou moderada por pelo menos 150 minutos semanais ou atividades de intensidade vigorosa por pelo menos 75 minutos semanais. 2- Indivíduos que se deslocam a pé ou de bicicleta para o trabalho ou curso/escola, perfazendo, pelo menos, 30 minutos no total do trajeto.

As preferências ou gostos do universo juvenil e a esfera das escolhas, muitas vezes está condenada as condições materiais para tornar a prática do lazer e o uso do tempo livre, como algo concreto e incorporado à vida do jovem. Por outro lado, os gostos e o uso do tempo são produzidos e conformados a partir de um campo de possibilidades, que se impõe ao jovem, a partir do seu universo sociocultural, da oferta ou não de serviços, de equipamentos, e espaços para prática do lazer e da recreação (ABRAMOWAY, 2007). Outro ponto a ser destacado é que o usufruto do lazer e do tempo livre, podem ser lidos a partir dos espaços da casa e da rua, vistos não só como territórios físicos, mas como campos de ação social ou domínios culturais institucionalizados (DA MATTA, 1997).

Figura 24 - Frequência de atividades de lazer, cultura e passeios: Brasil, 2013 (%)



Fonte: Pesquisa Agenda Juventude Brasil/2013.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Muito embora o lazer costume ser pensado a partir da relação com o tempo livre e como direito, é importante ressaltar que, dependendo das relações sociais em foco e das condições materiais de existência, esse pode se constituir em um privilégio para poucos. Uma das características do lazer dos jovens, trata-se das manifestações produzidas pela massificação gerada pela indústria cultural, principalmente aos finais de semana.

Em 2013, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), realizou a Pesquisa Agenda Juventude Brasil, com jovens com idade entre 15 e 29 anos, em todo o território nacional. Foram abordados temas referentes a condição juvenil: educação, trabalho, saúde (envolvendo os temas de drogas e de sexualidade), cultura e lazer, participação política e violência. Referente ao uso do tempo livre, constatou-se que a maioria dos jovens realiza atividades de lazer e cultura na própria comunidade, próximo aos seus domicílios, devido à ausência de equipamentos de cultura e lazer, o alto custo das passagens dos transportes (ou até mesmo a ausência desses), a distância entre o local de moradia e os centros urbanos, a crescente violência que restringe a circulação e a ocupação do espaço público. A pesquisa mostra, na Figura 24, que em seu tempo livre, 61,0% dos jovens responderam que nos últimos 30 dias realizaram passeios em parques e praças; 55,0% participaram de festas na casa de amigos; 54,0% frequentaram cultos religiosos, 41,0% foram a bares com os amigos e 40,0% escolheram o shopping center como opção de lazer.

A pesquisa também mostra que em média 70,0% dos jovens entrevistados, nunca foram ao teatro, concerto de música clássica, a uma exposição fotográfica ou a biblioteca (fora do espaço escolar) (BRASIL, 2013).

Políticas de cultura como possibilidades de lazer e uso do tempo livre, aparecem como uma das principais demandas entre os grupos organizados e estão sempre entre as prioridades nas discussões sobre políticas públicas para juventude. De modo geral, a cultura aparece como espaço de sociabilidade, de ampliação da visão de mundo, fonte geradora de pertencimento, de expressão de valores e de afirmação de identidades.

A Tabela 23 apresenta os equipamentos e projetos de lazer e cultura do Espírito Santo.

Tabela 23 - Equipamentos e projetos de cultura e lazer: ES, 2013

	Público alvo	Público atendido
Núcleos de musicalização (FAMES)	Todas as idades	800 alunos beneficiados ⁴³
Pontos de Cultura	Todas as idades	Comunidade (25 Pontos de Cultura) ⁴⁴
Cultura Presente	Todas as idades	14 mil crianças e adolescentes ⁴⁵
Jovens Urbanos	Jovens de 15 a 20 anos	720 alunos da rede pública do município da Serra
Bibliotecas públicas	Todas as idades	Comunidade (76 unidades)
Salas de cinema	Todas as idades	Comunidade (48 salas)

Fonte: Portal do Governo do Estado do ES; FAMES; Secult.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Na produção de cultura e de opções de lazer (tempo livre), os movimentos organizados pela juventude são espaços que privilegiam o reconhecimento e a valorização da identidade, das inquietudes e da essência da juventude, suas manifestações culturais e mecanismos de expressão da leitura, das imagens, linguagens e do mundo juvenil.

O Centro de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua⁴⁶ é uma organização social, que utiliza a produção de mídias e outros elementos culturais, para possibilitar à juventude de comunidades populares a produzirem e transmitirem as suas próprias informações, visando fomentar o debate sobre diversos problemas sociais e opressões vivenciadas no cotidiano. Em parceria com a Associação de Cineclubes de Vila Velha, a OCCa – Organização de Cineclubes Capixabas, o CNC – Conselho Nacional de Cineclubes, o FEPA – Fórum de Experiências Populares em Audiovisuais, o FEJUNES – Fórum Estadual de Juventude Negra, o Fórum Estadual de Mulheres, o Centro Cultural Olho da Rua, criado em 2005, busca ampliar o acesso, a produção e a difusão de bens culturais e artísticos, a fim de contribuir para democratização da comunicação aos jovens e suas comunidades (CENTRO POPULAR OLHO DA RUA, 2012).

⁴³ Atende a cinco escolas da RMGV (Escola Mário Gurgel, em Terra Vermelha, Vila Velha; Ewerton Montenegro em Nova Bethânia, Viana; Escola Zaira Manhães de Andrade, em Nova Rosa da Penha I, Cariacica; Escola Vila Nova de Colares, em Vila Nova de Colares, na Serra e Escola Elza Lemos Andreata, no bairro São Pedro, em Vitória).

⁴⁴ 25 Pontos de Cultura, sendo 20 conveniados com o Governo do Estado e 5 conveniados com a Prefeitura de Vitória.

⁴⁵ Diferentes manifestações artísticas são oferecidas para a população dos aglomerados do Programa Estado Presente.

⁴⁶ Centro de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua, disponível em: <http://olhodarua.org/quem-somos/historia>.

O Núcleo Afro Odomodê⁴⁷, inaugurado em 2006, desenvolve atividades artísticas e culturais voltadas para jovens afrodescendentes entre 13 e 29 anos, que residem no município de Vitória. O Núcleo é um espaço de formação, convivência e participação que busca estimular, sensibilizar e mobilizar os jovens para o combate às desigualdades raciais e sociais e para a luta contra os preconceitos, violências e exclusões. São oferecidas oficinas de percussão, penteado afro, forró, graffiti, canto, moda e break, há realização de rodas de conversa, debates, exibição de filmes, apresentações em escolas e em outros espaços culturais. As ações desenvolvidas pelo Núcleo contribuem para orientação e formação da opinião crítica que incentivam o protagonismo juvenil e contribuem para o resgate e a valorização da cultura afro.

Na prática do lazer, os indivíduos buscam realizar atividades que proporcionem formas agradáveis de excitação, expressão e realização individual. As atividades de lazer criam uma certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações sociais. Tais formas descomprometidas possuem uma grande efetividade social no sentido do estabelecimento de valores, conhecimentos e identidades. No espaço-tempo do lazer e do uso do tempo livre, os jovens consolidam relacionamentos, consomem e (res) significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural. Os espaços de cultura e lazer (tempo livre), com todas as suas potencialidades, se colocam na perspectiva do direito. Falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva. Espera-se que uma política pública democrática neste âmbito seja capaz de promover a cidadania cultural, para que amplie a capacidade crítica dos jovens frente à tendência das indústrias culturais de homogeneizar e reforçar guetos de identidade (ELIAS; DUNNING, 1992; CRUZ, 2003).

⁴⁷ Núcleo Afro Odomodê, disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/nucleo-afro-odomode-mobiliza-jovens-contra-desigualdade-racial>.



A associação entre adolescência e criminalidade não é inquietação exclusiva de sociedades com acentuadas desigualdades sociais, nem de políticas sociais governamentais que não asseguram direitos fundamentais para grandes parcelas da população urbana ou rural, cujo ônus recai preferencialmente sobre crianças e adolescentes, como sugerem vários estudos (ARAÚJO, 1996; FARIA, 1992; HOFFMAN, 1992; SINGER, 1996). Mesmo em sociedades caracterizadas por elevados indicadores de desenvolvimento humano, con-

dições e qualidade de vida, a preocupação com o envolvimento de crianças e adolescentes com o mundo do crime não é recente e revela, não raro, traços não muito distantes do modo como o problema é percebido e focado na sociedade brasileira contemporânea (ADORNO, 1999).

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, desenhou-se uma nova política de proteção e de atendimento à infância e à adolescência, que, ao contrário da anterior, considera crianças e adolescentes titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e, sobretudo ao amparo jurídico. Dois anos mais tarde, os preceitos constitucionais foram regulamentados através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual revogou o Código de Menores (1979) e instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

A preocupação expressa no Relatório da UNICEF de 2011 – “Adolescência: uma fase de oportunidades” – é justamente combater o estigma da fase problema. Se por um lado, enfoca-se o adolescente como objeto de atenção especial e especializada: restringem-se suas horas de trabalho fabril; regulamenta-se a educação compulsória; desenvolvem-se programas próprios de lazer e ocupação do tempo livre, ao que tudo indica raiz primária das chamadas culturas juvenis. Neste cenário, o jovem vai adquirindo cada vez maior autonomia, especialmente nas grandes metrópoles industriais. Ele passa a ser reconhecido como portador de um querer próprio, que precisa ser respeitado nos mais distintos aspectos da vida pessoal independente de escolha profissional, vestuário, consumo, lazer, iniciação e ativi-

dade sexual. Mas, por outro lado, essa mesma autonomia é vista como fonte de riscos, entre os quais, talvez o mais temido, seja o envolvimento com o mundo do crime e da violência. Nesse sentido, afirma Adorno (1999) que a descoberta da adolescência como problema é, portanto, contemporânea da associação entre juventude e delinquência.

Dessa feita, torna-se fundamental abordar no presente estudo tanto a problemática do jovem principal vítima da criminalidade, quanto aquela do jovem como um dos principais autores de delinquência. Ou seja, quais fatores podem explicar sua vitimização e seu envolvimento com o crime? Destacando que, a inserção nas atividades de delinquência juvenil encaminha esses jovens para uma situação ainda maior de vulnerabilidades sociais.

O desenvolvimento dos estudos de delinquência juvenil ao longo do tempo convergiu para esse apontamento comum, da mesma forma que são as maiores vítimas, os jovens também predominam na autoria de crimes como: furtos, roubos, uso/tráfico de drogas e homicídios. Essa relação próxima entre os jovens, principalmente do sexo masculino, e a criminalidade, alimentou o interesse de diversos estudos nacionais e internacionais sobre a questão da delinquência juvenil, das subculturas de gangues, etc.

No nível internacional, os pesquisadores da Escola de Chicago (a partir de 1915) logo perceberam a grande relevância em estudar a delinquência juvenil inserida em seu contexto histórico e social. Foram pioneiros em associar as hipóteses teóricas da criminologia aos estudos empíricos da criminalidade. Cohen (1955) foi um dos precursores do uso da Sociologia da Violência e Criminalidade integrando as teorias da associação diferencial de Sutherland (1939), da desorganização social de Shaw e Mckay (1931), e da Anomia de Merton (1938), para buscar explicação sobre as subculturas delinquentes, principalmente entre os jovens. Destaca-se ainda a classificação de gangues jovens de Huff (1989): hedonistic gangs (drugs); instrumental gangs (property offenses); and, predatory gangs (violent crimes).

Importante ainda reforçar esse estudo da delinquência juvenil, de suas ligações sociais, relacionadas ao ambiente, às variáveis ecológicas e estruturais, basicamente, elas são representadas através das contribuições dos teóricos da Desorganização Social, como: Shaw e McKay (1931) estudos da delinquência juvenil urbana; Thrasher (*apud* Kornhauser 1978) com modelos de Controle Social; modelo de Bursik e Grasmick (1993) – organização social e vizinhança (controles

sociais informais); Sampson, 1997 com estudos sobre a Eficácia Coletiva, além dos estudos de migração, vizinhança e estabilidade social (Patillo, 1998; Todd, 2003), e outros.

Ainda entre os estudos internacionais, para Robert Agnew (1992, 1999, 2001), formulador da Teoria Geral da Tensão, a inserção criminal é prevista pela (i) percepção por parte dos indivíduos, de sua incapacidade de alcançar por vias legítimas metas socialmente desejáveis, (ii) pela perda de estímulos positivamente valorizados e (iii) pela presença real ou prevista de estímulos negativos. Segundo Agnew (2004), o mecanismo causal que precede ao crime relaciona-se às tensões vivenciadas pelos indivíduos, decorrentes da socialização adversa – e em específico como efeito do aprofundamento de tensões associadas ao efeito cumulativo de estressores, bem como na baixa capacidade dos indivíduos em lidarem com esses estressores (tensões). Sobretudo, o crime decorre do fato que (1) essas tensões sejam vistas como injustas pelo agressor; (2) consideradas elevadas em magnitude; e que, (3) associadas ao baixo controle social; (4) terminam por criar pressões e incentivos para envolvimento com o crime. O crime emerge como ação corretiva frente à degradação - objetiva e subjetiva - ao qual o jovem convive cotidianamente.

Os estudos sobre juventude e criminalidade no Brasil também ganharam grande relevância (Zaluar, 1994; Waiselfisz, 1998; Adorno, 1999; Peralva, 2000; Beato, 2002; Sposito, 2001). Hoje os estudos sobre vulnerabilidade social e a delinquência na juventude, em Vignoli (2001) e Filgueira (2001), sustentam que a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade em que se encontram. Para Abramovay (2002), a situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade.

Cabe reforçar que essa tensão (de acesso às oportunidades) não vem unicamente da esfera econômica, as esferas sociais e culturais contribuem muito para entendermos por que jovens de uma mesma classe social podem ter comportamentos diversos, alguns se tornando delinquentes e outros não. Da mesma forma, essa vulnerabilidade também tem origem no tipo de relação que os jovens possuem com suas famílias e comunidades – o que Sampson (1989) conceitua de “eficácia coletiva”.

Enfim, faz-se importante lembrar, que os números oficiais existentes sobre violência, bem como pesquisas quantitativas e qualitativas que vêm sendo realizadas, confirmam que são os jovens as maiores vítimas da violência no Brasil. Isto se manifesta de maneira mais exacerbada ainda no caso dos homicídios, sendo que a taxa deste crime entre jovens do sexo masculino no país se compara às de regiões que vivem em guerra declarada (CASTRO; AQUINO; *et al*, IPEA, 2009).

6.1 O Jovem vítima da violência

Ao iniciar a abordagem do tema faz-se importante reconhecer como pressuposto, que a violência é um fenômeno complexo, multifacetado e que programas de prevenção eficazes envolvem vários níveis e setores de atuação simultaneamente.

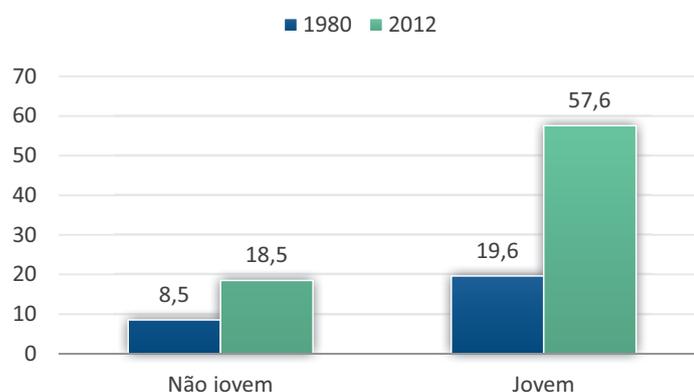
No Brasil, os elevados níveis de vitimização juvenil constituem um fato relativamente recente. As características da mortalidade juvenil não permaneceram congeladas ao longo do tempo, mas mudaram radicalmente sua configuração a partir do que poderíamos denominar “novos padrões da mortalidade juvenil” (WAISELFISZ, 2011).

Através dos dados do SIM/Datasus verifica-se essa significativa mudança. Enquanto em 1980 no país, as “causas externas” (ou também, causas violentas, como costumam ser denominadas) eram responsáveis por aproximadamente a metade (50%) do total de mortes dos jovens de 15 a 29 anos, em 2012 essa taxa subiu para 71,1%, principalmente por causa da taxa de homicídios.

Com a comparação da evolução das taxas de homicídios entre jovens e não jovens no Brasil tem-se evidência da estruturação histórica da violência homicida e seu significado para a juventude ao longo do tempo. Levando em conta a população total, a taxa de homicídios entre os jovens cresceu de 19,6 (por 100 mil jovens) em 1980, para 57,6 no ano de 2012. Já a taxa da população não jovem sofreu uma elevação até meados da década de 1990 (20,4 em 1996) e após permaneceu praticamente constante ao longo dos últimos anos considerados, 18,5 em 2012 (Figura 25).

Os dados da Figura 25 revelam que, em 2012, a taxa de vitimização de jovens foi 311% maior do que a sofrida pelo grupo não jovem no país. O que demonstra o quanto as mortes violentas no Brasil estão concentradas no grupo social da juventude.

Figura 25 - Taxas de homicídios (por 100 mil) da população jovem de 15 a 29 anos e não jovem: Brasil, 1980 e 2012 (%)



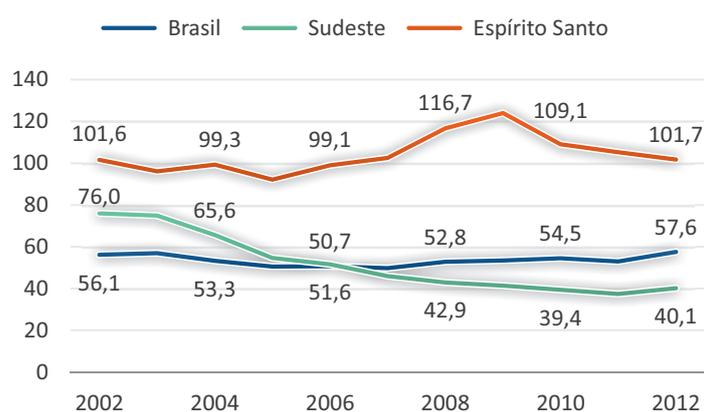
Fonte: SIM-DATASUS, Censos e projeções populacionais MS/IBGE (1980-2012), Mapa da Violência 2014.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Importante ressaltar, que no período

1980/2012, entre os jovens, 62,9% das mortes ocorreram por causas externas. Na população não jovem, esse percentual representou apenas 8,1% das mortes acontecidas. Ainda, se na população não jovem só 2,0% dos óbitos foram causados por homicídios, entre os jovens os homicídios foram responsáveis por 28,8% das mortes registradas no período de 1980 a 2012.

Ainda de acordo com os dados do SIM/ Datasus, podemos observar o comportamento histórico das taxas de homicídio juvenil. No caso, mais uma vez, o recorte utilizado foi da faixa de 15 a 29 anos, e a comparação para esse tipo de crime foi realizada nos âmbitos do estado do Espírito Santo, Sudeste e Brasil.

Figura 26 - Taxa de homicídios (por 100 mil), população jovem de 15 a 29 anos: Brasil, Sudeste e ES, 2002 a 2012 (%)



Fonte: SIM-DATASUS, Censos e projeções populacionais MS/IBGE (1980-2012), Mapa da Violência 2014.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Tabela 25 - Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V), 2007 e 2010

Município	Ranking nacional 2007 ⁵⁰	IVJ-V 2007	Ranking nacional 2010 ⁵¹	IVJ-V 2010
São Mateus	44	0,467	20	0,397
Linhares	3	0,625	24	0,378
Serra	27	0,500	26	0,375
Cariacica	21	0,509	34	0,368
Guarapari	70	0,437	66	0,340
Cachoeiro de Itapemirim	111	0,396	84	0,326
Colatina	110	0,396	123	0,298
Vitória	119	0,388	124	0,297
Vila Velha	46	0,461	147	0,276

Fonte: SENASP/MJ/FBSP, ano base 2010.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

A atualização do índice de vulnerabilidade juvenil mostrou uma melhora na situação de Linhares, que era a terceira cidade em vulnerabilidade juvenil no *ranking* nacional e no ano base de 2010 teria caído para 24ª posição. No entanto, outra cidade polo do estado, São Mateus, teve uma piora grande na condição de vulnerabilidade juvenil à violência, saindo da posição 44 para a 20 no *ranking* nacional.

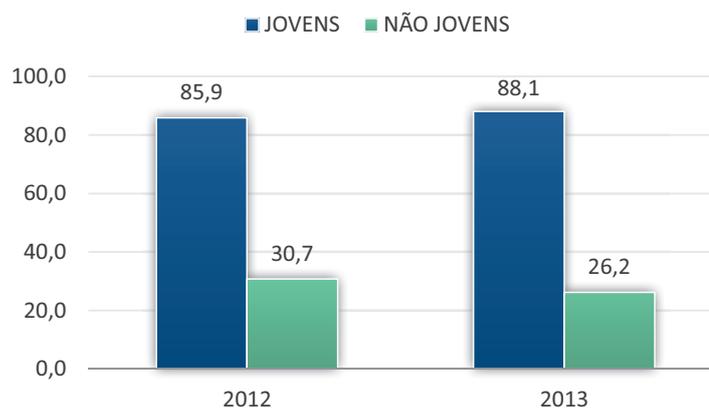
As Tabelas anteriores revelam que esse problema extrapola os grandes centros urbanos, pois além da presença esperada das cidades da Região Metropolitana (Serra, Cariacica e Vila Velha lideram no ES o índice de mortalidade por homicídios), São Mateus e Linhares se posicionam hoje em condição de vulnerabilidade alta em relação à violência juvenil.

No que diz respeito aos Crimes Letais Intencionais (homicídios dolosos, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) a vitimização dos jovens também é bem destacada. Conforme Figura 27, a taxa desses tipos de crimes para os jovens é 3,4 vezes maior que para os não jovens.

⁵⁰ Ranking Nacional da Vulnerabilidade Juvenil para as cidades acima de 100 mil habitantes.

⁵¹ Ranking Nacional da Vulnerabilidade Juvenil para as cidades acima de 100 mil habitantes.

Figura 27 - Taxa de Crimes Letais Intencionais (por 100 mil), população jovem de 15 a 29 anos e não jovem, 2012 e 2013 (%)



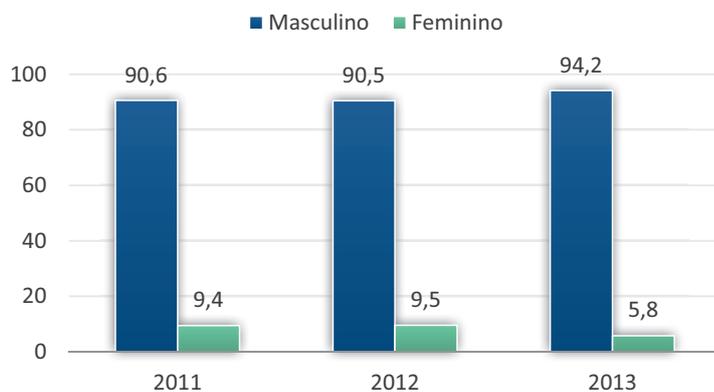
Fonte: GEAC/SESP.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Em 2012, a taxa de CLIs para jovens, entre 15 e 29 anos, foi de 85,9 por cem mil habitantes, enquanto para os não jovens foi de 30,7. No ano de 2013, a taxa de crimes letais intencionais elevou-se para 88,1, enquanto a mesma taxa para os não jovens caiu para 26,2 ppcm.

6.2 Jovens, violência e gênero

A proporção de homicídios dolosos por sexo na população total, para os últimos três anos mais uma vez reforça o foco da vitimização no subgrupo juvenil masculino. Ao longo dos anos a média vem se mantendo em torno de 90,0% de vítimas homens, entretanto, em 2013 esse número subiu para 94,0% (Figura 28).

Figura 28 - Homicídios população jovem de 15 a 29 anos, por sexo: ES, 2011, 2012 e 2013 (%)

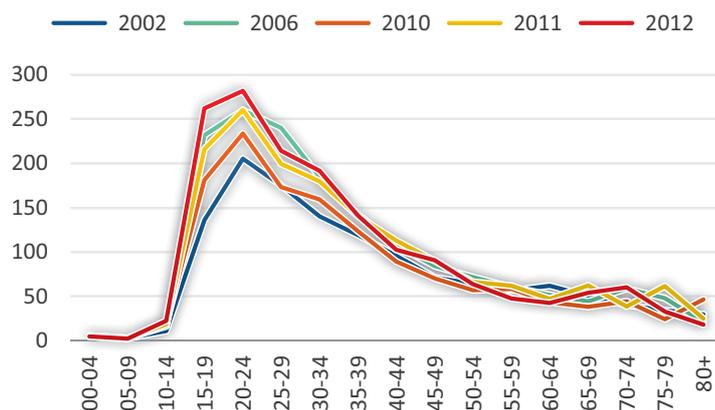


Fonte: GEAC-SESP.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

As taxas apresentadas na Figura 29, das vítimas jovens, ilustra a alta de óbitos justamente na faixa de idade entre 15 e 29 anos. Nota-se ainda, que em 2012 a taxa de homicídios juvenis atinge seu maior patamar, 281,6 entre 20 e 24 anos.

Figura 29 - Taxa de homicídios (por 100 mil), por faixa etária: ES, 2002, 2006, 2010, 2011 e 2012



Fonte: SIM-DATASUS, projeções populacionais IBGE(1980-2012).

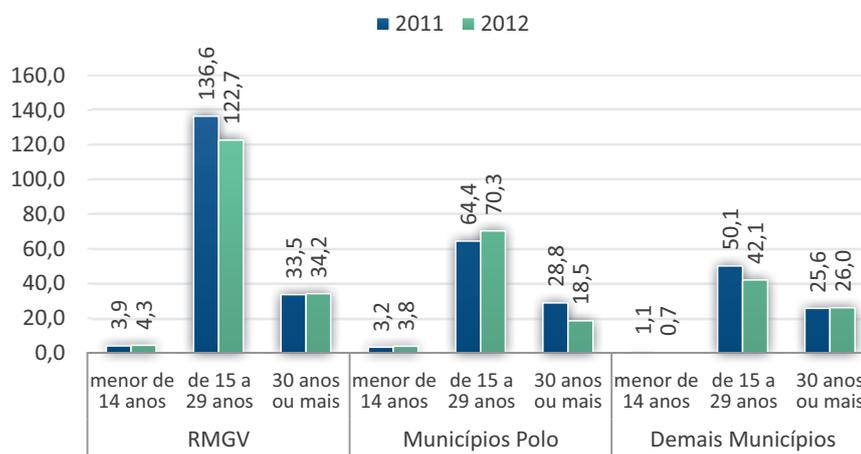
Categorias: X85-Y09 Agressões (CID 10 - 1996-2012).

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

6.3 Municípios e violência juvenil

A taxa de homicídios por perfil de municípios, em 2011 e 2012, aponta para um grande número de vítimas juvenis (entre 15 e 29 anos) na Região Metropolitana. Em 2012, registrou-se na RMGV números acima de 122 homicídios por 100 mil, nos Municípios Polo 70,3 por 100 mil, já os jovens da categoria Demais Municípios apresentaram taxa de homicídio de 42,1 (Figura 30).

Figura 30 - Taxas de homicídio doloso (por 100 mil) por subgrupo populacional e grupo de municípios⁵², 2011 e 2012



Fonte: GEAC-SESP / IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Dessa forma, nota-se uma taxa de homicídio, para jovens entre 15 e 29 anos, da Região Metropolitana da Grande Vitória, 1,7 vezes maior que a taxa para os jovens das cidades polo e 4,7 vezes maior que a taxa de homicídios dos jovens dos municípios do interior do estado.

6.4 Delinquência juvenil

Conforme mencionado anteriormente, a juventude é o grupo mais vulnerável à violência, seja como vítima, seja como agressor.

⁵² **RMGV:** Cariacica, Fundão, Guarapari, Viana, Vila Velha, Vitória e Serra. **Municípios polo:** Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus, Aracruz e Anchieta.

Moser (1999) em seu relatório para o Banco Mundial⁵³ descreve brevemente algumas das abordagens que tradicionalmente têm sido tomadas para compreender as questões de jovens em risco e violência juvenil e usa um quadro integrado (“framework”) para analisar as causas da violência juvenil e as intervenções associadas (Quadro 03). Esse quadro é utilizado para examinar causas da violência juvenil e suas intervenções associadas, mostrando a necessidade de desenvolver e aperfeiçoar uma comunidade de base holística, além de uma estratégia participativa para enfrentar a violência juvenil (Figura 31).

Figura 31 - Modelo integrado para causalidade da violência⁵³



Fonte: Moser (1999).

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Quadro 03 - Modelo Analítico Conceitual: juventude e violência

Nível	Conceito	Aplicação à delinquência juvenil
INDIVIDUAL	História pessoal e constituição biofísica; desenvolvimento da personalidade que molda as respostas interpessoais e estressores institucionais.	Baixa autoestima; desejo de status; ganância.
INTERPESSOAL	Contexto imediato em que a violência assume lugar; interações entre os indivíduos; fatores situacionais envolvendo família, agregado familiar, relações íntimas, entre conhecidos.	Envolvimento de membro da família em gangues; disfunções das relações familiares e/ou violência familiar; associação a companheiros delinquentes.
INSTITUCIONAL	Instituições formais e informais, capital social associado aos locais de trabalho e as comunidades; redes sociais e grupos onde as relações interpessoais são incorporadas.	Sistema escolar fraco; presença de gangues na comunidade, falta de emprego e oportunidades; disponibilidade de armas de fogo.
ESTRUTURAL	Nível macro-político, econômico, e estrutura social, incluindo as opiniões, crenças e normas culturais que permeiam a sociedade.	Impunidade; racismo; legitimação de violência como um meio para resolver conflitos.

Fonte: Moser (1999).

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

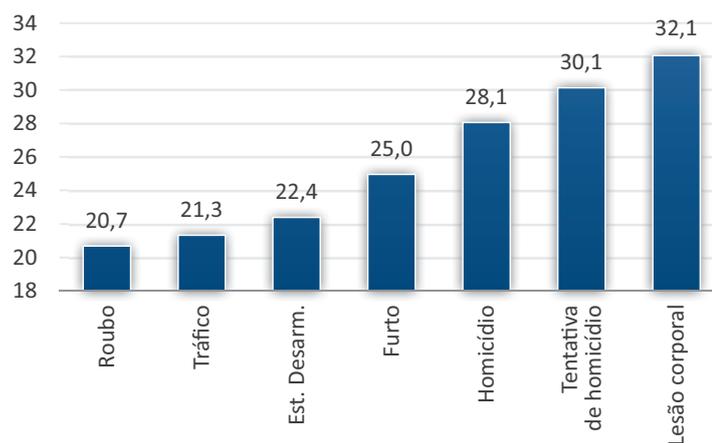
⁵³ LCR Sustainable Development Working Paper No. 3 / Urban Peace Program Series.

⁵⁴ Inspirado no modelo The World Bank, apresentado por Moser (1999) para causas de Delinquência Juvenil.

A concepção de Schoemaker (1996) a fim de compreender a gênese da delinquência juvenil é semelhante ao modelo apresentado anteriormente. Entende-se que este, embora não seja um modelo exaustivo, é útil na orientação, organização e direcionamento do tema. Incorpora três níveis de conceitualização: a) o nível estrutural, que incorpora as condições sociais; b) o nível sócio-psicológico, que se refere ao controle social da família, escola e demais instituições responsáveis pelo adolescente, a autoestima (por estar intrinsecamente associada à influência familiar e do grupo de pares) e à influência de grupos de jovens sobre o comportamento infrator; e c) o nível individual, incluindo aspectos biológicos e psicológicos. A diferença é que Moser (1999) também trabalha o nível institucional, ou seja, as oportunidades dadas pela rede de instituições para os jovens, onde está inserido o sistema escolar, mercado de trabalho e o próprio sistema político.

A compreensão dos níveis de comportamento desviante torna necessária a reflexão sobre os fatores que incidem no fenômeno. Dados de notificação policial cobrem parte dos incidentes e estão sujeitos a vieses. A despeito dessas limitações intrínsecas, é possível compor algumas informações relevantes. A Figura 32 explicita a idade média dos transgressores para os crimes mais frequentes na Região Metropolitana.

Figura 32 - Idade média de envolvidos por tipo de crime: Região Metropolitana, 2005-2011



Fonte: GEAC/SESP.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Nota-se que os crimes contra a pessoa como lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio, apresentam média de idade dos envolvidos maior entre os jovens, superando os 28 anos de idade. Quando se trata dos crimes de roubo e tráfico de drogas, a média de idade dos envolvidos é inferior aos 24 anos. Importante ressaltar que essa é uma análise aproximada devido a limitação de cobertura dos dados trabalhados, principalmente após o ano de 2009.

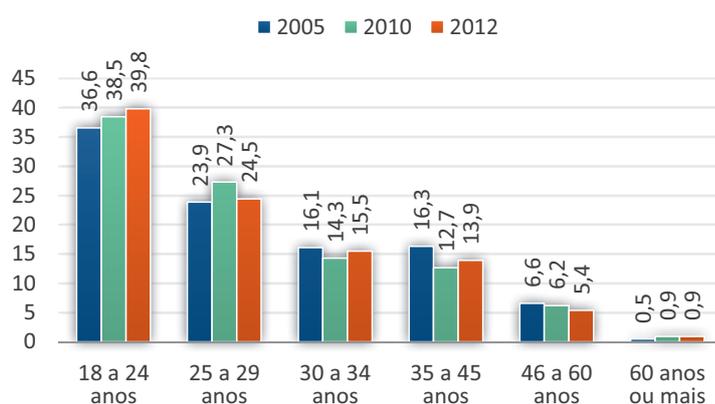
6.5 Perfil dos envolvidos

No Espírito Santo, o subgrupo com maior envolvimento criminal é de jovens do sexo masculino, residentes em municípios urbanos, sobretudo na Região Metropolitana. Algumas informações a seguir dão conta da magnitude desse problema.

A Figura 33 ilustra que o percentual de encarcerados no ES reduz à medida que a idade aumenta. Em 2005, os presos com até 30 anos de idade somavam 60,0% do total, percentual esse que veio a subir quase 6,0% em 2010, e 4,0% em 2012, chegando nesse último ano ao total de 64,3%.

Importante ressaltar, que em 2005 a população carcerária do estado era de 5.095 detentos, em 2010 passou para 11.381, e em 2012 chegou a 14.352.

Figura 33 - Percentual de presos por faixa de idade: ES, 2005, 2010 e 2012

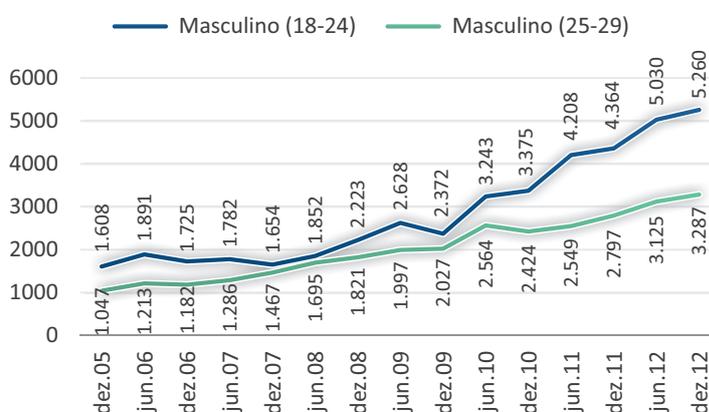


Fonte: Secretaria de Estado da Justiça. INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Em 2012, os presos na faixa de idade entre 18 a 24 anos atingiu seu ápice, 39,8%, se somados aqueles que se encontram entre 25 e 29 anos de idade totaliza-se 64,3% da população carcerária do estado.

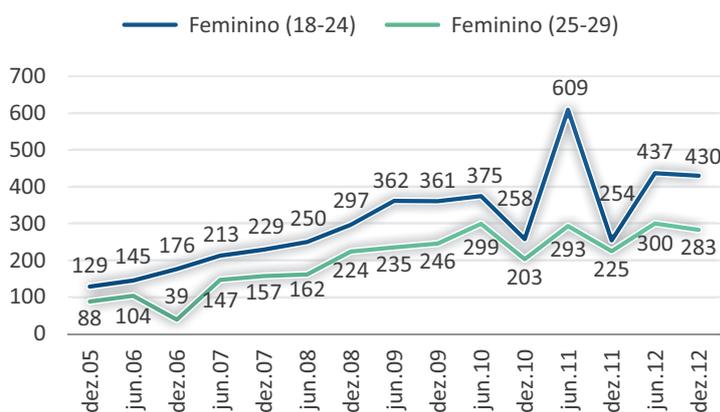
Como se observa na Figura 34, o número de presos, do sexo masculino, para as duas faixas etárias, mais que triplica (328%) no período em referência (2005-2012) e evidencia o destaque

Figura 34 - Número de presos do sexo masculino, entre 18 e 29 anos: ES, 2005 a 2012



Fonte: INFOPEN / Ministério da Justiça.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Figura 35 - Número de presos do sexo feminino, entre 18 e 29 anos: ES, 2005 a 2012



Fonte: Ministério da Justiça.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

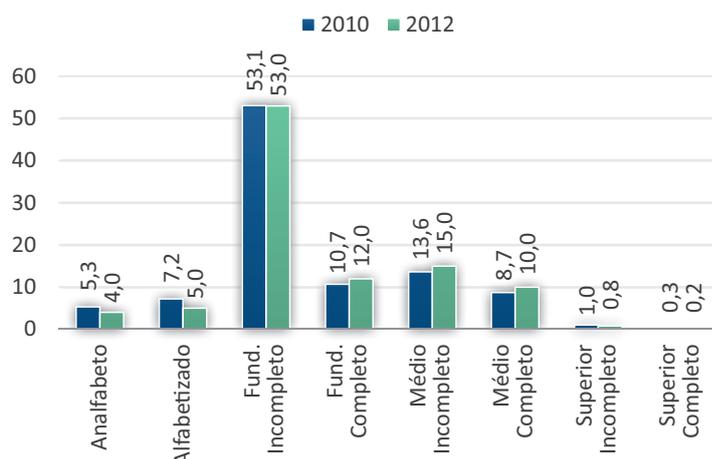
na faixa etária entre 18 a 24 anos para o aprisionamento. Em sete anos, o número de presos de 18 a 24 anos passou de 1608 (dez/ 2005) para 5260 (dez/ 2012), e o de 25 a 29 anos passou de 1047 (dez/ 2005) para 3287 (jun/ 2012).

No que tange às mulheres jovens no estado, as taxas de aprisionamento feminino são inferiores as taxas masculinas e ao conjunto da população. Ainda assim, o número de jovens presas e respectivas taxas de encarceramento mais que triplicaram no período que compreende 2005-2012 (Figura 35).

Destaca-se também que o número de mulheres presas , entre 18 e 24 anos, elevou-se de 129 (dez/2005) para 430 (dez/2012). Entre aquelas de 25 e 29 anos, elevou-se de 88 para 283 em igual período.

Quando analisados os dados de escolaridade da população jovem encarcerada do estado, em 2010, constatamos que os jovens com no máximo o ensino fundamental incompleto, representava 65,6% dessa população. Em 2012, esse número teve pequena redução, 62,0%, não afetando, porém o padrão de baixa escolaridade dos encarcerados jovens.

Figura 36 - Percentual de presos por escolaridade, entre 18 e 29 anos: ES, 2010 e 2012 (%)



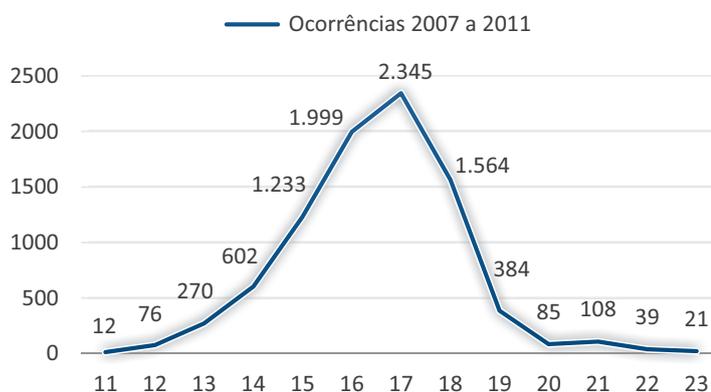
Fonte: Secretaria de Estado da Justiça. INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

6.6 Adolescentes em conflito com a Lei no Espírito Santo

Adolescentes em conflito com a lei, são aqueles acusados da prática de condutas descritas pela lei penal como crime ou contravenção, são adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais (DIGIÁCOMO,2008).

No estado, conforme Figura 37, 16 e 17 anos são as idades que os adolescentes mais cometem delitos, 1663 e 1868 respectivamente. Cabe ressaltar, que após os 18 anos os registros não são mais de responsabilidade da DEACL (Delegacia Especializada em Adolescentes em Conflito com a Lei).

Figura 37- Idade dos adolescentes em conflito com a lei *versus* N° de ocorrências: ES, 2007 a 2011



Fonte: SESP, DEACL, 2007 a 2011.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Os dados apresentados vão ao encontro dos resultados do mapeamento nacional do cumprimento das medidas socioeducativas realizado pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud) que constatou que a maioria dos adolescentes infratores se encontrava na faixa etária de 16 a 17 anos (44,0%) e 18 a 21 anos (34,5%) (ILANUD, 2007).

A passagem dos 14 para 15 anos parece ser crucial para a delinquência juvenil no Espírito Santo, passando de 547 ocorrências provocadas por adolescentes de 14 anos, para 1.118 casos de jovens com 15 anos. Cabe ressaltar que segundo dados do MEC/INEP a taxa de evasão escolar (abandono), no ES em 2010, passava de 4,4% nos anos iniciais do ensino fundamental para 11,4% nos anos finais, ainda, no primeiro ano do ensino médio esse número era de 8,9% – que correspondem a faixa etária citada acima de agravamento da delinquência juvenil.

Interessante observar que essa é a fase que os jovens deveriam estar saindo do ensino fundamental para o ensino médio, é justamente um dos gargalos da evasão escolar no estado do Espírito Santo e no país.

Em termos de conclusão a respeito dos adolescentes em conflito com a lei, interessante observar a diferença de acordo com a infração cometida pelo jovem. Uma análise geral, sem levar em consideração a influência dos fatores específicos de cada tipo de delinquência, corre o risco de cair em simplificações que não consideram a complexidade do fenômeno em análise.

Como ilustração cabe reforçar que, segundo os dados da DEACL, enquanto os homicídios costumam ter picos de ocorrência no fim do ano, são praticados por jovens de idade mais avançada (acima de 17 e 18 anos), e com número menor de usuários de drogas comparado aos outros crimes. Os crimes contra a propriedade já possuem altas não só no fim do ano, como também no meio do ano, são cometidos por adolescentes entre 12 e 16 anos, e possuem maior número de envolvidos com uso de drogas comparado aqueles que praticaram homicídios. Um bom número de envolvidos com esse tipo de crime também apresentou participação em crimes de porte ilegal de armas. Já as ocorrências de tráficos de drogas permanecem em um mesmo patamar durante todo o ano, também envolvem jovens de menor idade, 12 a 16 anos, e chegam ao maior número de adolescentes usuários de drogas entre todos os tipos de crime. Ainda, aqueles envolvidos com tráfico, em sua maioria, também mostraram envolvimento com associação para o tráfico e porte ilegal de armas.

A partir dos dados expostos, evidencia-se que as políticas de prevenção ao crime precisam identificar os jovens com baixa escolaridade, fora da escola, residentes em bairros com criminalidade alta e envolvimento de pares e vizinhos em crimes, mesmo parentes, de modo a criar políticas específicas para esse subgrupo.

Enfim, sobre o envolvimento dos jovens com a delinquência, embora os dados e análises proporcionadas pela literatura especializada nacional e internacional apontem crescente envolvimento de adolescentes no mundo do crime violento, as mesmas fontes não cessam igualmente de apontar a crescente vitimização desses segmentos.

Quadro 4 - Invisibilidade das meninas

Enquanto a maior parte do foco da mídia, pesquisadores e formuladores de políticas tem sido sobre os homens jovens como principais perpetradores de violência e as vítimas de homicídio, as mulheres jovens também enfrentam altos níveis de violência, especialmente como vítimas e não como criminosas. Embora as mulheres sejam menos susceptíveis de serem vítimas de homicídio, suas vidas e meios de subsistência são severamente restringidos pela violência em suas comunidades, o que aumenta a sua vulnerabilidade e insegurança.

As mulheres jovens são as mais afetadas pela percepção de violência e do medo da violência em espaços públicos, o que pode impedi-las de participar efetivamente das comunidades educacional, econômica e/ou políticas. Por exemplo, em muitas comunidades violentas a ameaça da violência torna problemático para as mulheres saírem desacompanhadas depois de escurecer, para ir trabalhar, visitar um amigo, ou assistir aulas à noite.

Além disso, a violência sexual afeta principalmente as crianças, adolescentes e mulheres jovens, em particular, mas permanece na maior parte não declarada e impune. Da mesma forma, a violência familiar afeta desproporcionalmente as mulheres, mas ainda é amplamente aceita e permanece em grande parte invisível (GÓMEZ, 1993).

Consequentemente, os jovens constituem a grande maioria visível de vítimas dos agentes de violência nas ruas. Mas, apesar do forte foco em homens jovens e os problemas que eles causam, muitos dos impactos ambientais, sociais, familiares e condições que enfrentam afetam as mulheres jovens igualmente, se não mais do que os homens jovens, embora muitas vezes com resultados diferentes. Para as mulheres jovens estas mesmas condições tendem a contribuir para a gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição, dependência de homens e a reprodução intergeracional da pobreza e violência familiar. Estes resultados são igualmente graves, mas, certamente, menos visíveis (Moser, 1999).

As Políticas Públicas para a Juventude podem ser classificadas levando em consideração a rede de proteção social vigente e as demandas atuais que se transformam em Programas sociais. NOVAES (2009) apresenta uma categorização das Políticas Públicas para a Juventude em âmbito federal que orientou a discussão na publicação do IPEA intitulada: “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”. As categorias podem ser utilizadas como modelo para as Políticas Públicas em âmbito estadual, que são classificadas como:

1. Universais – são políticas setoriais dirigidas a toda a população, inclusive aos jovens. As políticas educacionais, de trabalho e emprego, de assistência social, de saúde, de cultura e de combate à violência. São consideradas estruturais, implicam sistemas duradouros e instituições públicas dotadas de orçamentos. Historicamente, constituem-se como direitos de cidadania, motivo pelo qual destas se espera hoje que incorporem as especificidades do recorte etário – direitos difusos – e, assim, incorporem questões singulares da atual geração juvenil.

2. Atrativas – são aquelas que não são dirigidas apenas aos jovens, mas têm especial incidência sobre eles: seja por afinidade com a natureza da política ou porque lhes abrem oportunidades específicas, seja porque, mesmo voltadas para espaços territoriais, onde convivem diferentes faixas etárias, afetam particularmente os jovens – por exemplo, as políticas de segurança e combate à violência. No geral, podem ter um caráter emergencial ou experimental, ou combinar as duas dimensões.

3. Exclusivas – são aquelas voltadas apenas para uma faixa etária predefinida, entre 15 e 29 anos. Sejam estas na área de educação, trabalho, desenvolvimento social, saúde, cultura, migração, segurança, constituem-se em programas e ações emergenciais para jovens excluídos, ou em situações de exclusão desfavorável. Este é o caso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Integrado).

A classificação permite vislumbrar as possibilidades de integração que pode haver em diferentes institucionalidades, uma vez que a responsabilidade das políticas públicas que atendem os diferentes segmentos juvenis encontra-se em órgãos governamentais diferentes. O desafio é integrar os programas/projetos e quando não integrados que compartilhem da mesma perspectiva da atual condição do jovem. (NOVAES, 2009)

A política para juventude no Brasil, em âmbito federal, se organizou por meio da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). A Secretaria conta com o apoio do Conselho Nacional da Juventude, além da gestão compartilhada em alguns progra-

mas, entre os Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A primeira experiência de gestão compartilhada foi com o ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – criado exclusivamente para jovens. A Figura 38 apresenta um organograma da organização institucional da Política Pública para a Juventude do Governo Federal, que se constituiu ao longo dos últimos anos.

Em 2005, foi constituído o Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil. Um dos resultados do diagnóstico foi à proposição da criação da Secretaria Nacional da Juventude, que coordenaria a formulação de um Programa Nacional para a Juventude, assim como a criação do Conselho Nacional da Juventude, que apoiaria esse processo. A formulação de um programa nacional que contemplasse os jovens excluídos com educação, formação profissional e emprego, também foi uma das propostas mais imediatas. Dessa forma originou-se o ProJovem em 2005, que dois anos após passaria por uma reestruturação dando origem ao Projovem Integrado (SILVA; ANDRADE, 2009).

O Projovem Integrado⁵⁵ é resultado da unificação de seis programas já existentes – ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã – e está subdividido em quatro modalidades: 1) ProJovem Urbano – serviço socioeducativo; 2) ProJovem Trabalhador; 3) ProJovem Adolescente; e 4) ProJovem Campo – Saberes da Terra. Destinado a jovens de 15 a 29 anos, o Projovem Integrado entrou em vigor a partir de janeiro de 2008 com objetivo de promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a qualificação profissional e o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. A gestão do programa é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República – por meio da Secretaria Nacional de Juventude –, o MTE, o MDS e o MEC.⁵⁶

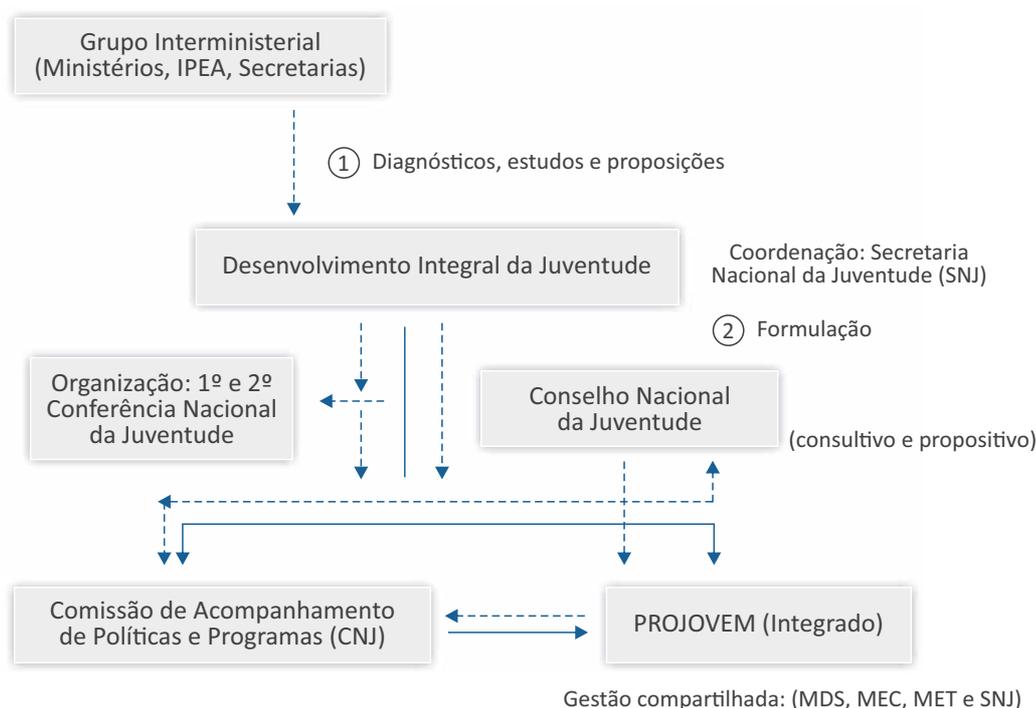
A institucionalidade garantida pela SNJ não significa que as dificuldades para integrar programas e ações tenham sido extintas. Ainda há um caminho longo a percorrer para garantir a transversalidade do tema juventude, assim como para garantir previsões orçamentárias e o desenvolvimento de metodologias que permitam o cálculo do gasto público com as juventudes brasileiras (NOVAES; SILVA; ANDRADE; 2009).

⁵⁵ Informações disponíveis no site: www.juventude.gov.br/juventude. Acesso em: 11/04/2012.

⁵⁶ Informações mais detalhadas sobre programas e ações direcionadas a juventude podem ser obtidas no site: <http://www.juventude.gov.br/guia/outrosprogramas/programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem>.

No Espírito Santo foi instituída a Gerência Estadual de Políticas Públicas de Juventude vinculada a Subsecretaria de Movimentos Sociais, dentro da estrutura organizacional da Casa Civil, para organizar a articulação com os diversos programas e ações do Governo Estadual. Em 2012, foi regulamentado o Conselho Estadual da Juventude (Decreto Nº3101-R de 30/08/2012), também ligado a Casa Civil, o conselho começa a atuar em 2013 com a finalidade de propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude. Programas e projetos para a juventude, não necessariamente orientados pela mesma faixa etária utilizada pelo governo federal, são executados por diversos órgãos estaduais. Na Figura 39 é possível vislumbrar os órgãos e as respectivas coordenações ou diretorias responsáveis por programas que atendem ao público juvenil. Ressalta-se que foram apontados todos os órgãos estaduais que executam programas para a juventude, mesmo aqueles não exclusivos.

Figura 38 - Organização Institucional da Política Pública para Juventude

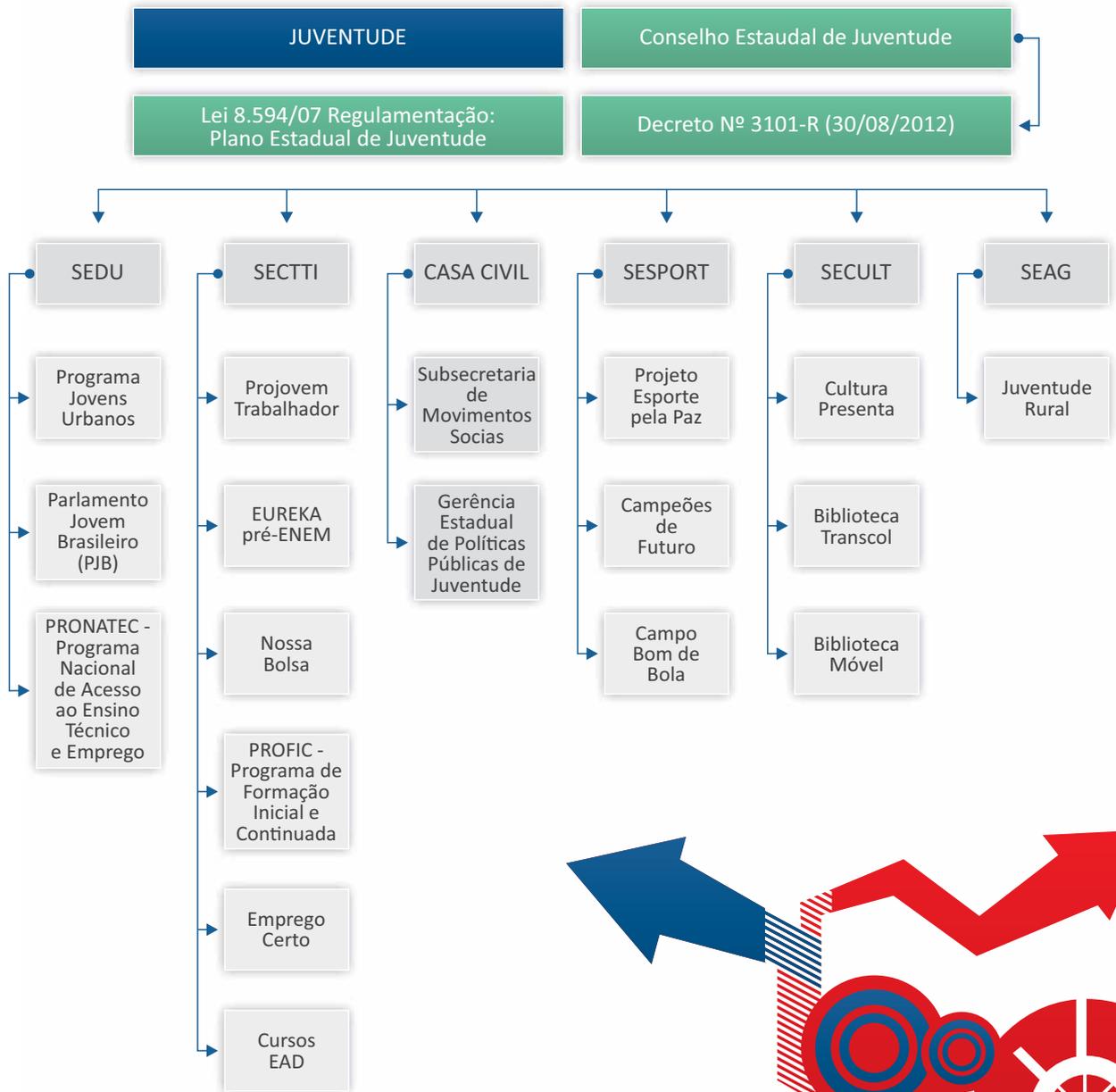


Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Siglas: IPEA - Instituto de Política Econômica Aplicada, MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, MEC - Ministério da Educação, MET - Ministério do Trabalho e Emprego, SNJ - Secretaria Nacional da Juventude.

⁵⁷ As informações sobre programas foram extraídas dos sites oficiais (Lista de sites em ANEXO 3) do governo estadual, portanto estão sujeitos a alterações.

Figura 39 - Órgãos estaduais responsáveis por Programas e Projetos para Juventude



Fonte: Casa Civil - Gerência Estadual de Políticas Públicas de Juventude.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Em 2012, segundo os dados da Pnad/IBGE, a população do Espírito Santo foi estimada em 3.636.942 pessoas. Deste total, 874.084 eram jovens (15 a 29 anos), ou seja, aproximadamente, 24,0% da população do estado. Ao observar a divisão do tempo dos jovens entre trabalho e estudo, verificou-se que, em 2012: a maior parte deles (50,2%) só trabalhava; 19,4% só estudava e 13,5% trabalhava e estudava; 16,9% não trabalhava nem estudava. Percebe-se aqui um grande desafio para o Estado, face ao percentual elevado de jovens que ainda estão fora tanto do mercado de trabalho quanto da educação formal. As dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, somado à evasão escolar, pode explicar em grande medida alguns aspectos da vulnerabilidade na juventude.



Tendo como referência os dados de 2012, entre os desempregados, a maioria apresenta baixo grau de escolaridade, com destaque para: 37,2 % possuem de 11 a 14 anos de anos estudo, o que equivale ao ensino médio completo e 19,1% possuem de 4 a 7 anos de estudo, o que equivale ao fundamental completo. Apenas 5,5% dos desocupados tem 15 anos ou mais de estudo (superior completo).

Vale destacar que o Espírito Santo apresenta tendência de aumento da escolaridade média para os próximos anos, no entanto, o que se pôde observar é que do total de jovens, em 2012, de 18 a 24 anos e

de 25 a 29 anos, 59,8% e 61,1% respectivamente tinham pelo menos 11 anos de estudo, correspondente a conclusão do ensino médio. Outro aspecto relevante é que, embora o analfabetismo seja residual em termos percentuais, correspondendo a 1,0% em 2012, quando se observa o número absoluto encontra-se em torno de 8 mil jovens entre 15 e 29 anos que não sabem ler e escrever, contingente sem dúvida significativo. Além disso, 3,4% são considerados analfabetos funcionais (população com menos de 4 anos de estudo).

No Brasil e no Espírito Santo, em particular, várias iniciativas são realizadas com o objetivo de melhorar os indicadores nas áreas de Educação e Mercado de trabalho. O Programa Mais Tempo na Escola, Aprofundamento de Estudos, Bolsa SEDU, Nossa Bolsa, os Programas de empreendedorismo e qualificação profissional e o Programa Valorização Rural são alguns exemplos. Seria fundamental a análise detalhada dos impactos destes programas, como uma ferramenta útil ao planejamento das políticas públicas de juventude, auxiliando a tomada de decisões tanto do poder público quanto da sociedade civil, seja para a potencialização dos programas que têm apresentado resultados positivos, seja para o redirecionamento das ações.

O acesso à educação e ao mercado de trabalho representa parte dos desafios para a formulação de Políticas Públicas para a Juventude. Os aspectos relacionados à Segurança Pública e Saúde merecem o mesmo destaque. No Espírito Santo, a taxa de homicídio juvenil é 2,5 vezes maior que a taxa da região Sudeste: para os jovens de 15 a 29 anos a taxa é de 101,7 por 100 mil jovens e em torno de 94,0% das vítimas são do sexo masculino.

Os jovens aparecem como vítimas e como agressores. Tendo como referência os dados de 2012, do total de presos do sexo masculino, 64,0% tinham entre 18 e 29 anos. Os dados também apontaram que segundo os registros da Delegacia de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, a faixa de 16 a 17 anos é a idade em que mais os adolescentes cometem delitos.

No Espírito Santo, alguns Programas das áreas de Segurança Pública foram formulados para atuar sobre o impacto dos indicadores citados. Vale destacar: Estado Presente, o programa de educação e trabalho no presídio, ações realizadas ao atendimento dos adolescentes em conflito com a Lei, executadas pelo Instituto de atendimento sócio educativo, além da Coordenação sobre Drogas recentemente criada, cujo objetivo é a formulação de um Programa estadual para reduzir os danos pessoais e coletivos ocasionados pelo uso de drogas. Certamente são iniciativas relevantes dentro do quadro apresentado, que merecem o olhar atento da sociedade civil, com vistas a garantir e ampliar cada vez mais o debate coletivo sobre a temática. Nessa área, assim como nas demais apresentadas neste texto, a interlocução com os diversos atores sociais envolvidos é um aspecto fundamental que deve ser assegurado no quadro das formulações políticas pretendidas.

No âmbito da Saúde Pública, as altas taxas de mortes por causas externas provocadas pelos acidentes de transporte e por homicídios (agressões) representam mais de 90,0% das causas das mortes para ambos os sexos. Em relação à saúde sexual e reprodutiva, se destacam as doenças sexualmente transmissíveis, além dos possíveis impactos de uma gravidez não planejada na adolescência. Ambos são alvo de Programas estaduais, como por exemplo: a Coordenação estadual DST e AIDS.

A formulação de Políticas Públicas para a Juventude deve se articular em várias dimensões. Estas são executadas em algum território, seja urbano ou rural. A questão do território permeia toda a discussão da formulação da Política, uma vez que grande parte delas se efetiva em algum lugar: é em uma escola, que está localizada em algum lugar, que se dão as ações de complementação de ensino, cursos profissionalizantes; são nas quadras da cidade, dos bairros e praças que se dão atividades de esporte e lazer, e por outro lado, é também nas ruas, que se observam as ocorrências de criminalidade, das quais os jovens são vítimas e agressores.

Este trabalho orientou-se pela perspectiva de que para além do recorte etário que cumpre uma função operacional no âmbito da constituição das Políticas Públicas de Juventude, a formulação e integração de Políticas Públicas devem considerar a pluralidade e as diferentes circunstâncias que envolvem a condição dos jovens.

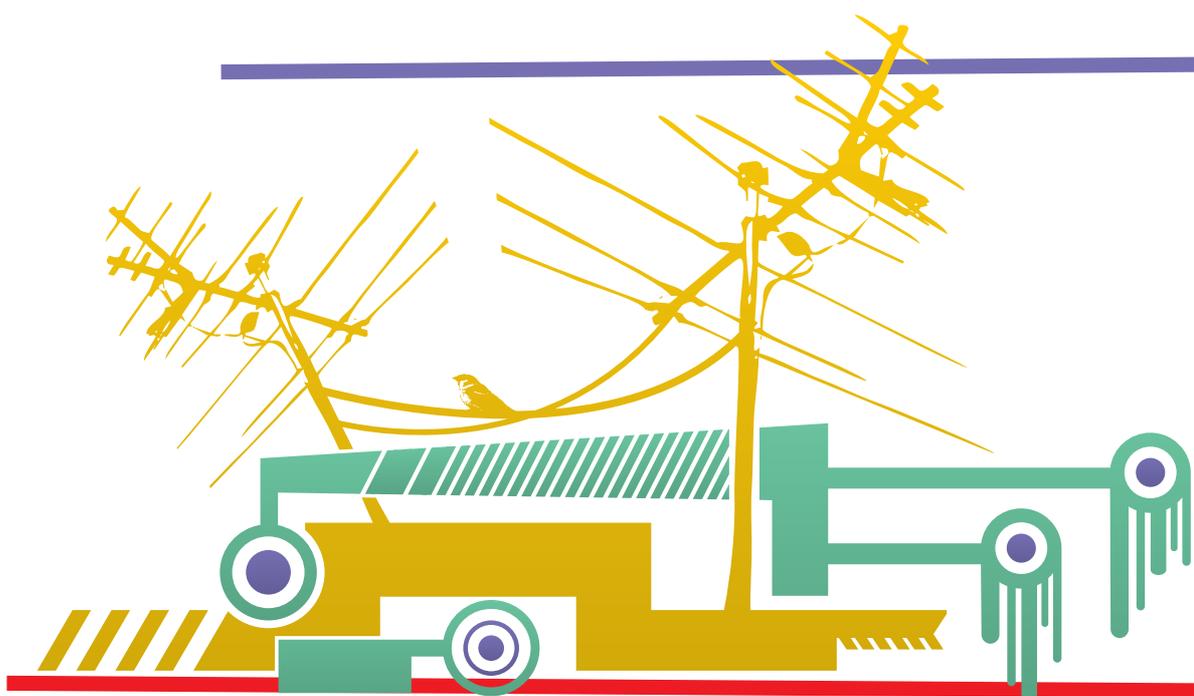
Dessa forma, considerando o percentual de jovens na população do estado, as políticas que assegurem um território menos desigual em infraestrutura e qualidade urbana sem dúvida rebatem numa melhoria de vida desta parcela da população. O acesso a condições dignas de moradia, a redes de informação e a espaços públicos qualificados, além de garantia de mobilidade, são valores buscados hoje e asseguram o pleno desenvolvimento da cidadania.

Por último, durante a realização deste trabalho e na construção da perspectiva teórica ao se abordar a categoria Juventude, algumas necessidades ficaram evidentes, e estas podem ser traduzidas por meio de algumas proposições. O Instituto Jones dos Santos Neves, órgão de pesquisa e planejamento do governo estadual pode contribuir com algumas ações que poderão subsidiar o processo de formulação de novas políticas, como também da integração das atuais.

Para isso, destacou-se:

1. Disponibilizar um Caderno da Juventude, com informações sistematizadas e atualizadas com base nos dados do Censo Demográfico, Pnad, Datasus, etc.
2. Disponibilizar no site do IJSN um Banco de Dados com indicadores para a juventude nas áreas: segurança pública, saúde, assistência social, educação e mercado de trabalho.
3. Priorizar os estudos sobre criminalidade e juventude, com o objetivo de subsidiar as atuais políticas.

Acreditamos que esta terceira publicação possa ter contribuído para uma melhor compreensão da situação atual da juventude capixaba, e para uma maior aproximação do espaço que cada política setorial destina aos temas e aos problemas da juventude capixaba. No entanto, considerando-se a centralidade das questões relacionadas à juventude na agenda pública, este documento não pretendeu esgotar as discussões, ao contrário, foi apenas o pontapé na perspectiva de que outras contribuições venham subsidiar a formulação de Políticas que garantam a promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento integral da juventude capixaba.



ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (organizadoras). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P.13-32.

ABRAMO, H.W. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H.W. e BRANCO, P.P.M (orgs.) **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOWAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; CASTRO PINHEIRO, Leonardo; SOUSA LIMA, Fabiano; e MARTINELLI, Claudia da Costa. Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: **Desafios para Políticas Públicas**. Brasília, UNESCO/BID, 2002.

ABRAMOWAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO. Ministério da Educação. Brasília, 2007.

ADORNO, S., Bordini, E. B. T., & Lima, R. S. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo em Perspectiva, 1999. 13(4), 62-74.

AGNEW, Robert (1992). **Foundation for a General Strain Theory of Crime and Delinquency**. Criminology 30:47-87.

_____. (1999). **A General Strain Theory of Community Differences in Crime Rates**. Journal of Research in Crime and Delinquency 36; 123.

_____. (2001). **Building on the Foundation of General Strain Theory: Specifying the Types of Strain Most Likely to Lead to Crime and Delinquency**. Journal of Research in Crime and Delinquency. Volume 38, Number 4. November. pg. 319-261.

_____. **Why Do Criminals Offend? A General Theory of Crime and Delinquency**. 2004: Oxford University Press, USA.

ALVES, JGB; Montenegro FMU; OLIVEIRA FA. Prática de esportes durante a adolescência e a atividade física de lazer na vida adulta. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. 2005; 11(5): 291-294.

ANUÁRIO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, ano 6, 2012.

AQUINO, Luseni Maria C. de e CASTRO, Jorge Abrahão de. (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Texto para Discussão n° 1335. Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2008.

AQUINO, Luseni. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (organizadores). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p. 23-39. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf> > Acesso em 26/01/2012.

ARAÚJO, Leonor Franco de; et al. **Juventude e Políticas Públicas: o perfil dos jovens na universidade federal do Espírito Santo**. s/d. Disponível em: <http://www.prograd.ufop.br/Downloads/Docencianoenssup/Juventude_e_Politicas_Publicas.pdf > Acesso em: 08/02/2012.

ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Criando Caim e Abel: pensando a prevenção da infração juvenil**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA (ANAÍ). Estudo EtnoAmbiental. TERRA INDÍGENA TUPINIQUIM E TERRA INDÍGENA COMBOIOS. Volume II: **Proposições para Sustentabilidade e Autonomia dos Povos e Terras Indígenas do Espírito Santo**. Salvador, 2010.

BARBER-MADDE, R.; ABE SABER, B. **A Situação dos jovens no mundo**. In: Barber-Madde, R.; Santos, T. F. (orgs.) A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro. Brasília, 2010.

BEATO, Claudio C. **Crime e políticas sociais**. In: Das Políticas de Segurança Pública às Políticas de Segurança. Relatório do Gabinete de Segurança Institucional. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD, 2002.

----- **Determinantes da criminalidade em Minas Gerais**. Rev. Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 13, n. 37, Junho, 1998.

------. Crime e políticas sociais. In: **Das Políticas de Segurança Pública às Políticas de Segurança**. Relatório do Gabinete de Segurança Institucional. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent – ILANUD, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). **Guia de Conselhos**. Brasília, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília, DF:Senado;1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10/07/2014.

_____. **Emenda Constitucional n.º 65**. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos; 13 de julho 2010. Disponível em: Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm>. Acesso em: 23/02/2012.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 23/02/2012.

BRASIL. Ministério da Cultura – MinC. **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais** - 2ª edição. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em :
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17429&Itemid=817. Acesso em: 05/08/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim 1/2012-AIDS no Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br>. Acesso em: 03/03/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim 1/12-**Mortalidade Materna no Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em:
<http://portalsaude.saude.gov.br>. Acesso em: 03/03/2013. Acesso em: 04/07/2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim 2013-HIV/AIDS no Brasil. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br>. Acesso em: 04/07/2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda Juventude Brasil. Pesquisa Nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais - Pautas para Políticas Públicas, Luziânia:DF 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SILVA, Marina Osmarina. Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: As tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. p. 45-56. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf> > Acesso em: 06/03/2012.

CASTRO, M. G. **Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes**. 2004. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28334-28345-1-PB.pdf> > Acesso em: 06/03/2012.

COHEN, A.K. (1955). **Delinquent Boys: The Culture of the Gang**. Glencoe: The Free Press.

COHEN, Lawrence e FELSON, Marcus. **Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Approach**. American Sociological Review, 44, 1979.

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010**. Março, 2011. Disponível em:
<<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/reflexoes-sobre-a-politica-nacional-de-juventude-2003-2011>> Acesso em: 08/02/2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – CONJUVES. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude**. Brasília, 2011. Disponível em:
<<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/reflexoes-sobre-apolitica-nacional-de-juventude-2003-2011>> Acesso em: 08/07/2014.

_____. 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos. **Conquistar direitos, desenvolver o Brasil**. Brasília, 2011.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez 2003, No 24. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>> Acesso em: 03/02/2012.

CRUZ, Rossana Reguillo. Ciudadanias culturales. **Revista Última Década**, Vina Del Mar, n. 17, 2003.

DAMATTA, Roberto Augusto. **A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 23/02/2012.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **O Conselho Tutelar e o adolescente em conflito com a lei**. Disponível em:
http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Conselho_Tutelar_e_adolescente_em_conflito_com_a_lei.pdf. Acesso em: 05/09/2014.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ESCULCAS C, Mota J. Atividade física e práticas de lazer em adolescentes. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. 2005;5(1): 69-76.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Estadual nº 8.594/07**. Disponível em:
<http://governoservico.es.gov.br/scripts/porta180_1.asp?documento=0185942007.doc> Acesso em: 14/02/2012.

ESPÍRITO SANTO. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. **Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caij)**. Vitória, 2008.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual da Juventude do Espírito Santo**. Vitória, 2011.

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS. **Programa de Mobilidade Metropolitana**. Vitória, 2012.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura: novo PEDEAG**. Vitória. SEAG, 2008.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto 3248 –R**. Publicado no DIO em: 19/04/2013. Disponível em : <https://dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/diario_oficial> Acesso em: 20/07/2014.

ESTATUTO DA CIDADE COMENTADO. Orgs. Carvalho, Celso Santos; Rossbach, Anacláudia. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120p.

ESTATUTO DA JUVENTUDE. **Lei nº 12.852, De 05 de Agosto de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 06/07/2014.

FERNANDES, Edésio; Alfonsín Betânia. **Coletânea de legislação urbanística: normas internacionais; constitucionais e legislação ordinária**. Forum Editora, 2010.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude Rural: Alguns Impasses e sua Importância para a Agricultura Familiar. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Orgs.: Castro, Jorge Abrahão de, Aquino, Luseni Maria C. de, Andrade, Carla Coelho de. Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

FILGUEIRA, C. H. **Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social**: aproximaciones conceptuales recientes. In: CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile : CEPAL, 2001.

FREITAS, Clara Maria S.M. de et al. **Tempo livre e lazer na juventude Noronhense: influências na qualidade de vida e implicações sociais**. Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em:

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/1-crqs-certificadas-ate-25-10-2013.pdf> > Acesso em: 30/07/2014.

GALVÃO, Tatiana Verônica Bezerra. **Comunicação, Política e Juventude: 'marginais midiáticos' do hip hop**. Rio de Janeiro, 2009. 136 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura).

GÓMEZ, Gómez, E., ed. 1993. **Gender, Women and Health in the Americas**. Scientific Publication No 541, Pan American Health Organization, Washington D.C.

HUFF, C.Ronald. **Youth Gangs and Public Policy**. Crime and Delinquency, Vol 35, nº4, October, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 a 2012. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Juventude e políticas sociais no Brasil** / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília : Ipea, 2009. 303 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Nota Técnica Nº5. **Estimativas do Déficit Habitacional Brasileiro (PNAD 2007-2012)**. Brasília. 2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo 2011. Vitória, 2011.

JANNUZZI, P.M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed., 2006.

KORNHAUSER, R. 1978. **Social Sources of Delinquency**. Chicago: University of Chicago Press.

LEFEBVRE, Henri, **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LITTLE, Paul E. 1º Encontro Nacional de Populações Tradicionais, 2005.

LIMA, Angélica Cardoso. *Juventude, tempo livre: possíveis reflexões*. Maringá, 2007.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. MELO, Marcelo Paula de. **Políticas públicas de esportes para juventude na Baixada Fluminense/RJ: uma discussão introdutória**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2004.

MELO, M. Paula de. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005.

MOSER, Caroline; BRONKHORST, Bernice van. **Youth Violence In Latin America and the Caribbean: Costs, Causes and Interventions**, LCR Sustainable Development Working Paper Nº3, The World Bank, Latin America and Caribbean Region, Environmentally and Socially Sustainable Development SMU. 1999.

NOVAES, Regina Celia. Prefácio. In: _____. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p. 15-22. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>> Acesso em: 26/01/2012.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2000.

PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Projeto de Lei Nº. 4530/04**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233>> Acesso em: 06/07/2014.

POCHMANN, M. *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos*. São Paulo, 2007.

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: Diretrizes e perspectiva. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2006.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA/COM JUVENTUDES. Brasília: UNESCO, 2004.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **A megalópole e a praça**. Tese (Doutorado)– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Ana Cristina. SANTOS, Elizabeth Moreira dos. CRUZ, Marly Marques. A mortalidade por AIDS no Brasil: um estudo exploratório de sua evolução temporal. In: _____ **Revista Epidemiologia, Serviços e Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS. Ministério da Saúde. Volume 16 – nº3 - julho/setembro de 2007.

SAMPSON, Robert J. GROVES, W. **Community Structure and Crime: testing social disorganization theory**. American Journal of Sociology, vol 94, issue 4, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHOEMAKER, D.J. **Theories of Delinquency. An Examination of Explanations of Delinquent Behavior**. Oxford University Press, New York, 1996.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Os muitos desafios da política nacional de juventude**. In: Barber-Madde, R.; Santos, T. F. (orgs.) A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro. Brasília, 2010.

SEVERO, Mirlene Simões. **Direitos Sociais dos Jovens no Brasil: Concepções e Experiências**. Araraquara - São Paulo, 2010.

SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. Social Factors in Juvenile Delinquency. Report on the Causes of Crime, hrational Commission of Law Observance and Enforcement, vol. 2. Washington, D.C.: Government Printing Office. 1931.

----- . Juvenile Delinquency and Urban Areas. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luse-ni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (organizadores). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p. 41-69. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>> Acesso em: 26/01/2012.

SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2011. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Relatório: adolescência – fase de oportunidades. Fevereiro de 2011.

SPOSITO, M. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação.** In: FREITAS, M.C. (orgs.) Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetória na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (organizadoras). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta.** São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P.57-75.

_____; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação.** Set /Out /Nov /Dez 2003, No 24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>> Acesso em: 03/02/2012.

TAQUETTI, Camila Lopes. **A gestão das políticas de juventude: o caso de Vitória 2005-2010.** Dissertação de Mestrado em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2010. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Camila%20Lopes%20Taqueti.pdf>> Acesso em: 26/01/2012.

UMBELINO, G.; SATHLER, D. **Os jovens no futuro: projeções para O BRASIL METROPOLITANO** em 2020 e 2030. In: Barber-Madde, R.; Santos, T. F. (orgs.) A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro. Brasília, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO, 2009.

VEREZA, Claudio. Jovens. Espírito Santo, 2011. Disponível em: <http://www.rog.com.br/claudiovereza2/mostraconteudos.asp?cod_conteudo=599>. Acesso em: 06/03/2012.

VIGNOLI, J.R. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17).

VLECK, C. Globalização, dilemas dos comuns e qualidade de vida sustentável: do que precisamos, o que podemos fazer, o que podemos conseguir? **Estudos de Psicologia**. Natal, 2003;8(2): 221-234.

WASELFSZ, Jacobo Julio. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007**. Brasília: UNESCO, 2004.

----- . **Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZALUAR, A. **Teleguiados e chefe: juventude e crime**. *Religião e Sociedade*. São Paulo, Centro de Estudos da Religião, v.15, n.1, 1990, p.54-67.

_____. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro, Revan e UFRJ, 1994.

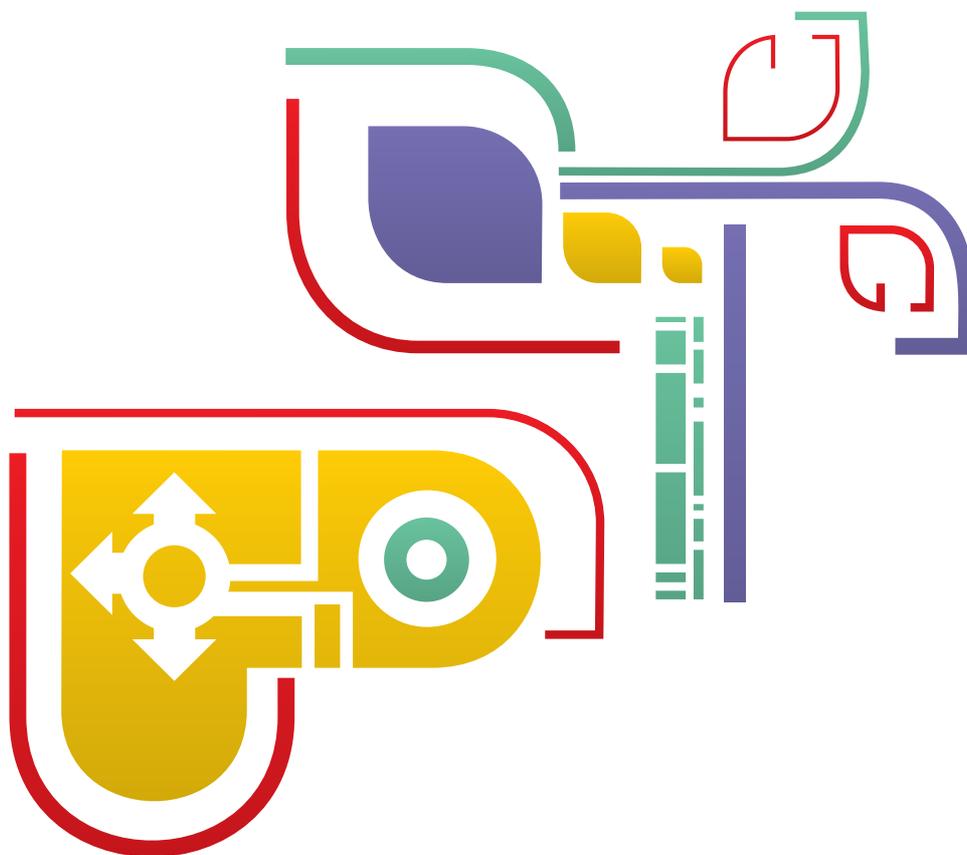




Tabela A1 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por Dependência Administrativa e Localização: ES, 2013

Localização	Dependência Administrativa				
	Total	Total			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	522.376	0	118.116	342.291	61.969
Urbana	466.336	0	110.037	294.917	61.382
Rural	56.040	0	8.079	47.374	587

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2) Inclui matrículas no ensino fundamental 8 anos - multi, ensino fundamental de 8 anos - correção de fluxo, ensino fundamental 9 anos - multi, ensino fundamental 9 anos - correção de fluxo e ensino fundamental de 8 e 9 anos - multi.

Tabela A2 - Número de matrículas no Ensino Fundamental por Gênero e Cor/Raça: ES, 2013

Unidade da Federação	Matrículas no Ensino Fundamental								
	Total	Sexo		Raça/Cor					
		Feminino	Masculino	Não-declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Espírito Santo	522.376	252.628	269.748	113.496	146.948	21.061	235.863	3.779	1.229

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Tabela A3 - Número de matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Dependência Administrativa e Localização: ES, 2013

Localização	Dependência Administrativa				
	Total	Total			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	136.558	5.956	112.164	117	18.321
Urbana	131.446	4.910	109.284	0	17.252
Rural	5.112	1.046	2.880	117	1.069

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Tabela A4 - Número de matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Gênero e Cor/Raça: ES, 2013

Unidade da Federação	Matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado								
	Total	Sexo		Não-declarada	Raça/Cor				
		Feminino	Masculino		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Espírito Santo	136.558	72.689	63.869	26.749	42.481	5.524	59.681	1.886	237

Fonte: MEC/Inep/Deed.
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.
 Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Tabela A5 - Número de Matrículas, Concluintes e Ingressos por modalidade de ensino: ES, 2012

		Total	(%)	Presencial	(%)	Distância	(%)
Matrículas	Total	148.950	-	112.215	-	36.735	-
	Jovens	100.572	67,5	88.276	78,7	12.296	33,5
	Outros	48.378	32,5	23.939	21,3	24.439	66,5
Concluintes	Total	23.632	-	18.707	-	4.925	-
	Jovens	14.389	60,9	13.258	70,9	1.131	23,0
	Outros	9.243	39,1	5.449	29,1	3.794	77,0
Ingressos	Total	51.308	-	32.125	-	19.183	-
	Jovens	32.550	63,4	25.513	79,4	7.037	36,7
	Outros	18.758	36,6	6.612	20,6	12.146	63,3

Fonte: Censo do Ensino Superior 2012.
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Tabela A6 - Número de jovens matriculados por Gênero e Cor/Raça, segundo a modalidade de ensino: ES, 2012

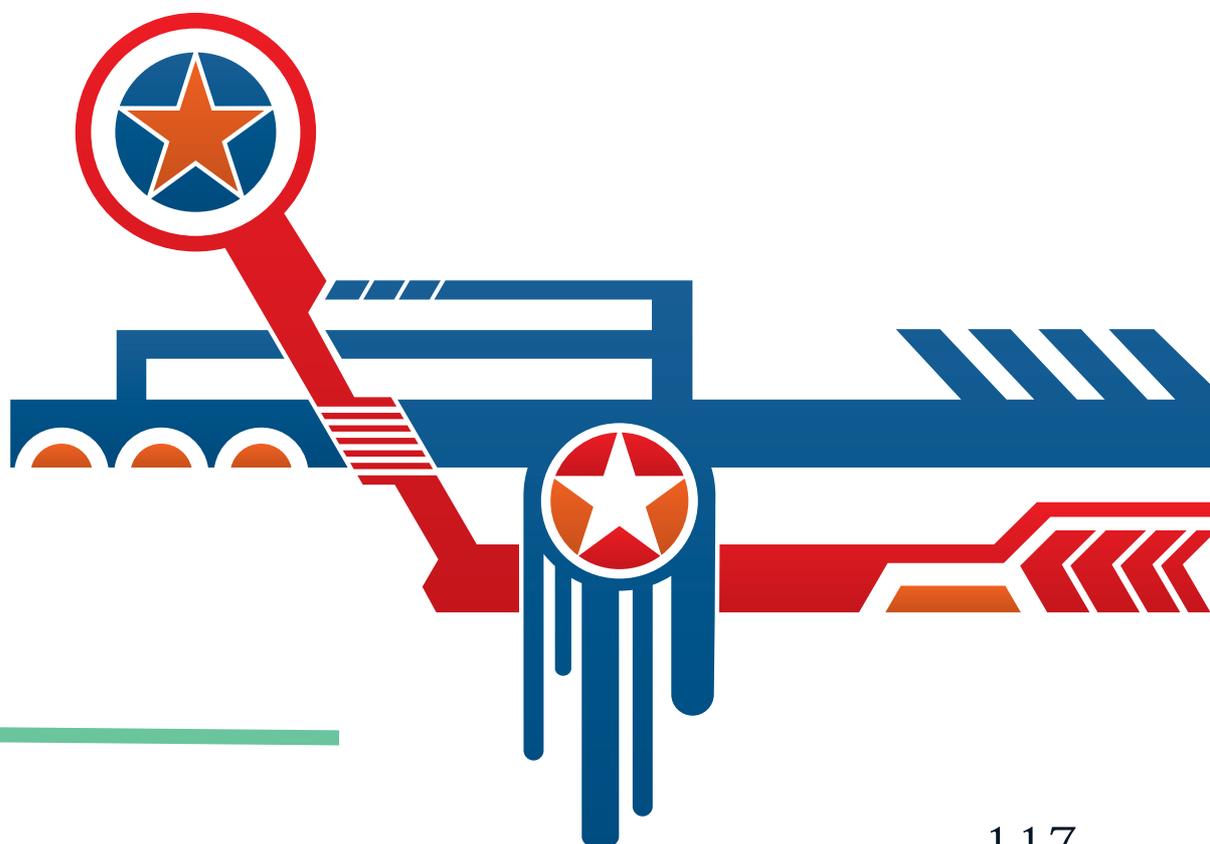
Modalidade de ensino	Sexo		Cor ou raça					Sem Informação/ Não declarado
	Mulher	Homem	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	
Total	58.973	41.599	16.398	1.729	8.673	619	98	73.055
Presencial	50.692	37.584	13.314	1.457	7.782	547	61	65.115
Distância	8.281	4.015	3.084	272	891	72	37	7.940

Fonte: Censo do Ensino Superior 2012.
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

Tabela A7 - Número de jovens matriculados por Gênero e Cor/Raça, segundo a categoria administrativa e modalidade de ensino das Instituições de Ensino Superior: ES, 2012

Sexo e Cor/Raça	Público			Privada		
	Total	Presencial	Distância	Total	Presencial	Distância
Total	22.075	21.427	648	78.497	66.849	11.648
Sexo	-	-	-	-	-	-
Mulher	11.451	11.039	412	47.522	39.653	7.869
Homem	10.624	10.388	236	30.975	27.196	3.779
Cor/Raça	-	-	-	-	-	-
Branca	1.489	1.366	123	14.909	11.948	2.961
Preta	207	177	30	1.522	1.280	242
Parda	769	676	93	7.904	7.106	798
Amarela	28	27	1	591	520	71
Indígena	5	5	0	93	56	37
Sem informação/ Não declarado	19.577	19.176	401	53.478	45.939	7.539

Fonte: Censo do Ensino Superior 2012.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.





www.ijsn.es.gov.br

SECRETARIA DE ECONOMIA
E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO
**ESPÍRITO
SANTO**

CRESCER É COM A GENTE
www.es.gov.br